

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG ALCEU KRENISKI JÚNIOR

**A ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E SUA
INFLUÊNCIA NO ATLÂNTICO SUL: DESAFIOS PARA A MARINHA DO BRASIL**

Rio de Janeiro

2021

CMG ALCEU KRENISKI JÚNIOR

**A ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E SUA
INFLUÊNCIA NO ATLÂNTICO SUL: DESAFIOS PARA A MARINHA DO BRASIL**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Cláudio Marin Rodrigues

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus por sempre iluminar meus caminhos e abençoar meus passos, tornando possível a conclusão de mais esta etapa em minha vida.

Agradeço ao CMG (RM1) Cláudio Marin Rodrigues, pela valiosa orientação prestada a mim durante a produção deste trabalho, o qual mesmo em seus períodos de descanso, atendeu às minhas dúvidas, sempre com admirável dedicação, entusiasmo e sugestões ricas, as quais muito contribuíram para a construção de meu conhecimento.

Ao CMG (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier, agradeço profundamente pela amizade de longa data e pela eterna coorientação, tanto neste trabalho, como em minha carreira, dispondo muitas vezes de suas tarefas diárias para me ouvir e indicar caminhos seguros a seguir.

Aos meus companheiros da Turma do CPEM-2021, agradeço a amizade e fidalguia durante esse ano difícil, mas que com muita garra conseguimos vencer o desafio.

Por fim, agradeço à minha esposa, Sr^a Karina, que proporcionou um porto seguro em todas as horas difíceis que precisei de seu apoio durante este ano e aos nossos filhos: Sabrina, Murilo e Neto, razão de nossas lutas diárias e felicidades.

“A arte da guerra nos ensina a não confiar na probabilidade de o inimigo não vir, mas na nossa presteza em recebê-lo; não na chance dele nos atacar, mas em vez disso, no fato de que tornamos nossa posição invulnerável.”

(Sun Tzu, século VI a.C.)

RESUMO

A República Popular da China vem crescendo economicamente e militarmente, reassumindo seu papel de liderança regional. Esse crescimento acelerado vem causando desequilíbrio de poder na região do Indo-Pacífico, principalmente no Mar do Sul da China e Mar da China Oriental, onde questões de legitimidade marítima histórica chinesa vêm causando disputas entre os países lindeiros. Os Estados Unidos da América, país que possui grande interesse comercial e estratégico na região, e seus aliados procuram frustrar as pretensões chinesas por meio de Operações de Liberdade de Navegação próximas às pretensões insulares desta, representando uma versão moderna da Guerra Fria do século passado. Adiciona-se a esse cenário a questão de Taiwan, pois a prioridade do governo chinês é a reunificação total da ilha, que há muitos anos fora separada do continente chinês, durante o infame “Século de Humilhação”. Esses fatores motivaram o grande investimento do governo de Xi Jinping nas Forças Armadas Chinesas, em especial, na marinha do Exército de Libertação Popular, que em 2020 superou a marinha estadunidense em quantidade de meios, mas que ainda está longe de alcançar a capacidade combativa dela. O crescimento econômico chinês, bem como a prosperidade e bem-estar proporcionados à sua população, dependem exclusivamente da manutenção de seu comércio exterior e do fluxo constante de matérias primas e combustíveis para suas empresas, e principalmente de alimentos ricos em proteínas, para complementar sua produção interna, destinada aos seus 1,4 bilhão de habitantes. A política da Iniciativa do Cinturão e Rota, ou Nova Rota da Seda, lançada por Xi Jinping em 2013, procura manter por vias continentais e marítimas, o fluxo vital para escoar e trazer produtos e materiais para a China. A manutenção e segurança das Linhas de Comunicação Marítimas de interesses chineses passaram a ser prioridade para sua marinha, que realiza escolta do seu tráfego mercante desde 2008, entre o Mar Mediterrâneo, Golfo Pérsico e Estreito de Málaca, ao Mar do Sul da China. Conforme a necessidade de buscar matérias primas e *commodities* aumentaram, a República Popular da China intensificou, a partir de 1972, as relações comerciais com países latino-americanos e africanos, tornando-se a maior parceira comercial do Brasil. Com diversas empresas estatais chinesas das áreas de infraestrutura e de prospecção de petróleo atuando nos países do Atlântico Sul, a região tenderá a aumentar de importância para uma possível atuação da marinha chinesa, conforme os seus interesses sejam ameaçados. A Marinha do Brasil, com seu Plano Estratégico estimado para os próximos vinte anos, lista todas as possíveis ameaças à sua soberania sobre os 5,7 milhões de km² da sua Amazônia Azul, e todas as Estratégias Navais necessárias para fazer frente a elas.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Linhas de Comunicação Marítimas; Marinha do Brasil; Marinha do Exército de Libertação Popular; Plano Estratégico.

ABSTRACT

The People's Republic of China has been growing economically and militarily, resuming its regional leadership role. This accelerated growth has been causing an imbalance of power in the Indo-Pacific region, mainly in the South China Sea and East China Sea, where issues of historical Chinese maritime legitimacy have been causing disputes among neighboring countries. The United States of America, a country that has great commercial and strategic interest in the region, and its allies, seek to frustrate Chinese pretensions through Freedom of Navigation Operations close to its insular pretensions, representing a modern version of the Cold War of the last century. Added to this scenario is the question of Taiwan, whose priority for the Chinese government is the complete reunification of the island, which had been separated from the Chinese mainland many years ago during the infamous “Century of Humiliation”. These factors motivated the large investment by the Xi Jinping government in the Chinese Armed Forces, particularly the People's Liberation Army navy, which in 2020 surpassed the United States Navy in terms of resources, but which is still far from reaching the U.S. NAVY capability for combat. Chinese economic growth, as well as the prosperity and well-being provided to its population, depends exclusively on maintaining its foreign trade and the constant flow of raw materials and fuels for its companies, and especially protein-rich foods, to complement its domestic production, aimed at 1.4 billion inhabitants. The policy of the Belt and Road Initiative, or New Silk Road, launched by Xi Jinping in 2013, seeks to maintain the vital flow to flow and bring products and materials to China through continental and maritime routes. The Chinese interests to maintenance and security of Sea Lines of Communication have become a priority for its navy, which has been carrying out escort operations for its merchant traffic since 2008, between the Mediterranean Sea, the Persian Gulf and the Strait of Malacca, to the South China Sea. As the need to look for raw materials and commodities increased, the People's Republic of China intensified, from 1972, trade relations with Latin American and African countries, becoming Brazil's biggest trading partner. With several Chinese state-owned companies in the areas of infrastructure and oil prospecting operating in the South Atlantic countries, this region will tend to increase in importance for a possible role for the Chinese navy, as its interests are threatened. The Brazilian Navy, with its Strategic Plan estimated for the next twenty years, lists all the possible threats to its sovereignty over the 5.7 million km² of its Blue Amazon, and all the naval strategies needed to face them.

Keywords: Brazilian Navy; Navy of the People's Liberation Army; Sea Lines of Communication; South Atlantic; Strategic Plan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Apoio da RPC aos movimentos insurgentes africanos entre 1949-1987	104
Figura 2 –	Sistema de Governo da RPC.....	105
Figura 3 –	Produtos brasileiros exportados para a RPC em 2020	106
Figura 4 –	Produtos chineses importados pelo Brasil em 2020	107
Figura 5 –	Mapa de países que aderiram à ICR (jan. 2021).....	108
Figura 6 –	Antena de Radiofrequência da Base Espacial Chinesa em Nanquén (ARG)..	109
Figura 7 –	Ilhas SENKAKU/Diaoyu.....	109
Figura 8 –	Localização das ilhas artificiais no MSC.....	110
Figura 9 –	Porta-aviões Type 003, sendo construído no Estaleiro Jiangnan, Xangai	110
Figura 10 –	Navio Roll-on Roll-off Bang Chui Dao realizando lançamento.....	111
Figura 11 –	Entorno Estratégico considerado pela MB	111
Figura 12 –	Atividades da MB	112
Figura 13 –	Mapa Estratégico da MB	113
Figura 14 –	Representação gráfica do SisGAAz.....	114
Figura 15 –	Hierarquia Naval de acordo com as capacidades das Marinhas	114
Figura 16 –	Área correspondente à Amazônia Azul.....	115
Figura 17 –	Pretensões Chinesas na Linha das Nove Raias	115

LISTA DE TABELAS

1 –	Panorama de investimentos em Ciência e Tecnologia da China de 2004.....	116
2 –	Total de aumento de toneladas dos países do Sudeste Asiático	116
3 –	Matriz <i>SWOT</i> PEM2040 para 2031	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED –	Ações Estratégicas de Defesa
AEN –	Ações Estratégicas Navais
AJB –	Águas Jurisdicionais Brasileiras
<i>APEC</i> –	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>
ARG –	Argentina
<i>ASEAN</i> –	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
ASSHOP –	Assistência Hospitalar às Populações Ribeirinhas
<i>A2/AD</i> –	<i>Anti-Access / Area Denial</i>
BID –	Base Industrial de Defesa
<i>BRICS</i> –	<i>Brazil, Russia, India, China and South Africa</i>
<i>CBERS</i> –	<i>China-Brazil Earth Resources Satellite</i>
<i>CLTC</i> –	<i>China Satellite Launch and Tracking Control General</i>
CMC –	Comissão Militar Central
CND –	Capacidade Nacional de Defesa
<i>CNOOC</i> –	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
CNP –	Congresso Nacional do Povo
CNUDM –	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar
<i>COMEC</i> –	<i>CSSC Offshore & Marine Engineering Company Ltd</i>
<i>CONAE</i> –	<i>Comisión Nacional de Actividades Espaciales</i>
<i>CSIC</i> –	<i>China Shipbuilding Industry Corporation</i>
<i>CSSC</i> –	<i>China State Shipbuilding Corporation</i>
<i>C⁴ISR</i> –	<i>Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
C&T –	Ciência e Tecnologia
C&T&I –	Ciência, Tecnologia e Inovação
ED –	Estratégias de Defesa
ELP –	Exército de Libertação Popular
EN –	Estratégia Naval
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
<i>FONOP</i> –	<i>Freedom of Navigation Operation</i>

<i>FPSO</i> –	<i>Floating Production Storage and Offloading</i>
GCC –	Guarda Costeira da China
IA –	Inteligência Artificial
ICM –	Infraestruturas Críticas Marítimas
ICR –	Iniciativa do Cinturão e Rota
KMT –	Partido Nacionalista da China
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
MB –	Marinha do Brasil
MCO –	Mar da China Oriental
MMC –	Milícia Marítima da China
MSC –	Mar do Sul da China
MELP –	Marinha do Exército de Libertação Popular
NBQR –	Nuclear, Biológica, Química e Radiológica
OMC –	Organização Mundial do Comércio
OMS –	Organização Mundial da Saúde
OND –	Objetivos Nacionais de Defesa
ONU –	Organização das Nações Unidas
OCX –	Organização para Cooperação de Xangai
PAP –	Polícia Armada do Povo
PCCh –	Partido Comunista da China
PEM2040 –	Plano Estratégico da Marinha 2040
PIB –	Produto Interno Bruto
PND –	Política Nacional de Defesa
PNM –	Programa Nuclear da Marinha
PRODE –	Produto de Defesa
PROSUB –	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
P&D –	Pesquisa e Desenvolvimento
<i>QUAD</i> –	<i>Quadrilateral Security Dialogue</i>
RAE –	Regiões Administrativas Especiais
RPC –	República Popular da China
<i>SARS</i> –	<i>Severe, Acute, Respiratory Syndrome</i>
SCN –	Submarino Convencional de Propulsão Nuclear
SisGAAz –	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

<i>SWOT</i> –	<i>Strengths, Weakness, Opportunities and Threats</i>
TEU –	<i>Twenty-Feet Equivalent Unit</i>
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<i>USAFRICOM</i> –	<i>United States Africa Command</i>
<i>USNAVY</i> –	<i>United States Navy</i>
<i>USSOUTHCOM</i> –	<i>United States Southern Command</i>
ZEE –	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS –	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A CHINA.....	20
2.1 O “Século de Humilhação” da China.....	20
2.2 A “Nova China” de Mao Zedong e a “Reforma e Abertura” iniciada por Deng Xiaoping.....	23
2.3 A “Dinastia Jinping” e o “Sonho Chinês”	31
2.4 O Poder Nacional da “Nova Era”	33
2.4.1 Expressão Política.....	34
2.4.2 Expressão Econômica.....	36
2.4.3 Expressão Militar.....	39
2.4.4 Expressão Científico-Tecnológica.....	41
2.4.5 Expressão Psicossocial.....	42
3 ESTRATÉGIAS NAVAIS CHINESA E BRASILEIRA.....	45
3.1 As Estratégias Marítima e Naval do século XXI, frente à hegemonia chinesa.....	45
3.1.1 Estratégia Marítima Chinesa.....	50
3.1.2 Os Dilemas de Segurança e Armadilha de Tucídides causados pela RPC.....	50
3.2 Poder Marítimo da RPC.....	52
3.2.1 Frota mercante e indústria naval chinesas.....	52
3.2.2 Infraestruturas Portuárias Marítimas de Interesse.....	54
3.2.3 Marinha do Exército de Libertação Popular.....	55
3.2.4 Guarda Costeira da China.....	60
3.2.5 Milícia Marítima da China.....	60
3.3 Um Horizonte de Expectativa para a RPC em 2031.....	62
3.4 A Marinha do Brasil e seu PEM2040.....	63
3.4.1 Documentos Superiores Condicionantes ao PEM2040.....	64
3.4.2 O Plano Estratégico da MB.....	67
4 ANÁLISE DO PEM2040 E O HORIZONTE DE EXPECTATIVA PARA 2031.....	74
4.1 Cruzamento de quadrantes da Matriz <i>SWOT</i>	75
4.2 Análise <i>SWOT</i>	83

	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
ANEXO A – Glossário.....	96
ANEXO B – Ilustrações e Tabelas.....	104

1 INTRODUÇÃO

O início da revolução industrial no final do século XVIII causou imensas transformações mundiais, fazendo surgir no século XIX os Estados imperialistas do Ocidente.

Os grandes avanços e consequências que advieram dessa revolução alcançaram os Estados despreparados do extremo Oriente, entre eles a China da Dinastia Qing (1644-1912), levando-a a sucessivas derrotas e perdas territoriais em favor das potências imperialistas ocidentais da época, dando início ao “Século de Humilhação”¹ (1839-1949). Com a queda do Império Manchu, surge a República da China (1912-1949), sob os ideais de Sun Yat-Sen (1866-1925), que buscou a sua unificação como nação, sem lograr êxito. Seu sucessor, Chiang Kai-Shek (1887-1975), assume o Partido Nacionalista da China, ou *Kuomintang*² (KMT), conseguindo unificar o norte do país (1927), e assumindo a presidência da República da China (1928-1948).

Chiang Kai-Shek, enfrenta duas desgastantes guerras, sendo uma civil, contra o Partido Comunista da China (PCCh), criado em 1º de julho de 1921, em franca expansão no Centro e Sul do país; e a segunda contra o imperialismo japonês, cujas pretensões expansionistas alcançaram o Leste do continente chinês (1937-1945).

Ao final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), a então República da China encontrava-se em um cenário econômico de hiperinflação e de escassez de alimentos. Esse cenário político-econômico, além de criar grandes reveses para população chinesa, abriu espaço para a queda e o expurgo do governo do Presidente Chiang Kai-Shek, em 1949.

Com a vitória do PCCh, foi criada a República Popular da China (RPC), em 1º de outubro de 1949, tendo Mao Zedong (1893-1976) como seu primeiro presidente.

Sob o governo de Mao Zedong (1949-1976), o PCCh começa a implantar a política da Nova China, iniciando as primeiras reformas nas expressões política, econômica, psicossocial e militar, porém com políticas públicas conturbadoras e desastrosas, como o Grande Salto para Frente (1957-1960) e a Revolução Cultural (1966-1968), que resultaram em mortalidade por inanição e por perseguição política, pobreza e profundo isolamento do país. Posteriormente, Deng Xiaoping (1904-1997) assume a liderança política da RPC (1978-1990), dando prosseguimento à política de reforma estrutural das instituições do Estado e de abertura

¹ Ver Glossário.

² Termo inicialmente transliterado no ocidente como “Kuomintang” (KMT), e posteriormente corrigido para sua forma correta de pronúncia por meio do *Pinyin*: *Guómíndǎng*.

econômica, iniciando a integração chinesa ao sistema internacional, principalmente no campo das quatro modernizações, elaborado por Zhou Enlai (1898-1976), servindo de alicerce para a concepção da China da Nova Era, de Xi Jinping (1953-).

As políticas de reforma e de abertura propostas por Deng Xiaoping foram conduzidas de maneira discreta e tímida perante o tabuleiro das relações internacionais, porém, a partir de 2005, no governo de Hu Jintao (2002-2013), a RPC resolveu adotar uma política externa mais proativa em suas relações internacionais, conforme a rapidez de seu crescimento como potência econômica, militar e científico-tecnológica, da última década.

Em 2012, Xi Jinping, então vice-presidente de Hu Jintao, assume como Secretário Geral do PCCh e em 2013 assume a presidência da RPC, dando prosseguimento à revitalização do país e a busca do “Sonho Chinês”³, dentro do sistema teórico do socialismo com características chinesas.

Como consequência do crescimento econômico e da nova geopolítica chinesa, cita-se a Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR), ou Nova Rota da Seda, cujo nome remonta a todo simbolismo histórico da Grande China da Dinastia Ming (1368-1644), e que vem expandindo a influência chinesa além de suas fronteiras terrestres e marítimas pelos continentes asiático, europeu e africano.

No que concerne ao comércio marítimo, a RPC, a partir da presidência de Xi Jinping, começa a exercer influência econômica e militar no Mar do Sul da China (MSC), Mar da China Oriental (MCO), Oceano Índico e Mar Mediterrâneo, importantes pontos focais das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) de insumos de petróleo e produtos, estabelecendo o chamado Colar de Pérolas⁴.

Xi Jinping dá início, na última década, aos grandes investimentos na área de defesa, em especial na Marinha do Exército de Libertação Popular (MELP), empreendendo a construção de diversas classes de navios de guerra modernos, capazes de realizar tarefas em todos os ambientes da guerra naval, sejam em “águas marrons” como em “águas azuis”⁵, e cuja meta audaciosa inicial seria de superar a força naval dos Estados Unidos da América (EUA), em quantidade, até 2030 (meta já superada em 2020⁶).

³ Expressão usada pelo Presidente Xi Jinping, em 2012, após assumir a liderança do PCCh, significando a busca do grande rejuvenescimento da nação chinesa.

⁴ Ver Glossário.

⁵ Os termos “águas marrons” e “águas azuis” remetem às navegações próximas à costa e em alto mar, respectivamente. Uma marinha de “águas azuis” é aquela que detém a capacidade de permanência e autonomia para projetar poder além-mar.

⁶ Estimativa feita por James Fanell, ex-Diretor de Inteligência da Sexta Esquadra dos EUA, em maio de 2018, junto ao Congresso daquele país, cuja meta já foi superada desde 2020, conforme último relatório àquele congresso, em 9 de março de 2021.

A presença cada vez maior das empresas estatais chinesas, em países da costa ocidental da África, da América Central e da América do Sul⁷, já é uma realidade a ser convivida e demandará preparo estratégico pelos Estados lindeiros. Junto com essas empresas, poderão vir parcelas das forças armadas da RPC para garantir a segurança de seus interesses nacionais e estratégicos, sejam continentais, bem como em suas LCM, uma vez que grande parte de seus parceiros comerciais, em especial na costa ocidental da África, não possuem capacidade de garantir a segurança em suas águas jurisdicionais, a exemplo da área marítima do Golfo da Guiné⁸.

Para o cenário oceanopolítico⁹ do Atlântico Sul, cabe ressaltar que a Marinha dos EUA (*USNAVY*), por meio dos Comandos dos EUA no Sul (*USSOUTHCOM*) e na África (*USAFRICOM*), monitoram todas as atividades marítimas que possam causar instabilidade geopolítica na região do Atlântico Sul e ameaçar a segurança das LCM, colocando em risco os seus interesses. Possuem sob subordinação direta: a Quarta Esquadra (do *USSOUTHCOM*), sediada na Cidade de Mayport, Flórida; e parte da Força Naval da Sexta Esquadra (integrantes do *USAFRICOM*), que também atua na África, sediada na Cidade de Nápoles, na Itália (EUA, 2021b, c).

Os EUA, por intermédio de seu Departamento de Defesa, vêm acompanhando o crescimento da influência chinesa no continente africano, por conta da política invasiva da RPC, camuflada pelas diretrizes da ICR¹⁰.

No tocante ao Brasil, recentemente teve o seu Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) atualizado e encaminhado para apreciação do Congresso Nacional, desde 22 de julho de 2020, aguardando a aprovação, o qual esclarece a sua sociedade sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e de proteção à soberania brasileira (BRASIL, 2020b).

Na mesma oportunidade, os documentos de maior nível estratégico nacional, a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), também sofreram atualizações e encontram-se no Congresso Nacional para aprovação (BRASIL, 2020c). A partir desses dois documentos nacionais de Alto Nível de Defesa, em vigor, a Marinha do Brasil (MB) preparou sua Política Naval e o seu Plano Estratégico da Marinha (PEM2040), com ações

⁷ Destacam-se as empresas ligadas à exploração de petróleo, como a *China Petrochemical Corporation* (SINOPEC), a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e a *SINOCHEM Corporation* (GÓES; SILVA, 2017, p. 74).

⁸ Ibid. p. 75. Ver Glossário.

⁹ Ver Glossário.

¹⁰ Conforme citado por Jim Garamone (2020).

previstas para os próximos vinte anos. Esse plano prevê, mediante análise dos ambientes operacionais marítimos e fluviais, como a Força direcionará seus esforços para fazer frente às ameaças aos interesses nacionais e quais Programas Estratégicos deverão ter maior ênfase (BRASIL, 2019, 2020a).

Nesse contexto, ao se estudar o tema “Estratégia Naval da China: lições de interesse para a MB”, verificou-se como problema principal que o rápido crescimento militar da RPC, em especial de sua MELP, vem causando desequilíbrio à região do Indo-Pacífico, cuja hegemonia pertence atualmente à *USNAVY*, podendo levá-los a uma versão moderna da Armadilha de Tucídides¹¹, com consequências perigosas à estabilidade e paz mundial. Esse desequilíbrio poderá influenciar o planejamento da estratégia naval da MB, dentro do cenário do Atlântico Sul, para os próximos dez anos.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho será analisar se o PEM2040 está preparado para a estratégia naval da RPC, atuando em um horizonte de expectativa para 2031, na área do Atlântico Sul, a fim de apontar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, que garantam a deterrência, proteção e vigilância das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como a presença ativa no seu entorno estratégico. Para atingir esse objetivo geral, o trabalho foi estruturado em uma Introdução, três capítulos para o desenvolvimento dos objetivos específicos, encerrando com as Considerações Finais ao estudo feito.

No capítulo dois, procurou-se a contextualização histórica da RPC, de um país imerso em problemas, para uma potência econômica, militar e científico-tecnológica em ascensão, na atualidade. O capítulo divide-se em quatro subcapítulos: os aspectos históricos, ocorridos no “Século de Humilhação”; o primeiro cinquentenário do PCCh no poder e as transformações causadas pela política de reforma e abertura, até o final do governo de Hu Jintao; o governo de Xi Jinping, em sua primeira década de liderança; e o poder nacional chinês sob a governança de Xi Jinping.

No capítulo três, procurou-se identificar, dentro das bibliografias afetas, as estratégias marítimas do século XXI, com foco nas MELP e MB. O capítulo divide-se em quatro subcapítulos: a estratégia marítima do século XXI, com ênfase na ascensão da RPC dentro do cenário regional Indo-Pacífico, para 2031; o Poder Marítimo chinês, em especial na estruturação da MELP e da Milícia Marítima da China (MMC); as estratégias de alto-nível, que nortearam a MB, a Política Naval e o PEM2040; e a proposta de um horizonte de expectativa para 2031.

¹¹ Ver Glossário.

No capítulo quatro, a partir de informações e argumentos levantados, procurou-se analisar as estratégias navais do Brasil, por meio do uso da ferramenta de análise *SWOT*, com base no horizonte de expectativa proposto para 2031. O capítulo divide-se em dois subcapítulos: o cruzamento dos fatores de força e fraqueza do ambiente interno da MB, pelas oportunidades e ameaças externas; e a análise geral da matriz e o que deverá ser considerado como importante para o PEM2040.

Ao final, as Considerações Finais apresentarão como a MB planejou a condução da estratégia de sua Força Naval, face a expectativa de alterações na sua oceanopolítica regional, para os próximos dez anos, e como esse planejamento está estruturado frente à ascensão da MELP, como grande potência naval de “águas azuis” e com a iminência de atuar dentro do entorno estratégico da MB, ressaltando as ações necessárias e os potenciais riscos ao PEM2040.

Como elementos de suporte, foram acrescentados: uma Lista de Ilustrações; uma Lista de Tabelas; uma Lista de Abreviaturas e Siglas; um Sumário; um Glossário; e um Anexo de Ilustrações e Tabelas, para melhor entendimento e padronização dos conceitos e definições comuns.

Quanto às formas de pesquisa e metodologias aplicadas, foram empregadas a pesquisa bibliográfica e as metodologias: indutiva, histórica, pesquisas quantitativas e qualitativas, para a criação de um horizonte de expectativa para 2031, e a análise *SWOT*, que analisará os principais fatores de força e de fraqueza relacionados à execução do PEM2040, para o cenário de 2031, em relação aos fatores externos, representados pelas principais oportunidades, que deverão ser reforçadas pelos fatores de força e atenuadas pelas fraquezas, e ameaças, que deverão ser evitadas pelos fatores de força e mitigadas pelas fraquezas. A partir do cruzamento dos fatores internos pelos externos, será possível identificar as melhorias necessárias ao PEM2040 e as ações necessárias para mitigar as ameaças¹².

Para a pesquisa, foram utilizados os seguintes autores das obras bibliográficas e dos artigos referenciados, durante a revisão dos assuntos: Athilio S. dos Santos, Diego Pautasso, Elias D. Morales, Eric Hobsbawm, Graham Allison, Hamza Shad, Henry Kissinger, Jeffrey Legro, Jung Chang, Kenneth Roth, Liu Mingfu, Logan Pauley, Louise Levathes, Mao Zedong, Michael Schuman, Robert F. Gold, Shu Sheng, Thaís M. Fernandes, William T. Rowe e Xi Jinping, por suas contribuições na descrição e análise histórica global e especificamente contemporânea da RPC; Basil H. Liddell Hart, Danilo Oliveira, Gabriel Collins, Geoffrey Till,

¹² Do artigo “*O que significa SWOT e o que ela pode fazer pelo seu negócio?*”, do site Verde Ghaia Consultoria Online, 11 abr. 2017. Disponível em: <www.consultoriaiso.org/o-que-significa-swot-e-o-que-ela-pode-fazer-pelo-seu-negocio/>. Acesso em: 9 ago. 2021.

James R. Holmes, Johnny D. Uribe, Mauricio R. Ruiz, Michael C. Grubb, Sergio U. Cáceres, Seth Cropsey e Toshi Yoshihara, por suas contribuições na construção do pensamento estratégico marítimo mundial e principalmente da RPC; Reinhart Koselleck, por sua contribuição para o desenvolvimento do espaço de experiência e horizonte de expectativa para 2031; e Verde Ghaia Consultoria, pela descrição detalhada sobre o uso da ferramenta de gerenciamento empresarial *SWOT*.

2 UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A CHINA

Para compreensão da RPC como potência emergente do século XXI, faz-se necessário revisar toda transformação política, social e econômica de sua história, desde o “Século de Humilhação”, até o atual “Sonho Chinês” de Xi Jinping.

2.1 O “Século de Humilhação” da China

O processo de crescimento industrial e tecnológico ocorrido no Ocidente, a partir do final do século XVIII, teve como consequências a necessidade de destinar os excedentes produzidos para outros continentes, em especial a Ásia Oriental (HOBSBAWM, 2002). A China imperial viu-se obrigada a mudar sua posição isolacionista, em 1839, após o incidente no porto de Guangzhou, quando comerciantes ingleses e estadunidenses foram proibidos de vender o ópio cultivado na Índia Britânica. Como consequência, a poderosa armada da Grã-Bretanha realizou o bloqueio dos portos chineses, em favor dos comerciantes britânicos, dando início à 1ª Guerra do Ópio (1839-1842). A capitulação chinesa, com a assinatura do Tratado de Nanjing¹³, teve como consequências: a abertura forçada de seus portos ao comércio dos produtos estrangeiros, em especial o ópio indiano; a posse de Hong Kong pela Grã-Bretanha; e o pagamento de suntuosa multa, dando início ao “Século de Humilhação” (HOBSBAWM, 2002; WANG, 2005).

A 2ª Guerra do Ópio (1856-1860) (ROWE, 2009) ocorreu sob o pretexto do Império chinês ter quebrado o tratado de Nanquim, iniciando o conflito armado entre o Império chinês e as potências ocidentais, representadas pela Grã-Bretanha, França, EUA e Rússia. Com a derrota e capitulação chinesa, em 1858, foi assinado o Tratado de Tianjin, no qual a China cedia mais portos chineses para o comércio com o Ocidente¹⁴; autorizaria a implantação de embaixadas dos países vencedores, em Beijing; e repararia as perdas da guerra, por meio de pesadas multas à Grã-Bretanha e à França (ROWE, 2009; KISSINGER, 2011).

¹³ Conhecido, também, como Tratado de Nanquim, foi considerado como o primeiro dos “Tratados Desiguais” impostos pelas potências do Ocidente aos países do Extremo Oriente, ao longo do século XIX.

¹⁴ Portos em Hankou, às margens do rio Yangtzé; em Yingkou, na península de Liaodong, Manchúria; e em Taiwan.

A relutância chinesa em cumprir o Tratado de Tianjin levou a tomada de Beijing, em 1860, por forças inglesas e francesas. O Império russo foi o mediador dessa situação e por oportunismo conquistou o direito de ocupar a Manchúria Exterior e a atual cidade de Vladvostok, antigas pretensões russas junto ao Império chinês (KISSINGER, 2011).

Em todos os enfrentamentos ocorridos entre a China imperial e as potências Ocidentais, ao longo do século XIX, a China não resistiu aos avançados navios de guerra ingleses e franceses e aos seus exércitos organizados e bem armados, sendo subjugada em todos os conflitos, fragmentando seu território e descentralizando suas economia e política interna.

Com o crescimento industrial e militar japonês, no final do século XIX, começaram as pretensões imperialistas sobre o já combalido Império chinês, resultando na 1ª Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), custando à China o controle sobre a Coreia, além de perdas territoriais nas cidades ao Sul da Manchúria (Lushunkou, Weihaiwei e Yingkou) e da ilha Taiwan. Esse conflito causou grandes perdas à marinha chinesa da época, que já passava por problemas operacionais de manutenção e renovação dos seus meios navais (KISSINGER, 2011).

Com a fragmentação do Império chinês, cujo controle não mais se concentrava nas mãos da corte em Beijing, crise econômica e social sem precedentes, e o afloramento do sentimento nacionalista por diversos membros de seitas secretas e de revolucionários republicanos ao Sul da China, fazem surgir Sun Yat-Sen, o principal articulador da primeira fase da revolução nacionalista, que viria a derrubar o Império Qing, em janeiro de 1912, tornando-se o primeiro presidente da recém criada República da China. O poder encontrava-se descentralizado, por conta da divisão das forças militares, ocorridas ainda durante o período imperial, por todo território chinês, onde seus comandantes, intitulados de Senhores da Guerra, assumiram o poder político de suas regiões, fragmentando ainda mais o Estado (HOBSBAWM, 2002; KISSINGER, 2011).

Sun Yat-Sen defendia três princípios fundamentais para a sociedade da China: o nacionalismo, a democracia e a subsistência. Esses princípios, que visavam não a liberdade individual, mas sim a liberdade da China frente aos invasores imperialistas, norteariam a criação do KMT, em 1912 (HOBSBAWN, 2002; SCHUMAN, 2020).

Conforme Schuman (2020) descreve, na visão de Sun Yat-Sen, apenas quando a China atingisse elevado nível de nacionalismo e unificação seria capaz de se tornar um Estado forte novamente. Liu Mingfu (2015) corrobora que a China deveria buscar dois conceitos de perfeição: como nação e por suas qualidades. O primeiro, definido como o Estado dos “quatro mais”: mais forte, mais rica, menos corrupta e com excelente governança, e com a população mais feliz. O segundo, definido como as seis máximas qualidades, deveriam maximizar a

grandeza da China, sua excelência, seu progresso, sua dignidade, sua riqueza e suas segurança e felicidade.

Analisando os desejos de Sun Yat-Sen, a busca dos quatro mais representava exatamente a antítese dos problemas pelos quais a China da década de 1910 passava, com um Estado dividido, fraco e com perdas de sua soberania; a economia em colapso, com elevadas taxas de inflação e dívidas com os Estados imperialistas, que exploravam seu comércio; o governo sem autoridade e com resquícios monárquicos de grande corrupção entre seus agentes governamentais; e a população sofrendo com o vício causado pelo ópio e a fome impactando diretamente na saúde e bem-estar.

A situação de instabilidade nacional gerada pelos primeiros anos da República da China facilitou a implantação do sentimento radicalista, defendido por intelectuais e segmentos da população chinesa, abrindo caminho à ideologia comunista da então recém-criada União Soviética, em 1917. Em 1919, a ex-União Soviética passa a apoiar o KMT de Sun Yat-Sen, na reconquista do país, em troca deste aceitar e assegurar a criação do PCCh (SCHUMAN, 2020).

Com o caminho liberado pelos nacionalistas de Sun Yat-Sen, cria-se o PCCh, que passa a se espalhar por todo Sul e Centro da China, sob orientação direta de Moscou (CHANG; HALLIDAY, 2012; SCHUMAN, 2020).

Com o rompimento do KMT e da ex-União Soviética, em 1927, Chiang Kai-Shek promove a expulsão e perseguição de todos os comunistas chineses, dando início a uma Guerra Civil (1927-1949) (CHANG; HALLIDAY, 2012).

A Guerra Civil chinesa facilitou a tomada da Manchúria pelos japoneses, em 1931, que não encontraram reação por parte da China (CHANG; HALLIDAY, 2012; KISSINGER, 2011).

Durante a 2ª Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), o governo de Chiang Kai-Shek recebeu apoio soviético para conter o avanço japonês, em troca de uma trégua entre comunistas e nacionalistas chineses, para que pudessem enfrentar o inimigo comum. Essa trégua proporcionou ao exército comunista, liderado por Mao Zedong, a ocupação de um terço dos territórios ao Sul e Centro da China, os quais seriam convertidos em vantagens ao PCCh, ao final da 2ª Guerra Mundial (CHANG; HALLIDAY, 2012).

Apesar de arrasada e fragmentada, ao término da 2ª Guerra Mundial, a República da China foi incluída, em 1945, como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), no intuito do governo nacionalista conter o avanço russo na Ásia (KISSINGER, 2011).

Graças às conquistas alcançadas pelo exército comunista chinês, durante o período

de guerra, e ao retorno do apoio financeiro da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1949, o PCCh derrota o combalido governo nacionalista. O governo da ex-República da China retira-se para Taiwan, tornando Taipei sua nova capital de governo, mantendo a estrutura política, militar e os tesouros nacionais (artísticos e culturais das dinastias imperiais). O governo de Taiwan continuaria como representante do Estado Chinês perante o Conselho de Segurança da ONU até 1971, quando passaria em definitivo para a RPC (KISSINGER, 2011).

Como consequência do “Século de Humilhação”, a RPC teve grandes perdas às suas: soberania, política, economia e sociedade. A influência estrangeira em seus assuntos internos, causou grandes ressentimentos na população, os quais têm sido explorados por todos os líderes chineses que se seguiram. A busca da China próspera, rica, forte e unificada de outrora passaria a ser a missão principal de seus futuros governantes.

2.2 A “Nova China” de Mao Zedong e a “Reforma e Abertura” iniciada por Deng Xiaoping

A Era Mao Zedong foi a responsável por muitas transformações econômicas, sociais e políticas, necessárias para a reunificação do Estado chinês, desenvolvimento da sua infraestrutura de base e reconhecimento do PCCh como sistema único de governo. Sob a nova chancela política, a RPC, liderada por Mao Zedong, começa o período de repressão aos ditos contrarrevolucionários ao comunismo implantado (SHENG, 2012).

Como forma de controlar a inflação dos primeiros anos da RPC, a partir de 1950 o governo assume o controle de todos os setores da economia e da produção, por meio do processo de coletivização das produções industriais e agrícolas, e de estatização da economia (SHENG, 2012).

Por ocasião da Guerra da Coreia (1950-1953), o governo chinês toma o controle de suas indústrias privadas, fazendo com que estas aumentassem suas produções em prol da guerra, e, por conseguinte, o crescimento da sua economia. A ex-URSS apoiaria a RPC na modernização de sua indústria militar e forneceria armamento e munição às tropas chinesas enquanto durasse o conflito na Coreia. Os ganhos obtidos pelo PCCh, com a Guerra da Coreia, aceleraram seu projeto de poder, com a coletivização da agricultura, a estatização do capital e a centralização do poder ao regime comunista, por meio do expurgo de todos que eram leais ao antigo regime nacionalista (SHENG, 2012).

Com o crescimento da produção industrial, que ficou em torno de 145% no ano de 1952, em relação a 1949, o governo chinês resolve implantar seu primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), focando principalmente na renovação das suas indústrias de base. Porém foi graças à ajuda direta da ex-URSS, com a implementação de 156 projetos de modernização das indústrias e parque tecnológico chinês, dentre eles o projeto nuclear, que tornou possível a autossuficiência da RPC na produção de maquinário e equipamentos, e na exploração e fornecimento de matérias primas, combustíveis e eletricidade. Com o apoio soviético, a RPC consegue desenvolver sua indústria para produção de aviões de guerra (similar ao MIG-15 soviético), caminhões e locomotivas, possibilitando o aumento da integração e o fluxo dos produtos entre campo e cidade (SHENG, 2012).

Ao longo do período do plano quinquenal, começam a surgir as empresas e indústrias de gestão mista, e toda produção ficou à disposição da política do Estado. Em 1957, deu-se início a política do Grande Salto para Frente, onde se buscou aumentar a produção agrícola, por meio de melhorias nas técnicas de irrigação, para impulsionar a economia da RPC. No setor industrial, o PCCh estabeleceu a meta de produção de aço, a fim de ultrapassar a produção britânica em menos de quinze anos. O desvio de trabalhadores agrícolas para obras de infraestruturas de irrigação e produção de aço levou ao colapso na produção de alimentos, sentenciando milhões de pessoas a morte por inanição, em todo país (SHENG, 2012). Com o desastre da política do Grande Salto para Frente, de Mao Zedong, é criada uma ala pragmática dentro do partido, encabeçada pelo presidente do governo, Liu Shaoqi, a fim de evitar que novas políticas semelhantes causassem prejuízos à RPC.

A partir de 1955 começa o desgaste nas relações entre a RPC e a ex-URSS, com a não submissão chinesa ao Pacto de Varsóvia (1955) e a sua participação na conferência Ásia-África (1955), onde se criou o grupo dos países comunistas não alinhados a Moscou, com a RPC assumindo a liderança desse bloco. O escalamento da crise entre os dois Estados desenvolveu-se com: a retirada do então apoio soviético ao projeto nuclear chinês, em 1960, decorrente da crise entre a RPC e EUA, sobre a questão de TAIWAN, em 1958; a neutralidade da ex-URSS durante a Guerra Sino-Indiana (1962), às questões territoriais não resolvidas entre os dois países; e a aproximação da RPC junto aos países ocidentais, em 1970 (KISSINGER, 2011).

A ameaça revisionista do comunismo chinês impulsionada pelo fracasso na política do Grande Salto para Frente e pela mudança de postura da política externa da ex-URSS, apresentada pelo Líder Nikita Khrushchev, motivou a Revolução Cultural, amplamente apoiada por Mao Zedong e sua esposa, cujo objetivo principal seria fortalecer a base revolucionária

chinesa, mas, acima de tudo, promover a identificação e expurgo dos representantes intelectuais da sociedade e do governo, simpatizantes às novas políticas revisionistas da ex-URSS (KISSINGER, 2011).

A Revolução Cultural não trouxe ganhos para o Estado chinês, provocando: atrasos na formação acadêmica da juventude chinesa; excessos contra os oponentes políticos de Mao Zedong, culminando com a queda do presidente da RPC, Liu Shaoqi; perseguição política de todos os associados a Liu Shaoqi, dentre eles, Deng Xiaoping; e a criação de um clima de caos e de desconfiança social (KISSINGER, 2011; SHENG, 2012).

Reconhecendo os excessos causados pela revolução cultural, Mao Zedong foi obrigado a ceder às imposições do PCCh, permitindo a reabertura da diplomacia chinesa para o mundo exterior, uma vez que sua rivalidade com a ex-URSS deixaria a RPC em desvantagem dentro do cenário geopolítico em que ela se inseria, com possíveis ameaças vindas da Índia, do Japão e da própria ex-URSS. Esse cenário foi crucial para que os EUA comessem a reaproximação da RPC, em decorrência de seu potencial nuclear, de modo a neutralizar o avanço da ex-URSS no continente asiático (KISSINGER, 2011).

Como resultado da abertura da diplomacia chinesa para outros Estados, foi garantida sua aprovação para ingressar na ONU e assumir o assento permanente no Conselho de Segurança, em 1971, substituindo o governo de Taiwan (LEGRO et al., 2010).

O fim do isolamento da RPC era visto como necessário, a fim de evitar ações tanto estadunidenses como soviéticas em seu território, onde deveriam ser empregados dois conceitos em sua estratégia militar, o primeiro: a política da defesa ativa, e o segundo: a política da ofensiva ativa¹⁵ (KISSINGER, 2011).

Porém foi a iminência de uma Guerra Sino-Soviética, em 1969, e o ingresso da RPC à ONU, em 1971, que forçou a posição dos EUA a favor da RPC. A partir de 1970, a RPC e os EUA voltam a dialogar pelos canais diplomáticos, procurando o melhor momento para não suscitar uma agressão militar da ex-URSS contra a RPC (KISSINGER, 2011).

A abertura acontece oficialmente em 1972, com a visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, a Beijing. Como resultado dessa reunião, os EUA assinaram acordos de cooperação comercial, científico-tecnológico entre os dois países; reconheceram a existência de *apenas uma China*, sendo Taiwan parte dela, comprometendo-se, a longo prazo, a retirar suas tropas e instalações militares da ilha, conforme fossem resolvidas pacificamente as questões entre as duas partes; e firmaram o acordo, chamado de primeiro comunicado, de que

¹⁵ A defesa ativa significa não atacar primeiro, mas caso seja atacado, ter a capacidade de pronta reação; e ofensiva ativa significa ter a capacidade de realizar ataque preventivo e de tomar a iniciativa.

não admitiriam e que se oporiam a qualquer Estado que buscasse ou estabelecesse hegemonia na região da Ásia-Pacífico (KISSINGER, 2011).

Com a morte de Mao Zedong, encerra-se um importante período para a RPC. Em que pese suas decisões políticas conturbadas, que causaram morte e sofrimento a grande parcela de sua população, foram inegáveis as suas contribuições para: a reunificação do Estado chinês; o estabelecimento de uma China Forte, que não se submeteu às ordens da ex-URSS; a consolidação do comunismo com características chinesas em todo país, como sistema político único; e a condução da economia de uma China outrora agrária, para uma China industrializada e com domínio na produção de artefatos nucleares.

A partir de 1976, a RPC passou por um período de transição conturbada, onde Hua Guofeng (1921-2008), sucessor direto de Mao Zedong, teve a árdua tarefa de governar a RPC, com um PCCh dividido entre uma ala pragmática, composta por administradores práticos (Zhou Enlai e Deng Xiaoping), que desejavam a abertura econômica chinesa para o mundo, e uma ala revolucionária, representada pela viúva de Mao Zedong, cujo desejo era manter a mesma linha de pensamento maoísta de isolamento e antirrevisionismo (KISSINGER, 2011).

Após a prisão dos remanescentes da ideologia de Mao Zedong, Deng Xiaoping assume a liderança do PCCh, ditando o rumo revisionista a ser seguido pelo país (KISSINGER, 2011).

Deng Xiaoping dá prosseguimento à abertura da política externa chinesa, iniciada no início da década de 1970, juntamente com uma profunda reforma na estrutura política e econômica da RPC. Buscou seguir, na maioria das vezes, os fundamentos ideológicos propostos por Sun Yat-Sen e Zhou Enlai, pautados na prosperidade chinesa e no equilíbrio com os princípios revolucionários (MINGFU, 2015).

As Quatro Modernizações Socialistas empregadas por Deng Xiaoping, em 1979, emprestam a visão de Zhou Enlai, em 1975, de uma RPC próspera e moderna nas expressões: econômica, representada por sua agricultura e indústria; militar, por meio da modernização e dimensionamento adequado de suas forças armadas para a defesa nacional e de seus interesses; e de Ciência e Tecnologia (C&T), por meio da busca do conhecimento e organização alcançados pelas potências mundiais (KISSINGER, 2011).

Para a inserção da RPC no contexto internacional dos Estados responsáveis, seria necessário que ela resolvesse suas deficiências com respeito às questões políticas, ligadas à má governança; e às sociais, como a fraca participação chinesa em Missões de Ajuda Humanitária a outros Estados e principalmente ao descumprimento dos ditames da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), cujos artigos fundamentais vinham reconhecidamente sendo

descumpridos ao longo de seus mais de vinte anos de existência (LEGRO et al., 2010).

Um ano após sua assunção, em 1979, Deng Xiaoping aceita o convite do então presidente dos EUA, Jimmy Carter (1924-), e realiza a primeira visita de um líder comunista chinês àquele país. Durante essa visita foram assinados diversos acordos de cooperação econômica e diplomáticos, conhecidos como o segundo comunicado, citando o reconhecimento da RPC em detrimento de Taiwan, representado pela mudança da embaixada de Taipei para Beijing. Durante a sua estadia, Deng Xiaoping realizou diversas visitas às principais indústrias e instituições científicas estadunidenses, com o fito de verificar maneiras de modernizar a RPC aos padrões ocidentais (KISSINGER, 2011).

Sobre a questão da reunificação de Taiwan ao continente chinês, esta continuava sendo a estratégia política principal dos governos comunista e nacionalista, porém, a partir do reconhecimento estadunidense, em 1979, de que Beijing era a única capital Chinesa, fez crescer na população daquela ilha o sentimento de tornar Taiwan um país independente. Os mesmos EUA que reconheceram Beijing como capital chinesa, em contrapartida, apoiavam, por meio de seu Congresso Nacional, o governo de Taiwan, com declarações de apoio de equipamentos militares suficientes para garantir sua autodefesa. Tal declaração demandou uma posição mais assertiva do governo de Beijing, contra a interferência estadunidense, sendo firmado novo acordo, considerado com o terceiro comunicado, durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989), no qual os EUA se comprometiam a não apoiar Taiwan, a longo prazo, com seus equipamentos militares (KISSINGER, 2011).

Devido ao acelerado crescimento de sua economia e a abertura cada vez maior para o mundo, começam a surgir questionamentos de parcela de sua sociedade com respeito ao sistema de governo, levando ao ápice de uma crise social no final da década de 1980. Essa pressão social culminou no episódio conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, o qual foi amplamente divulgado pela mídia internacional, maculando profundamente a imagem da RPC, que buscava apresentar uma China “Responsável” perante os Estados mundiais (LEGRO et al., 2010).

Como repercussão negativa, os EUA e os Estados europeus aplicaram severos embargos comerciais e militares à RPC. Esta, por outro lado, temendo ruptura em seu sistema político, voltou à prática de perseguição política e de expurgo (KISSINGER, 2011; LEGRO et al., 2010).

A crise social enfrentada em 1989 desgastou a imagem internacional da RPC e de Deng Xiaoping, fazendo-o passar a liderança do PCCh, em novembro do mesmo ano, para seu escolhido Jiang Zemin (1926-) (LEGRO et al., 2010).

A liderança de Jiang Zemin (1989-2002) manteve as premissas de modernização, principalmente nos setores industrial e de investimentos na educação e capacitação tecnológica, porém sem dotar das características revolucionárias de seus antecessores. Seus maiores desafios foram: de restabelecer as relações diplomáticas com as nações do mundo, em especial com os EUA; defender as reformas econômica e científica necessárias para tornar a RPC uma potência próspera; e apaziguar os membros da ala esquerdista do PCCh, que ansiavam pela volta do maoísmo, por considerarem que os conflitos sociais ocorridos contra o regime comunista, advieram das políticas de reforma e abertura ao capitalismo (KISSINGER, 2011).

Com a queda do comunismo Soviético (1991) e de suas repúblicas satélites, restou à RPC a responsabilidade de condução do regime comunista na era pós-bipolaridade, exercendo liderança junto aos Estados de regimes comunistas remanescentes e junto aos potenciais países em desenvolvimento. Na FIG. 1, ANEXO B, é possível visualizar a influência da RPC, desde sua criação até 1987, nos movimentos insurgentes do continente africano, com forte apoio de formação militar e armamento, além de formação de ideologia comunista (CONDE, 2009).

Na década de 1990, a RPC adere a diversos tratados e convenções ligados ao controle de armamentos químicos, biológicos e nucleares, demonstrando o compromisso responsável de seu Estado. Aquela década marcou, também, o aumento da participação chinesa em questões de preservação ambiental e nas Operações de Paz sob a égide da ONU (LEGRO et al., 2010).

As diversas concessões da RPC, com respeito ao comércio internacional, garantiram-lhe o acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 2001. A reestruturação visava atrair capital estrangeiro, tecnologias e investimentos, a fim de desenvolver seu parque fabril (LEGRO et al., 2010).

No que tange aos investimentos militares chineses, no final do século XX e início do século XXI, as questões de litígio territorial e marítimo demandariam grandes investimentos na área militar. Ao longo da década de 1990, a RPC possuía pendências territoriais com os seguintes Estados: a Índia, sobre o apoio à autonomia do Tibete; o Reino Unido, que manteria a administração de Hong Kong, até 1997; Portugal, que transferiu a posse de Macau em 1999; EUA, com seu apoio de material bélico a Taiwan, desde 1979; e o Japão, na questão das ilhas SENKAKU/ Daioyu (KISSINGER, 2011).

Em 1995, surgiria um novo impasse diplomático entre a RPC e EUA, por conta do apoio dado por esses à candidatura de Lee Teng-Hui, presidente do KMT taiwanês e detentor de ideais separatistas. Como retaliação, a RPC suspende as relações diplomáticas com os EUA

e conduz exercícios militares com lançamento de mísseis inertes¹⁶ ao longo do estreito de Taiwan, demonstrando poder e causando tensão na região. Após esse evento, os líderes da RPC e dos EUA realizam um encontro na cidade de Nova Iorque, porém sem resolução do impasse. Conforme o processo de eleições para presidente prosseguia em Taiwan, seguiu-se uma guerra de atrição conduzida pela RPC. O governo dos EUA, temendo instabilidade na região e o comprometimento de seus interesses comerciais em Taiwan e na RPC, decide enviar duas forças-tarefas, nucleadas em porta-aviões, a fim de garantir a paz na região. Fruto deste episódio, a partir de 1996, a RPC começa a traçar metas para a modernização e aumento de sua força naval, de modo a garantir a plena defesa de seus interesses no mar, sejam eles estratégicos como comerciais (KISSINGER, 2011).

Com relação às questões envolvendo Hong Kong e Macau, as transferências de ambas as possessões marcaram a política da RPC de um país, dois sistemas, onde as administrações políticas e econômicas das duas cidades permaneceriam conforme as administrações anteriores, sendo reconhecidas perante a constituição chinesa (RPC, 2018), em seu artigo 31, como Regiões Administrativas Especiais (RAE).

Após pouco mais de uma década no poder, Jiang Zemin passa a liderança para Hu Jintao (1942-), cuja governança deu continuidade às mudanças propostas pelos governos reformistas anteriores (KISSINGER, 2011).

A RPC herdada por Hu Jintao apresentava quadros de grande crescimento econômico e a mudança da visão mundial perante o Estado chinês. A RPC começa a assumir seu papel de grande potência econômica regional, iniciando os grandes investimentos militares e tecnológicos de suas forças armadas, em especial, de sua modesta marinha de guerra (KISSINGER, 2011).

O elevado crescimento industrial da RPC, a partir de 1978, observado até o final do governo de Hu Jintao, havia causado a demanda por alimentos, matérias-primas e combustíveis de toda ordem. Cerca de 90% do comércio desses produtos importados e exportados utilizam o mar como principal meio de transporte. Esse fato fez com que a RPC começasse a dar maior atenção à proteção dessas LCM e à sua frota mercante.

Os setores de C&T e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) chineses apresentaram elevado crescimento graças à presença de empresas estrangeiras em seu território, motivadas pela mão de obra abundante e de baixo custo, além de facilidades na legislação chinesa, cuja contrapartida seria a transferência de conhecimento. Os primeiros empreendimentos

¹⁶ Mísseis com ogivas sem carga explosiva, consideradas de exercício.

tecnológicos chineses foram baseados em engenharias reversas dos produtos estrangeiros fabricados em solo chinês, aplicando-se melhorias aos processos e produtos. O Programa Nacional de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da C&T (*MLP*), lançado em 2006, com ações até 2020, orientava os esforços chineses para: busca da inovação original chinesa e a renovação de produtos já existentes; saltos tecnológicos em áreas-chaves ligadas à economia do Estado e ao bem-estar da população; desenvolvimento sustentável; e liderança chinesa na área de C&T e Inovação (C&T&I), como forma de impulsionar o crescimento econômico¹⁷. A TAB. 1, ANEXO B, apresenta o panorama de investimentos chineses em C&T, de 2004 a 2008.

No tocante às relações diplomáticas entre Brasil e a RPC, foram iniciadas em 1974, após o reconhecimento da RPC como membro da ONU, em detrimento de Taiwan. A parceria estratégica firmada entre os dois países, lastrada pelos princípios de respeito à soberania e à autonomia dos Estados, resultou em 34 contratos de mútua prestação de serviços, assinados entre a década de 1980 até o final do século XX (SHENG, 2012).

Dentre os projetos estratégicos mais importantes realizados entre os dois países ressalta-se o desenvolvimento dos Satélites Sino-Brasileiros de Rastreamento dos Recursos Terrestres (*CBERS*), lançados pela RPC, a partir de 1999.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) proporcionou maior abertura diplomática e econômica com a RPC, ficando ainda mais forte a partir da criação do bloco dos países do *BRICS*¹⁸. Em 2009, a RPC passa a ser a maior importadora de produtos brasileiros, superando os EUA, em sua maioria de *commodities* (SHENG, 2012). Esse cenário demonstra a importância do Brasil para a RPC, contribuindo para abastecer o mercado interno chinês com matérias primas para suas indústrias (combustíveis e minerais) e alimentos para sua população.

A política de reforma e abertura possibilitou a inserção da RPC como Estado responsável e competitivo. Sua inclusão na OMC intensificou suas exportações e importações, principalmente pelo modal marítimo, demandando apoio logístico pelos portos estrangeiros ao longo das rotas marítimas nas regiões do Indo-Pacífico, Golfo Pérsico, Mar Mediterrâneo e continente africano. No campo militar, as questões de soberania sobre Taiwan e da proteção de seu tráfego marítimo de interesse, em franco crescimento, demandaram maior investimento na MELP, a fim de sobrepor o poderio militar dos EUA, atuante na região da Ásia-Pacífico, e garantir a manutenção de sua economia, assegurando o fluxo de mercadorias e commodities. A

¹⁷ Do artigo “*A transformação da China em Economia Orientada à Inovação – Parte I*”, ed. 482, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), em 26 ago. 2011. Disponível em: <www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_482_a_transformacao_da_china_em_economia_orientada_a_inovacao_par_te_1.html>. Acesso em: 11jul 2021.

¹⁸ Iniciais dos países: Brasil, Rússia, Índia, RPC e África do Sul. Ver Glossário.

busca por *commodities* latino-americanos e africanos para abastecer o setor de alimentação, o parque industrial e de energia chineses tem reforçado a importância do Atlântico Sul para a estratégia chinesa.

2.3 A “Dinastia Jinping” e o “Sonho Chinês”

A RPC que Xi Jinping recebia em 2012 em muito se diferenciava das que Mao Zedong e Deng Xiaoping haviam recebido em suas épocas. De país agrário atrasado, isolado do sistema internacional e com diversas crises sociais, passou a ser respeitado pelos demais Estados mundiais, em que pesem seus problemas políticos e sociais ainda crônicos.

Diferente de seus antecessores, Xi Jinping busca uma liderança mais assertiva da RPC perante o mundo, ao mesmo tempo que procura preservar a imagem de um país responsável e cumpridor dos compromissos com a democracia mundial e com a preservação ambiental. A continuidade da política de reforma e abertura de Deng Xiaoping prossegue em todos os segmentos do país, ao mesmo tempo que congrega os quatro princípios fundamentais do PCCh; o pensamento de a tríplice representatividade de Jiang Zemin; e o conceito de desenvolvimento científico de Hu Jintao (JINPING, 2019a).

Estipula duas metas para a RPC, coincidentes com os dois centenários previstos para o século XXI: o primeiro de uma China moderadamente próspera, fixada principalmente na reforma e abertura econômica, que garantiria chegar no centenário da criação do PCCh com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita superior a dez mil dólares; e o segundo de uma China moderna, desenvolvida tecnologicamente, com uma sociedade rica e com um poderio miliar condizente com sua grandeza (ALLISON, 2020).

Para atingir suas metas, Xi Jinping tem investido com rigor em quatro medidas que considera vitais: a renovação da governança, a elevação do sentimento nacionalista e patriótico da sua população; a continuidade à reforma e abertura da economia, iniciando a 3ª fase¹⁹ da revolução econômica, aliada à estratégia do “poder suave” (*soft power*²⁰) da ICR; e a organização e reestruturação das forças armadas (ALLISON, 2020).

Com reformas no sistema político, procura mostrar para sua população e para o

¹⁹ Considera-se que a 1ª fase foi iniciada por Deng Xiaoping, a partir de 1978, e a segunda por Jiang Zemin, na década de 1990.

²⁰ Ver Glossário.

mundo o comprometimento de seu governo com: a boa governança, expressada em seus discursos, por meio de palavras de ordem contra a corrupção, a burocracia e os favorecimentos a membros do próprio PCCh; a preocupação política afeta à erradicação da pobreza, até o ano de 2020, pois fazem parte do projeto do “Sonho Chinês” e da China moderadamente próspera; as questões ligadas às RAE de Macau e de Hong Kong, pois a política de um país, dois sistemas vêm encontrando resistência, principalmente pela população de Hong Kong, acostumadas à administração capitalista desde o século XIX, e cuja interferência da RPC, principalmente em seu sistema político e de defesa nacional, tem gerado revoltas populares, tendo como ápice o ano de 2019; os problemas de separatismo enfrentados no Tibete e em Xinjiang; a participação ativa da RPC em assuntos afetos às questões de preservação ambiental e do ecossistema; e a participação nos temas ligados à ONU, que tratam de Missões de Paz e Ajuda Humanitária (ALLISON, 2020).

No final de dezembro de 2019, a RPC faz o primeiro pronunciamento oficial de que na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, foram observados 27 casos de pacientes acometidos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (*SARS*), cujo mapeamento genético não se assemelhou a nenhuma cepa viral conhecida até então²¹. No início de janeiro de 2020, cientistas chineses sequenciam geneticamente o novo vírus e identificam ser uma mutação do coronavírus, sendo batizado de *SARS-CoV-2*, e posteriormente de *Corona Virus Disease 2019 (CoViD-19)*²². Ao longo de 2020 e até meados de 2021, o mundo ainda enfrentava as consequências da pandemia global da *CoViD-19*, o que gerou recessão econômica e mortandade²³ em escala mundial, prejudicando a imagem da RPC, por ter sido o epicentro da pandemia, levando a diversas teorias da conspiração, dentre elas de que tudo fora premeditado pela RPC e de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) seria cúmplice das ações chinesas, porém nenhuma delas foram devidamente comprovadas²⁴.

Nas comemorações do centenário de criação do PCCh, em 1º de julho de 2021, o Presidente Xi Jinping declarou a toda nação a conquista do primeiro objetivo de seu governo, com a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos. Essa

²¹ De acordo com a notícia “*Viral Pneumonia cases reported in central China*”, publicada no site *China Daily*, em 31 dez. 2019. Disponível em: <govt.chinadaily.com.cn/s/201912/31/WS5e670a87498ea01b9aea1827/viral-pneumonia-cases-reported-in-central-china.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

²² De acordo com a notícia “*New Virus Discovered by Chinese Scientists Investigating Pneumonia Outbreak*”, publicada no site do *Wall Street Journal*, em 8 de jan. 2020. Disponível em: <www.wsj.com/articles/new-virus-discovered-by-chinese-scientists-investigating-pneumonia-outbreak-11578485668>. Acesso em: 10 jul. 2021.

²³ Até início de julho de 2021, foi registrada pela OMS a marca de 185 milhões de casos confirmados e 4 milhões de mortes decorrentes da *CoViD-19*. Disponível em: <covid19.who.int/>. Acesso em 10 jul. 2021.

²⁴ De acordo com artigo de Laura Plitt “*Pandemia de covid: por que há tantas teorias da conspiração sobre o coronavírus*”, do site da BBC News Mundo, de 3 nov. 2020. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-54787746>. Acesso em: 10 jul. 2021.

conquista estaria associada diretamente à resolução da pobreza no país, ocorrida em 2020. Outro ponto importante no discurso de Xi Jinping foi a declaração sobre a manutenção da estabilidade social das cidades pertencentes às RAE, garantindo sua segurança nacional. Sobre a questão Taiwan, declarou que todas as ações necessárias seriam empreendidas para a reunificação da China e que quaisquer tentativas de uma Taiwan independente seriam rechaçadas, alertando para que não fossem subestimadas a capacidade do povo chinês de defender sua soberania nacional²⁵.

A emergência da RPC como potência econômica, militar e tecnológica vem causando desequilíbrio mundial, em que pesem os discursos do líder Xi Jinping ressaltarem sempre que o crescimento chinês busca a convivência pacífica e o desenvolvimento mútuo e sustentável entre os demais países do planeta. A guerra econômica travada entre a RPC e os EUA causa incertezas sobre a manutenção da paz na região Asiática, ao mesmo tempo que a RPC passa a ser mais assertiva com respeito ao seu papel de liderança perante o seu entorno estratégico. As questões de defesa dos interesses nacionais chineses, presentes no seu território, localizados nas suas águas jurisdicionais e aqueles representados por suas empresas mistas e estatais, operando em diversos países, demandam o reaparelhamento e modernização de suas forças armadas, em especial de sua marinha, para fazer frente às ameaças externas, representadas por seus oponentes históricos. A capilaridade da MELP vem aos poucos extrapolando suas águas jurisdicionais, para além da região do Indo-Pacífico.

2.4 O Poder Nacional da “Nova Era”

Durante o governo de Xi Jinping, a RPC passa a mudar sua postura discreta em relação ao sistema internacional e as consequências de tal mudança vem sendo replicada em todas as expressões do Poder Nacional Chinês.

²⁵ Discurso proferido por Xi Jinping, durante o centenário de criação do PCCh, Beijing, 1º jul. 2021. Disponível em: <spanish.xinhuanet.com/2021-07/01/c_1310038399.htm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

2.4.1 Expressão Política

A carta magna da RPC foi promulgada em 1982 e continua em vigor, com cinco emendas aprovadas por seu Congresso Nacional do Povo (CNP). Ela dispõe que a RPC é um país multinacional, unificado, sob uma democracia popular e cujo regime econômico é o socialista de mercado. As quatro primeiras emendas à constituição contribuíram para a mudança da mentalidade econômica, principalmente, após a sua entrada na OMC, em 2001 (RPC, 2018).

Existem três poderes constituintes na RPC, sendo em ordem de importância: o Legislativo, representado pelo CNP, que se reúne apenas uma vez por ano; o Executivo, representado por um Presidente e o Conselho de Estado, que é o mais atuante; e um Judiciário independente, porém com pouca autonomia. A estrutura de poder chinesa se baseia no PCCh, que é o responsável pelas principais ações do governo, inclusive na escolha do presidente do país, os membros do seu Comitê Central, a Comissão Central de Inspeção Disciplinar, o Secretário Geral do Partido, os membros do Politburo e do Secretariado. Na prática, o PCCh é o responsável por elaborar as emendas à constituição e as principais diretrizes do governo (FERNANDES, 2014).

A última emenda à constituição, aprovada durante o 13º Congresso Nacional Popular, em 2018, além de ter aumentado o controle e supremacia do PCCh, removeu os limites para os mandatos do presidente e de seu vice, tornando seus cargos com validades indeterminadas. A FIG. 2, ANEXO B, apresenta a organização política da RPC.

Xi Jinping concentra a liderança de três cargos de alto nível da RPC, sendo: o Presidente da Comissão Militar Central (CMC) e o Secretário Geral do PCCh, desde 2012; e o Presidente da RPC, desde 2013. Em que pese a liderança do PCCh ser a mais importante no sistema de governo chinês, pois praticamente dita os rumos do país, Xi Jinping tem para si tanto a Chefia de Governo, de Estado e das Forças Armadas, agora por tempo indeterminado, remetendo aos poderes aristocráticos e dinásticos de outrora.

No que tange à política externa chinesa, esta busca consolidar o comércio exterior como fonte de recursos para acelerar seu desenvolvimento interno (PAUTASSO, 2009). Atualmente a RPC possui relações diplomáticas com todos os países do mundo, a exceção de catorze países que ainda consideram Taiwan como Estado independente e mantêm embaixadas naquela ilha²⁶.

²⁶ Do *site* do Ministério das Relações Exteriores da República da China (Taiwan). Disponível em: <www.mofa.gov.tw/Embassy.aspx?n=171&sms=86>. Acesso em: 12 jul.2021.

Com respeito à política regional, a RPC vem reconquistando seu espaço de potência dominante, ano após ano, por meio de mudanças da sua postura política de desenvolvimento pacífico regional, desde sua participação no final do século XX, em diversos fóruns regionais, principalmente após a crise financeira de 1997, como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (*ASEAN*) e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (*APEC*), sendo membro desta desde 1991. Essa política de boa vizinhança com os Estados do Sudeste Asiático e do Pacífico estendeu-se com a Rússia, em 2001, por intermédio da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), bem como a assinatura, em 2002, do acordo de livre comércio entre a RPC e os membros da *ASEAN*, cuja aliança está em vigor desde 2010. Durante o governo de Xi Jinping, esta postura pacífica da política externa chinesa tomou um rumo mais agressivo, pois ela passaria a projetar o seu *soft power* no cenário internacional, com a proposta ousada de criação da Nova Rota da Seda (JUNQUEIRA, 2020).

Para alcançar o segundo objetivo de governo, Xi Jinping elabora diversas alterações na política e em investimentos nas áreas de C&T&I, buscando elevar o crescimento e desenvolvimento da RPC a patamares considerados por muitos como insustentáveis (ALLISON, 2020).

Segundo os discursos de Xi Jinping, a política chinesa não manifesta seu interesse em tornar a RPC uma potência hegemônica mundial, em que pesem suas ações muitas vezes levarem a interpretações contrárias pelos demais Estados. A própria ICR é uma demonstração de que a RPC busca resgatar sua supremacia sobre a região da Ásia e do Pacífico, além do domínio das principais LCM que ligam os Oceanos Índico e Pacífico. As questões que envolvem suas pretensões sobre a reintegração de Taiwan e sobre as ilhas do MSC e do MCO vêm causando atrição constante na região, com a presença de meios navais e aeronavais da MELP, dos EUA e dos demais países do Diálogo de Segurança Quadrilateral²⁷ (*QUAD*). A necessidade estratégica de expandir suas fontes de *commodities* de minerais, de combustíveis e de alimentos, tem forçado a RPC a buscar parcerias com diversos países na região do Atlântico Sul, por meio de suas empresas mistas e estatais, o que vem servindo de alerta, principalmente aos EUA.

²⁷ Ver Glossário.

2.4.2 Expressão Econômica

A política de Reforma e Abertura continua ditando o rumo da economia chinesa, que depende exclusivamente do sucesso econômico para implementar seu desenvolvimento e manutenção do PCCh no poder (ALLISON, 2020).

O crescimento do comércio chinês vem forçando, conforme Kolstad e Wiig²⁸ (2012, apud SANTOS; MORALES, 2021), a RPC a realizar investimentos externos direto em países em desenvolvimento, com grandes fontes de recursos naturais e ao mesmo tempo detentores de instituições governamentais com grande instabilidade política, o que acaba gerando insegurança para o comércio direto entre esses países.

A partir de 1993, a RPC passou à condição de grande importadora de petróleo e derivados, dado seu acelerado crescimento econômico e populacional, onde a sua matriz energética não suportava mais tais índices de crescimento. Desde 2013, a RPC vem mantendo o posto de maior importadora dessas *comodities*. Grande parte do petróleo importado é destinado para suas indústrias de transformação e para o abastecimento de veículos no país. A crescente demanda por energia tem levado a RPC a investir cada vez mais em petróleo e gás pelo mundo, por meio de suas principais empresas do ramo: a *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* e a *Sinopec*. Desde 2009, o governo chinês vem subsidiando essas empresas para investirem no setor petrolífero do continente africano e sul-americano, o que vem permitindo o abastecimento e a manutenção de reserva estratégica do país, além de gerar lucros para as empresas com o petróleo e gás excedentes²⁹. A RPC passou a negociar com a América Latina, que a partir de 2018 passou a ser responsável por 13% do total importado, com vistas deste índice crescer a cada ano (SANTOS; MORALES, 2021). No continente africano, destacam-se as estatais chinesas de exploração de Petróleo presentes na Nigéria e em Angola, maiores produtores de petróleo do continente africano, cujo óleo bruto importado pela RPC, em agosto de 2019, correspondeu a aproximadamente 60% do total explorado em Angola e aproximadamente 15% do total explorado na Nigéria (KATSOULAS, 2019a, b).

Em 2020, a RPC foi a principal importadora do petróleo brasileiro, correspondendo a 58% de todo volume brasileiro exportado, sendo os EUA o segundo maior importador, com

²⁸ KOLSTAD, I.; WIIG, A. *What Determines Chinese Outward FDI?*. Bergen: *Journal of World Business*, v. 47, n. 1, p. 26-34, 2012.

²⁹ Do artigo “*China conquista posto de maior importador de petróleo do mundo*”, do site Tn Petróleo, 14 out. 2013. Disponível em: < tnpetroleo.com.br/noticia/china-conquista-posto-de-maior-importador-de-petroleo-do-mundo/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

6,9% do total exportado. Considerando-se a importação de combustíveis derivados do petróleo, a RPC correspondeu a apenas 3,2% (importações da RPC e de Hong Kong) e os EUA corresponderam a 14% do volume exportado, sendo esse o maior importador de combustíveis derivados de petróleo brasileiro³⁰.

Além do petróleo, a RPC é a maior parceira comercial do Brasil, sendo a maior importadora de produtos brasileiros e a maior exportadora para o país. Em 2020, a RPC teve participação em 32,4% das exportações brasileiras e 21,9% das importações, gerando um superávit na balança comercial entre os dois países de 33 bilhões de dólares em favor do Brasil³¹. As FIG. 3 e 4, ANEXO B, apresentam as visões gerais dos produtos brasileiros exportados e importados para e da RPC, bem como as suas porcentagens em relação ao total exportado/importado pelo Brasil.

Em 2016, a RPC ostentava a liderança na produção agrícola e de carnes mundial, quando produziu cerca de 1,2 bilhão de toneladas de produtos cultivados e cerca de 130 milhões de toneladas de carne. Ainda que ela mantenha essa posição de grande produtora mundial, não é suficiente para abastecer seus 1,4 bilhão de habitantes, principalmente quanto às necessidades de proteínas, que são supridas por importações de soja do Brasil e dos EUA. Apesar de ser o 3º maior país do planeta, a maioria de suas terras são impróprias para o cultivo agrícola (DALL'AGNOL, 2018).

Sob a política de comércio exterior, foi criada a estratégia da ICR³² (ver os 140 Estados que aderiram à ICR, até janeiro 2021, na FIG. 5, ANEXO B), proposta por Xi Jinping em 2013, que busca interligar a RPC a vários Estados da África, Ásia e Europa, por meio de ferrovias, estradas, hidrovias e LCM, com destaque à adesão de países latino-americanos a partir de 2017. Com investimentos nas áreas de infraestrutura e transporte, a RPC pretende ampliar e muitas vezes impor sua influência como potência global, por meio de seu *soft power* econômico e de serviços.

No contexto marítimo da Nova Rota da Seda, a RPC vem estabelecendo acordos de cooperação com países de interesse estratégico, de forma a garantir que as LCM dos produtos que entram e saem da RPC tenham o seu fluxo garantido. A influência chinesa próxima ao Mar Vermelho culminou na criação de uma base militar chinesa, no porto africano de Djibouti,

³⁰ Em 2020, Singapura foi a maior importadora de combustível derivado do petróleo brasileiro, correspondendo a 45% do total exportado. Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, 2021. Disponível em: <comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 12 jul.2021.

³¹ Disponível em: <comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 12 jul.2021.

³² Ver Glossário.

próximo ao Golfo de Áden³³ (MEICHEN, 2017). Na Ásia, a RPC busca manter controle sobre as LCM que ligam o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico, o Oceano Índico e Estreito de Málaca³⁴, ao MSC, através do arrendamento do porto de Gwadar, Paquistão (PAULEY; SHAD, 2018); de investimentos no porto de Chittagong (HE et al., 2018) em Bangladesh; e dos portos de Hambantota e futuramente de Colombo, no Sri Lanka. O governo chinês, através de suas empresas mistas e estatais, cumprem acordos de serviços de infraestruturas nos setores energéticos, aeronáuticos e principalmente portuários, com países em desenvolvimento no Indo-Pacífico e continente africano, com grande potencial de endividamento, capazes de colocá-los em armadilhas de dívida³⁵, caso não consigam honrá-los junto aos bancos estatais chineses. O Sri Lanka foi vítima dessa armadilha por ocasião da terceirização das obras de construção do porto em Hambantota, iniciado em 2008, pela empresa chinesa *Harbor Engineering Company*, ficando obrigado a passar a participação majoritária do porto para a estatal *China Merchant Port Holdings Group* e a arrendar, durante 99 anos, o equivalente a 6 mil hectares de terreno no entorno do porto, garantindo à RPC uma posição estratégica no Oceano Índico, ao lado da Índia, seu grande rival regional (GOLD, 2021).

Dentro da América do Sul, cabe destacar a crescente presença chinesa na Argentina (ARG), cuja parceria comercial prevê aprofundamento de laços econômicos, culturais e acadêmicos. Possivelmente por conta dos efeitos da pandemia da *CoViD-19*, o comércio Sino-Argentino vem superando o comércio argentino com o Brasil³⁶.

No ano de 2021, a despeito do cenário de crise econômica causado pela pandemia, foi verificado que a RPC obteve um crescimento em seu PIB de 2,3% durante 2020, ainda que fosse inferior aos observados nas últimas décadas. Esse crescimento foi impulsionado pelas exportações de seus produtos ligados ao combate à pandemia e hospitalares, como máscaras, aparelhos de medição e respiradores artificiais³⁷.

A economia chinesa é a principal base estratégica para o desenvolvimento do “Sonho Chinês” e de sobrevivência do PCCh perante sua população. Conforme as empresas estatais e mistas chinesas avançam pelos continentes, cresce a necessidade de a RPC adquirir

³³ Ver Glossário.

³⁴ Ver Glossário.

³⁵ Termo dado ao não cumprimento de dívidas entre o credor e o Estado financiado, gerando grandes perdas financeiras ao devedor, constantes em cláusulas contratuais.

³⁶ Disponível em: <www.brasildefato.com.br/2020/10/09/aproximacao-entre-argentina-e-china-pode-resultar-em-mais-fabricas-de-carne-suina>. Acesso em: 14 jul. 2021.

³⁷ De acordo com informações do Fundo Monetário Internacional (FMI), registrado no artigo “*Economia da China cresce 2,3% em 2020, apesar da pandemia*”, do site Deutsche Welle, de 18 jan. 2021. Disponível em: <www.dw.com/pt-br/economia-da-china-cresce-23-em-2020-apesar-da-pandemia/a-56264515>. Acesso em: 10 jul. 2021.

capacidade de defender tais interesses nacionais, principalmente por meio de sua marinha. A política econômica externa chinesa, conduzida muitas vezes de forma invasiva, tem levado principalmente os países em desenvolvimento a serem obrigados a aceitar imposições contratuais para honrar suas dívidas, muitas vezes com perda de controle sobre suas infraestruturas críticas, o que viabilizará uma capilaridade cada vez maior de empresas e forças navais chinesas pelo mundo. Por possuir uma economia forte em comparação a outros Estados em desenvolvimento, não é provável que o Brasil seja envolvido em uma armadilha de dívida com a RPC, porém, deve-se precaver com relação a essa possibilidade, principalmente nos setores de infraestruturas portuárias, energéticas e de atividades pesqueiras.

2.4.3 Expressão Militar

Conforme citado na Expressão Política, Xi Jinping ocupa a presidência da CMC da RPC, desde 2012, sendo o Comandante-em-Chefe do Exército de Libertação Popular³⁸ (ELP), da Polícia Armada do Povo (PAP) e da Guarda Costeira da China (GCC) (KENNEDY; ERICKSON, 2017).

Em janeiro de 2021, por meio de emendas legais, a CMC passa a ser soberana na aplicação de recursos internos e externos destinados à sua defesa nacional³⁹. Com isso, o seu Conselho de Estado não tem voz ativa nas discussões sobre assuntos militares e de defesa.

De acordo com o Livro Branco de Defesa da RPC, a sua estratégia de defesa deverá: assegurar a deterência e resistência a quaisquer tipo de agressão; salvaguardar sua política nacional de defesa, segurança da população e estabilidade social; opor e conter quaisquer pretensões sobre a independência de Taiwan; opor com uso da força a quaisquer movimentos separatistas do Tibete e da região de Xinjiang; salvaguardar a defesa da soberania nacional e sua integridade territorial, bem como manter sua unidade e segurança; salvaguardar seus interesses e direitos marítimos; salvaguardar seus interesses além de suas águas jurisdicionais; e apoiar e sustentar o desenvolvimento da RPC (RPC, 2019).

Tal fato acontece exatamente em um momento em que a RPC e os EUA

³⁸ O ELP representa as forças armadas chinesas, representadas pelo exército, marinha e força aérea.

³⁹ De acordo com o artigo “*Xi amplia seus poderes militares e consolida controle sobre a China*”, do periódico Folha de Pernambuco, 4 jan. 2021. Disponível em: <www.folhape.com.br/noticias/xi-amplia-seus-poderes-militares-e-consolida-controle-sobre-a-china/167555/>. Acesso em 10 ago. 2021.

desenvolvem uma versão moderna da Guerra Fria⁴⁰: seja por questões econômicas mundiais, como foi o caso da tecnologia 5G chinesa, que gerou argumentos promovidos pelo então governo do presidente Donald Trump (2017-2021) de que a empresa HUAWEI estaria realizando ações de espionagem e da dependência mundial sobre manufaturas chinesas⁴¹; como por questões militares, devido às provocações dos EUA em exercícios militares no MSC e no MCO, por meio das Operações de Liberdade de Navegação⁴² (*FONOPS*); e às questões envolvendo Taiwan, cujo governo estadunidense reforçou o apoio ao governo insular, promovendo sua autodefesa, contra possíveis ameaças militares vindas da RPC⁴³.

Os investimentos militares chineses têm sido empregados no desenvolvimento científico-tecnológico de seus meios e armamentos, utilizando-se a expertise de suas empresas do ramo de C&T&I, estatais e mistas, cumprindo as estratégias descritas no seu Livro Branco de Defesa, que prevê a evolução da guerra do futuro baseada na guerra cibernética.

Os objetivos estratégicos de desenvolvimento da defesa nacional chinesa envolvem: a modernização da estrutura organizacional, da capacitação do pessoal militar, dos armamentos e dos meios militares, até 2035; e a elevação do ELP como potência militar global, até meados do século XXI.

Na América do Sul, a presença de produtos bélicos chineses ocorre principalmente na Venezuela, dando suporte ao regime ditatorial de Nicolás Maduro (2013-)⁴⁴.

Em 2014, no governo de Cristina Kirchner (2007-2015), a ARG assinou um acordo com a RPC autorizando a construção de uma estação de comando e controle espacial chinesa (*CLTC-CONAE-NEUQUEN*)⁴⁵, para uso pacífico entre os dois países, na cidade de Neuquén, na Patagônia, em operação desde 2018. Além do uso em pesquisas espaciais, a estação chinesa possui grande potencial dual para uso militar, com capacidade de aumentar o comando e controle chinês sobre o hemisfério ocidental⁴⁶ (FIG. 6, ANEXO B, antena de radiofrequência

⁴⁰ Ou “Guerra Fria 2.0”.

⁴¹ Segundo artigo de Matheus Prado, “*Guerra Fria 2.0: o que o caso TikTok diz sobre a nova relação entre China e EUA*”, São Paulo: *site* CNN BRASIL, 2 de set. 2020. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/business/2020/09/02/guerra-fria-20-o-que-o-caso-tiktok-diz-sobre-a-nova-relacao-entre-china-e-eua>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁴² Ver Glossário.

⁴³ Segundo artigo de Melissa Conley Tyler, “*Biden wins over Taiwan*”, do *site* EASTASIAFORUM, 29 jun. 2021. Disponível em: <www.eastasiaforum.org/2021/06/29/biden-wins-over-taiwan/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁴⁴ Segundo o documento “*National Security Strategy of the United States of America*”, do presidente dos EUA, dez. 2017. Disponível em: <[news.usni.org/2017/12/18/document-national-security-strategy-united-states-america](https://www.usni.org/2017/12/18/document-national-security-strategy-united-states-america)>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁴⁵ *China Satellite Launch and Tracking Control General (CLTC)* e *Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CONAE)*. Disponível em: <www.argentina.gob.ar/ciencia/conae/centros-y-estaciones/estacion-cltc-conae-neuquen>. Acesso em: 31 jul. 2021.

⁴⁶ Do artigo: “*Estação espacial militar chinesa na Argentina é ‘caixa preta’ secreta que levanta suspeitas*”, Epoch

chinesa, instalada na região da Patagônia argentina).

2.4.4 Expressão Científico-Tecnológica

Na última década, a RPC obteve grandes avanços no desenvolvimento científico-tecnológico, impulsionados principalmente após a crise econômica de 2008 e pelas políticas do Plano Nacional de Médio e Longo Prazo para Desenvolvimento da C&T (2006-2020) e do 12º Plano Quinquenal (2011-2015). O primeiro visava incrementar a capacidade de inovação do setor de C&T e o segundo realizou o aporte de recursos a vários setores ligados à tecnologia, de caráter estratégico para a economia⁴⁷.

Segundo os princípios comunistas, o desenvolvimento científico-tecnológico chinês busca o bem-estar coletivo, em setores que favoreçam a sociedade e não o indivíduo. A busca dessa diretriz tem alterado as políticas nacionais de C&T&I, que visavam a produção de produtos de consumo, para atividades de infraestrutura de energias renováveis, melhoria da agricultura, espaciais e de defesa. Conforme seu Livro Branco de Defesa, as empresas chinesas, em especial às ligadas às áreas de P&D e C&T&I, deverão trabalhar na modalidade dual, buscando o aperfeiçoamento científico-tecnológico dos equipamentos e dos meios militares (RPC, 2019).

Nos últimos anos, os avanços chineses no campo da C&T&I, demonstrados durante a conferência mundial de Inteligência Artificial (IA) em Xangai, no início de julho de 2021, causaram preocupação aos membros do *QUAD*, os quais assinaram um acordo para cooperação mútua, na semana seguinte ao evento, visando o desenvolvimento de padrões internacionais para as tecnologias emergentes sem fio, em especial as de alta velocidade (5G), e da IA, no intuito de conterem o avanço científico-tecnológico chinês, que vem buscando aperfeiçoar seus sistemas informacionais não apenas para o setor econômico, mas também para o controle das informações mundiais e o controle de sua própria população. Foi discutida também a aproximação que a RPC vem realizando junto aos países que desenvolvem pesquisas ligadas à

Times, 11 mar. 2021. Disponível em: <www.epochtimes.com.br/estacao-espacial-militar-chinesa-na-argentina-e-caixa-preta-secreta-que-levanta-suspeitas/>. Acesso em 30 jul. 2021.

⁴⁷ De acordo com o artigo de Rafael Queiroz, “*Avanços tecnológicos chineses transformam país em potência de inovação*”, *site China Vistos*, São Paulo, 9 out. 2017. Disponível em: <chinavistos.com.br/avancos-tecnologicos-chineses/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

IA e computação quântica, no intuito de captar conhecimento desses países⁴⁸.

Além do desenvolvimento nos setores de IA e de comunicação 5G, as indústrias de tecnologia chinesas têm investido nos projetos: de desenvolvimento da computação quântica; de infraestrutura de transporte por trens de alta velocidade; em setor espacial, com lançamento de satélites artificiais para fins de posicionamento e navegação global por satélites (BeiDou⁴⁹), de sondas de pesquisas e exploração espacial em Marte e no lado oculto da Lua, e na construção de uma estação de pesquisa espacial até 2022⁵⁰; e na implementação da robótica nas linhas de produção industrial.

A implementação do plano *Made in China 2025*, anunciado pelo governo chinês em 2015, prevê a atualização, consolidação e equilíbrio da indústria manufatureira chinesa até 2025, elevando a RPC a uma potência científico-tecnológica, capaz de influenciar e impulsionar a inovação global. Essa política busca a supremacia tecnológica chinesa, reduzindo a dependência tecnológica estrangeira, ao mesmo tempo que insere a RPC como principal fabricante de alta tecnologia global. Os setores chaves previstos no desenvolvimento do plano envolvem a tecnologia da informação avançada, a internet das coisas (IoT), robótica, aviões, equipamentos oceânicos e de navegação, equipamentos de transporte ferroviário, automóveis utilizando energia sustentável, equipamentos de energia elétrica, equipamentos agrícolas, biomedicina e equipamentos médicos⁵¹.

2.4.5 Expressão Psicossocial

Em que pese o PCCh apresentar um cenário de sociedade moderadamente próspera, com a suposta erradicação da pobreza desde 2020, ainda há grandes disparidades entre as rendas daqueles que trabalham nas cidades, em comparação aos que trabalham no campo. A renda mínima da população pobre é complementada com o Programa de governo de “Uma Renda,

⁴⁸ Do artigo de Kyodo Jiji: “*Nações 'QUAD' concordam em fortalecer a cooperação em tecnologia avançada*”, do site *The Japan Times*, 14 jul. 2021. Disponível em: <www.japantimes.co.jp/news/2021/07/14/national/quad-tech-cooperation/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

⁴⁹ Disponível em: <en.beidou.gov.cn/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

⁵⁰ Do artigo de André Lucena: “*Estação Espacial Chinesa é uma ameaça à segurança nacional, diz relatório dos EUA*”, do site *Olhar Digital*, 16 mai. 2021. Disponível em: <olhardigital.com.br/2021/05/16/ciencia-e-espaco/estacao-espacial-chinesa-e-uma-ameaca-a-seguranca-nacional-diz-relatorio-dos-eua/>. Acesso em 14 jul. 2021.

⁵¹ Do artigo de Scott Kennedy, “*Made in China 2025*”, do Center For Strategic & International Studies, 1º jun. 2015. Disponível em: <www.csis.org/analysis/made-china-2025>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Dois Seguros e Três Garantias”, pelo qual, além da renda mínima, são asseguradas a alimentação e a vestimenta, e garantidos os serviços médicos básicos, a moradia segura com água potável e eletricidade, e a educação obrigatória e gratuita (CHAK et al., 2021).

Ainda que a RPC seja uma grande produtora de alimentos, ela necessita importar grande quantidade de proteínas oriunda da soja para poder abastecer seu mercado interno (DALL’AGNOL, 2018). O fornecimento de alimentos básicos para a população carente é uma das metas do governo de Xi Jinping, uma vez que a produção alimentícia chinesa não consegue suprir seu mercado interno na totalidade.

As últimas alterações à constituição chinesa, ocorridas em 2018, gerou um clima de apreensão e temor de que a RPC voltasse ao regime opressor das primeiras décadas de existência, ao ser concentrando todo poder na mão do presidente, ao mesmo tempo em que é orientado o culto à personalidade de Xi Jinping, colocando-o ao lado dos líderes comunistas chineses do passado, de Marx e de Lenin⁵².

Desde que a RPC passou a participar como membro do foro da ONU, sua política externa tem sido pautada pela coexistência pacífica entre os Estados, sendo a maior defensora no âmbito da inviolabilidade das políticas e das soberanias de cada país. Esse assunto muito lhe interessa, devido aos constantes ataques que recebe do sistema mundial, por conta de suas políticas domésticas que muitas vezes vão de encontro aos ditames do Comitê dos Direitos Humanos das Nações Unidas, conforme observado por diversos organismos ligados a essas questões, principalmente em seus relatórios que relatam os maus tratos e execuções, em campos de reeducação de presos políticos de Xinjiang e do Tibete (ALLISON, 2020). Tratamento semelhante tem sido observado aos revoltosos presos em Hong Kong, durante as manifestações antigoverno de 2019, ocorridas por conta da imposição da lei de segurança nacional chinesa, imposta aquela RAE, o que levou a sanções econômicas dos EUA contra a RPC e Hong Kong⁵³.

Alguns artigos democráticos constantes da constituição chinesa de 1982, e suas emendas, foram inseridas mais como um atestado ao sistema mundial de que a RPC tem como princípio o respeito aos direitos dos cidadãos, suas etnias, e propriedade privadas, quando na verdade, esses direitos passam a ser revogados conforme haja presença de uma ameaça contra

⁵² Do artigo de Rosana Pinheiro-Machado, “*Xi no poder e as contradições da China que vive o auge dos protestos sociais*”: Não é apenas implicância ocidental encarar com desconfiança a perpetuação do líder chinês no poder”, do site EL PAÍS, 26 fev. 2018. Disponível em: <brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519675950_647070.html?rel=listapoyo>. Acesso em: 14 jul. 2021.

⁵³ De acordo com o artigo “*Trump anuncia sanções à China e fim de status especial de Hong Kong*”, do site alemão Deutsche Welle, 15 jul 2020. Disponível em: <www.dw.com/pt-br/trump-anuncia-sanções-à-china-e-fim-de-status-especial-de-hong-kong/a-54184638>. Acesso em: 14 jul. 2021.

o regime comunista (ROTH, 2020)

A censura, repressão e controle constantes do governo comunista sobre as ações dos cidadãos chineses não dão espaço para a liberdade de expressão e sentimento democrático, uma vez que o governo passa a decidir sobre o bem-estar coletivo, acima do individual. Tais atitudes passam a ser contestadas cada vez mais pela comunidade mundial, cujos valores religiosos, éticos, morais e políticos em muito diferem das milenares tradições e costumes chineses. O crescimento da economia chinesa possibilitou o surgimento de uma classe média que apoia o seu governo, conquanto esse garanta o bem-estar e prosperidade de sua população.

3 ESTRATÉGIAS NAVAIS CHINESA E BRASILEIRA

Alfred Thayer Mahan (1840-1914), em seu livro “*The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*”, do século XIX, já definia que aquele que dominasse o comércio marítimo e tivesse a supremacia naval, obteria o comando do mar, e conseqüentemente influenciaria o mundo, trazendo prosperidade e poder para seu Estado. Desde então, muito tem sido escrito sobre estratégia marítima, e as implicações àqueles que as formulam, ou não (1890, apud TILL, 2018).

Serão verificadas as estratégias marítimas e navais para os próximos dez anos, com foco no surgimento da RPC como potência hegemônica regional; o Poder Marítimo Chinês, que apresenta entre outros atores, sua MELP como potência militar naval, estruturada, moderna e em expansão, dentro do contexto da RPC da Nova Era; a apresentação de um horizonte de expectativa para 2031, de uma possível atuação da MELP, na região do Atlântico Sul; e por fim, a MB e seu PEM2040, diante do seu entorno oceanopolítico para a próxima década.

3.1 As Estratégias Marítima e Naval do século XXI, frente à hegemonia chinesa

A mudança crescente observada na geopolítica marítima mundial, tem gerado crescentes tensões entre os Estados, nas regiões da Ásia e Europa, bem como o crescimento de ameaças à segurança marítima mundial, como crimes transnacionais, terrorismo internacional e operações híbridas, sendo executadas em suas diversas variantes.

Para se chegar a um melhor conceito sobre estratégia marítima e naval, deve-se antes buscar outros conceitos que a compõe. Conforme Cáceres, Uribe e Ruiz (2015) descrevem os pensamentos de Jomini⁵⁴ (1862, apud CÁCERES et al., 2015) e de Mao Zedong⁵⁵ (1963, apud CÁCERES et al., 2015), as guerras não seriam vencidas apenas com as armas e estas não seriam decisivas para a vitória ou derrota, mas sim o fator humano. A vitória ou derrota estariam ligadas diretamente à estratégia aplicada (CÁCERES et al., 2015). Já para Castex⁵⁶ (1938, apud CÁCERES et al., 2015), a estratégia é a ciência que detalha a guerra por objetivos, planos,

⁵⁴ Jomini, A. H. *The Art of War*. Filadélfia: J.B.Lippincott, 1862.

⁵⁵ Tse-tung, M. *Selected Military Writings*. Beijing: Peking Foreign Language Press, 1963.

⁵⁶ Castex, R. *Teorías Estratégicas*. Paris: Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1938.

sincronização das ações e operações em campo. Cáceres et al. (2015), definem a estratégia como a condução de diversas variáveis, que levam à vitória, com base na adoção de regras básicas ou princípios universais, somados à experiência daqueles que as estabelecem.

Para Carl von Clausewitz⁵⁷ (1832, apud HART, 1991), a estratégia seria o planejamento coordenado, pelos líderes militares, do emprego das batalhas com o fim de alcançar os objetivos da guerra. Basil Henry Liddell Hart (1895-1970) discordou da definição de Clausewitz segundo dois aspectos: o primeiro com respeito à intromissão militar na política da guerra, cuja responsabilidade direta deveria ser atribuída apenas aos seus governantes; e o segundo, de que para Clausewitz as batalhas seriam os únicos meios para a condução das estratégias (HART, 1991). A responsabilidade do líder militar seria cumprir as diretrizes impostas por seus governantes e, caso não concordasse ou não estivesse em condições de as cumprir, deveria remeter a situação limitante ao escalão político acima, que tomaria as ações necessárias para manter os objetivos da guerra, mas aquele nunca poderia tomar ações próprias que fugissem suas ordens políticas superiores. Esses conceitos ligavam a estratégia exclusivamente à condução da guerra. Para outros aspectos que não os ligados ao campo de batalha, Hart apresenta a definição da grande estratégia, que iria além da ligação intrínseca às batalhas, pois além do poder militar de uma nação, ela envolveria o poder econômico, as pressões diplomáticas, comerciais e questões éticas, com o intuito de enfraquecer a vontade de seus oponentes.

Há que se diferenciar política da estratégia. A primeira, trata das diretrizes dadas pelo governante de um Estado, para o atingimento dos objetivos nacionais, enquanto a segunda, projeta como alcançar esses objetivos. Em resumo, a política diz para onde o Estado quer chegar e a estratégia determina como chegar. A estratégia será articulada segundo os fins, as formas, meios e capacidades disponíveis, ou a serem criadas, segundo diretrizes do Estado, que deverá estar atento a fornecê-los quando ou se necessário. A política deverá orientar a estratégia, apresentando os estados finais desejados para os objetivos nacionais. Deve haver interação entre política e estratégia, para a adequada aplicação de meios e formas com os fins que se queiram alcançar (REINO UNIDO, 2017).

Considerando a distinção entre governo e suas forças armadas, a estratégia nacional divide-se em dois níveis, sendo o primeiro da Grande Estratégia, afeto à execução da política, em tempo de paz ou de guerra; e a Estratégia Militar, conduzida por forças militares, que contribuem para alcançar os objetivos da Grande Estratégia (HART, 1991; REINO UNIDO,

⁵⁷ CLAUSEWITZ, C. *Vom Kriege*. Berlim: Marie von Brühl, 1832.

2017).

No Brasil, a Grande Estratégia é representada pela PND, que apresenta as diretrizes do governo brasileiro para a busca dos objetivos nacionais e internacionais, em tempo de paz. A Estratégia Militar brasileira é definida pela END e pelas estratégias e planejamentos estratégicos decorrentes dela (BRASIL, 2020c).

Com base nas revisões, chega-se à definição de estratégia como sendo a condução das diretrizes governamentais, para atingir os objetivos nacionais de sua política interna e externa, por meio de uso de meios e recursos disponíveis ou a serem articulados, ao longo do tempo, definido ou não. Quando a estratégia é aplicada no campo militar, ela contribuirá com o nível político, aplicando seus meios e capacidades conforme os fins e ambientes a serem empregados.

Relacionando o conceito da estratégia militar para a marítima e naval, devemos considerar os conceitos de Poder Marítimo e Naval de um Estado.

Geoffrey Till (1945-) enuncia os quatro atributos intrínsecos ao ambiente marítimo, ligados aos Estados que dispõem deles, seja na exploração de seus recursos marinhos (minerais e biológicos); transporte de pessoas, materiais ou mercadorias comercializáveis; comunicação e transmissão de informações; e como expressão de poder. Esses atributos subsidiam as políticas marítimas a serem adotadas, as quais definirão as tarefas de suas marinhas. Com o aumento da conscientização marítima pelos Estados, facilita-se uma resposta conjunta entre eles, inclusive a mudança de suas políticas para o mar, para fazer frente às ameaças comuns. Com o passar dos anos, a postura colaborativa dos Estados começa a ser alterada para uma postura marítima competitiva, demonstrando o cenário de indefinição que ora vivenciamos. O cenário futuro de incerteza sobre a guerra naval tem levado os planejadores modernos das marinhas a se preocuparem cada vez mais em como manter ou gerar o Poder Naval, ao invés de aplicá-lo.

Desde o passado, até os dias atuais, o poder econômico de uma potência está intimamente ligado ao seu Poder Marítimo com capacidade de gerar segurança ao seu comércio, pois a grande maioria das transações comerciais mundiais acabam utilizando o mar como meio para o tráfego de cargas. Basicamente, o mecanismo de importar matérias-primas, alimentos e outros produtos não industrializados, e exportando grande parte desses produtos com maiores valores agregados por suas indústrias, tem sido a política utilizada pelas grandes potências marítimas. Os países que negligenciaram a importância de desenvolver seus poderes marítimos, equilibrando suas forças navais com forças terrestres, ao longo da história, sofreram muitos reveses por isso, a exemplo dos Impérios chinês e japonês, do século XIX, que adotaram posturas isolacionistas e quando confrontados por forças navais poderosas dos países

industrializados do Ocidente, sucumbiram e foram obrigados a aceitar os termos desses Estados (TILL, 2018).

O que tornaria o Império Britânico poderoso, nos séculos XVIII, XIX e começo do XX, foi exatamente o fato dele ter sido fundamentado em seu comércio e, por conseguinte, fez surgir um Poder Marítimo, que pudesse sustentar, impor e assegurar seus interesses mundiais. Naquele período, a estabilidade internacional no mar era primordial para as pretensões comerciais da Grã-Bretanha, que assumiu para si a responsabilidade de polícia dos oceanos, protegendo as LCM, transportando seus exércitos para outros Estados, garantindo a segurança e proteção de suas colônias fornecedoras de matérias primas e consumidoras de seus produtos industrializados. A partir do século XX, após duas Guerras Mundiais, os EUA assumiram as mesmas responsabilidades do antigo Império britânico. Numa primeira fase, com a bipolaridade mundial, dividiu espaço com a ex-URSS, em um período de grande deterrência nuclear, conhecido como Guerra Fria; e depois da queda Soviética, passou a ditar, unilateralmente, o ordenamento mundial, do final do século XX, até meados da década de 2010 (TILL, 2018).

Desde o século XVIII, a evolução do Poder Marítimo vem acompanhando os anseios dos Estados sobre os destinos de suas nações. Essas preocupações passaram a ser expressas em estratégias marítimas e navais, cujos objetivos principais visavam orientar o emprego de seus meios e capacidades, para o atingimento e segurança de seus propósitos futuros, dentro dos contextos oceanopolíticos que ora vivenciavam.

Para Mahan (1890, apud TILL, 2018), apenas por meio de um Poder Naval forte e articulado, uma grande potência poderia garantir e impor a ordem marítima mundial aos seus interesses. Caberia às grandes potências marítimas garantirem a paz nos oceanos, a fim de assegurarem as trocas comerciais entre os Estados, porém, o que se observa é uma grande competitividade e rivalidade entre esses países, uma vez que as transações comerciais geralmente apontam para uma relação de ganha-perde.

Conforme Sir Walter Raleigh (1552-1618) citou: “Quem comanda o mar comanda o comércio. Quem quer que comande o comércio do mundo, comanda as suas riquezas e, conseqüentemente, o próprio mundo”⁵⁸ (TILL, 2018, p. 11).

Essa afirmativa remete ao ciclo virtuoso marítimo, proposto por Till (2018): o Estado que realiza comércio marítimo e explora seus recursos marinhos necessita de uma força naval que assegure suas pretensões e a supremacia marítima soberana, dentro de sua jurisdição.

O desenvolvimento do Poder Marítimo passou a ser preocupação dos Estados,

⁵⁸ Tradução livre. Texto oriundo do *Naval War College Review*, Reino Unido, Primavera de 2008.

sejam eles desenvolvidos ou em franco desenvolvimento, pois as principais transações comerciais internacionais ainda utilizam os mares, oceanos e suas LCM, para transportar seus produtos, matérias primas e alimentos, bem como o crescente interesse em pesquisas e exploração de minerais e da biodiversidade dos leitos marinhos têm modificado a geopolítica marítima das regiões.

Por fim, Solís⁵⁹ (1993, apud CÁCERES et al., 2015), define Poder Marítimo de um Estado como a capacidade de gerenciar e controlar seus Interesses Marítimos, seja em tempo de paz ou de guerra, constituído por sua vontade e por todos os meios no mar e em terra, contra forças antagônicas, garantindo o aproveitamento de suas águas jurisdicionais e de seus recursos com segurança. O Poder Marítimo será composto dos Interesses Marítimos e de um Poder Naval, que assegure esses interesses.

Entende-se por Interesse Marítimo do Brasil como toda porção marítima da Amazônia Azul⁶⁰ e suas águas interiores, inclusos seus minerais, combustíveis fósseis e sua biodiversidade, conforme descrito no seu PEM2040 (BRASIL, 2020a).

O Poder Naval é definido como a componente militar do Poder Marítimo, responsável por proteger e manter os interesses marítimos e nacionais de um Estado. As componentes do Poder Naval de um Estado são a sua marinha de guerra e o seu entorno estratégico de atuação (águas jurisdicionais e interiores) e de responsabilidade (área de responsabilidade da salvaguarda da vida humana no mar entre outras). Porém, para que o Poder Naval possa ser atuante e dinâmico, necessita que seus dirigentes políticos tenham uma perfeita consciência marítima e a vontade estratégica de empregá-lo para contribuir para a conquista dos fins e objetivos nacionais (CÁCERES et al., 2015).

Definidos a estratégia e o Poder Marítimo, pode-se definir a Estratégia Marítima de um Estado como a responsável por apresentar a concepção estratégica e o posicionamento político para o emprego e manutenção dos meios e recursos marítimos (CÁCERES et al., 2015).

A vertente militar da Estratégia Marítima origina a Estratégia Naval, encarregada por definir as diretrizes para criação, emprego e manutenção de capacidades do Poder Naval de um Estado, dentro de seu entorno estratégico, por meio de uma concepção de emprego, para proteger os interesses marítimos contra quaisquer ameaças que se apresentem.

⁵⁹ SÓLIS, O. *Manual de Estrategia*. Academia de Guerra Naval de Chile, Tomo I, 1993.

⁶⁰ Ver Glossário.

3.1.1 Estratégia Marítima Chinesa

No que concerne à estratégia marítima chinesa do século XXI, esta é baseada no triângulo mahaniano: economia, política e Poder Naval, listados por ordem de prioridade. Xi Jinping considera esses componentes como essenciais para que a RPC consiga alcançar e consolidar seu “Sonho Chinês” (YOSHIHARA; HOLMES, 2018).

Conforme Yoshihara e Holmes (2018) descrevem, a lógica de uso do mar pela RPC é alicerçada por três vertentes, sendo: o Poder Marítimo chinês, que proporciona as riquezas necessárias à prosperidade do Estado e à estabilidade do próprio sistema de governo; o poder nacional chinês, por meio da exploração de todas as suas expressões, em prol da importância do mar para a RPC; e em como a RPC pretende gerenciar os conflitos marítimos regionais, os quais indicarão quão inclinada estará para comandar o mar, a nível global.

O Dicionário de Termos Militares do ELP define que o comando do mar é a capacidade que um Estado detém de controlar uma determinada área marítima, com capacidade combativa por um determinado período temporal. Já a sua marinha expande esse conceito, apresentando como objetivo para o comando do mar, a eliminação de possíveis ameaças dentro de determinada área marítima de interesse, assegurando a livre navegação e o desenvolvimento de atividades políticas, militares e econômicas de interesse (YOSHIHARA; HOLMES, 2018).

Concluindo, a estratégia marítima chinesa congrega diretrizes que garantam a manutenção, segurança e proteção dos interesses marítimos e econômicos chineses, amplamente alinhados às políticas governamentais e de seu CNP, fazendo uso de uma marinha de guerra tecnologicamente moderna e altamente capacitada, em quantidade e qualidade, para fazer frente, quando necessário, às ameaças externas e internas contra sua soberania e interesses nacionais no exterior.

3.1.2 Os Dilemas de Segurança e Armadilha de Tucídides causados pela RPC

Conforme citado por Allison (2020), Napoleão Bonaparte (1769-1821), no século XIX, já alertava com respeito ao despertar de uma China forte e adormecida por séculos. Por ironia, foi devido às ações agressivas das potências Ocidentais, durante o século XIX, que acordaram o grande Dragão Chinês.

Uma das principais perguntas, formuladas pelos grandes pensadores geopolíticos e líderes mundiais, que perduram desde o início do século XXI, é sobre onde a RPC quer chegar (LEGRO et al., 2010). O seu rápido crescimento econômico, científico-tecnológico e militar, expressos: no aumento do volume de produtos importados e exportados por via marítima; na participação de suas empresas mistas em empreendimentos de infraestruturas e energia em vários países, espalhados principalmente nos continentes Africano e Americano; no avanço científico-tecnológico de suas empresas ligadas às áreas de informatização, de comunicação 5G, e espacial; nas questões de soberania marítima envolvendo as ilhas na região do MSC e as ilhas SENKAKU/Diaoyu (FIG. 7, ANEXO B), cujo apelo é devido a argumentos históricos; e na necessidade de cumprir o plano de modernização do seu ELP e da MELP, para proteger e garantir seus interesses nacionais, começam a abalar o equilíbrio de poder⁶¹ no entorno estratégico da RPC (ALLISON, 2020; JINPING, 2019a, b).

A RPC passa a contestar o ordenamento internacional, não mais como um país em desenvolvimento, mas sim como uma potência econômica global, que busca reocupar seu lugar como superpotência regional asiática (LEVATHES, 2014; ROWE, 2009; TILL, 2018).

Essa postura chinesa, de revisionista da ordem mundial, vem preocupando países do seu entorno geopolítico, principalmente por conta das pretensões assertivas da RPC no MSC e no MCO, regiões com grandes potenciais energéticos e de pesca.

O franco reaparelhamento e modernização do Poder Naval chinês, a instalação de ilhas artificiais nos arquipélagos de Spratly e Paracel (FIG. 8, ANEXO B), que deixaram suas condições de recifes para se tornarem verdadeiras bases militares navais e aéreas, reforçam a ferocidade e vontade chinesas de dar prosseguimento na sua estratégia de recuperar o sino-centrismo histórico na região do MSC e MCO, que faz parte da Linha das Nove Raias⁶² chinesas. As ações dissuasórias e intimidadoras ao tráfego mercante e de navios de guerra de outros países na região do MSC têm levado os países limítrofes a aumentarem os investimentos em suas forças navais ou buscarem acordos e alianças com aqueles que possam garantir seus direitos sobre a navegação livre na região, como é o caso dos membros do *QUAD*. A RPC argumenta que o crescimento de sua Marinha faz parte de sua Estratégia Nacional de Defesa, a qual adota a filosofia de defesa ativa, mas essa busca pela segurança chinesa acaba criando um dilema de segurança regional e instabilidade em uma região por onde passam LCM

⁶¹ Ver Glossário.

⁶² Ver Glossário.

responsáveis por cerca de 15% do tráfego marítimo mundial⁶³, dos quais cerca de um quinto do valor comercializado por essas LCM pertence aos EUA. O Japão, Coreia do Sul e Austrália vêm aumentando suas forças navais na última década, na tentativa de fazer frente à uma possível ameaça naval chinesa. Já no Oceano Índico, a Índia começa a voltar sua atenção para o mar, almejando deter uma hegemonia indiana no seu entorno estratégico (YOSHIHARA; HOLMES, 2018).

Com relação ao *QUAD*, a principal participação militar dos EUA na região do Indo-Pacífico, gera segurança e estabilidade aos seus membros, em especial ao Japão, pois tem como ameaças a Coreia do Norte e a RPC, representadas por diversos testes norte-coreanos, com mísseis de médio alcance dentro do Mar do Japão, e a crescente influência militar naval da RPC, que declarou ostensivamente a soberania sobre as ilhas SENKAKU/Diaoyu, além de sua assertividade na reunificação de Taiwan ao continente chinês. No contexto do MSC, as Filipinas, aliadas dos EUA, também necessitam do apoio destes, por conta de suas pretensões sobre as ilhas Spratly, que vêm gerando diversos incidentes envolvendo seus meios navais e de pesca, contra a MELP, a GCC e a MMC, próximas às ilhas.

3.2 Poder Marítimo da RPC

O Poder Marítimo chinês, seguindo os preceitos de Mahan, é expresso por sua frota mercante, indústria naval, infraestruturas portuárias marítimas, MELP, GCC e MMC, e vem se desenvolvendo a passos largos, desde que deu início as políticas de reforma e de abertura do final da década de 1970.

3.2.1 Frota mercante e indústria naval chinesas

O grande crescimento econômico, impulsionado inicialmente pelas indústrias manufatureiras estrangeiras instaladas em território chinês, as quais vêm paulatinamente sendo substituídas por empresas chinesas com capacidades científico-tecnológicas iguais ou

⁶³ Segundo artigo de Raphael Padula e Felipe Carioni: “*Mar do Sul da China: seu valor estratégico e a geoestratégia chinesa*”, da Revista Sociedade e Cultura, 2020, v.23.

superiores às ocidentais, tem demandado uma frota mercante capaz de transportar seus produtos industrializados para o mercado exterior, ao mesmo tempo que exige navios com capacidade de trazer as matérias primas e alimentos para suprir as indústrias de base e população chinesas.

Atualmente, o comércio internacional chinês é operado em grande parte por sua marinha mercante, cujos navios foram construídos nos diversos estaleiros estatais do país.

Os estaleiros chineses, a partir de 1964, eram dedicados exclusivamente para a construção naval de uso militar. Com a política de reforma e abertura, a partir da década de 1980, é criada a Corporação Estatal de Estaleiros da China (CSSC), de capital majoritário estatal, inicialmente voltada para a indústria de defesa, mas que fora alterando suas operações para o setor civil, conforme as demandas de sua economia aumentavam. A partir do final da década de 1990, ocorre a cisão da CSSC, surgindo a Corporação Industrial de Estaleiros da China (CSIC), decorrente da necessidade de manter competitividade no setor. A CSIC era de capital privado, com pouca participação estatal (GRUBB; COLLINS, 2008).

Com a grande movimentação de capital externo no setor, ocorrem diversos problemas administrativos ligados à corrupção generalizada na CSIC, levando, em 2019, à fusão entre as duas corporações, que passa novamente ao controle estatal da CSSC⁶⁴.

As indústrias navais chinesas vêm aumentando sua competitividade perante o mercado mundial, graças a grande oferta de mão de obra de que dispõe o país, o que compensa os custos de produção, com baixa produtividade, garantindo preços finais cerca de 30% mais reduzidos que seus concorrentes asiáticos (OLIVEIRA, 2020). Atualmente a RPC detém a liderança mundial de construção de navios, correspondendo a 43,1% do total mundial em 2020. Considerando a novas encomendas de navios, ocorridas no primeiro trimestre de 2021, as indústrias chinesas ocuparão 47,4% da participação mundial no setor⁶⁵.

Com a recuperação do mercado de *commodities* baseados em petróleo, para a década de 2020, há a projeção de novas demandas de Unidades Flutuantes de Produção, Armazenagem e Transferência (FPSO) e embarcações *offshore* para os próximos cinco anos, representando o aumento de 40% nos contratos desses meios (OLIVEIRA, 2020).

Devido à grande capacidade de construção naval chinesa e seus baixos valores de produtos no mercado, a indústria naval brasileira, que possui capacidade de atender essa nova

⁶⁴ Do artigo de Zi Yang: “A ameaça invisível para a marinha da China: corrupção”, do site *The Diplomat*, 19 mai. 2020. Disponível em: <thediplomat.com/2020/05/the-invisible-threat-to-chinas-navy-corruption/>. Acesso em 30 jul. 2021.

⁶⁵ Do artigo: “Indústria naval chinesa registra crescimento no primeiro trimestre” do site *Portos e Navios*, 5 mai. 2021. Disponível em: <www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/industria-naval-chinesa-registra-crescimento-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 30 jul. 2021.

demanda no setor petrolífero brasileiro, poderá ser prejudicada ou mesmo ficar estagnada, uma vez que as leis trabalhistas e salários pagos no Brasil tornam o setor naval brasileiro menos competitivo em relação àqueles praticados por outros países, em especial a RPC.

Dentre os principais estaleiros chineses, de capital estatal, e produtos, destacam-se: o *CSSC Offshore & Marine Engineering Company Ltd*⁶⁶(*COMEC*), localizado em Guangzhou, entre Macau e Hong Kong, especializado na construção de navios tanques, navios porta-contêineres, navios graneleiros e embarcações *offshore*, além de reparar navios em especial da MELP; o *Jiangnan Shipbuilding Group*⁶⁷, localizado em Xangai, especializado na construção de navios porta-contentores, navios de gás liquefeito, navios de pesquisa científica de alto-mar e polar, quebra-gelos e *FPSO*, além de ser o estaleiro responsável pela construção do 3º porta-aviões da MELP (*Type 003*) (FIG. 9, ANEXO B); o *Hudong-Zhonghua Shipbuilding Group*⁶⁸, localizado em Xangai, especializado na construção de navios porta-contêineres, navios de gás liquefeito e navios graneleiros, além de atuar na construção civil; e o *Chengxi Shipyard Co*⁶⁹, com sede em Jiangyin, possui estaleiros em Jingjiang e Yangzhou, às margens do rio Yangtze, próximos a costa leste chinesa, especializado na construção de navios tanques, navios porta-contêineres, navios graneleiros e navios auto-descarregadores.

Com a centralização de todos os estaleiros chineses, ao controle estatal, em que pesem denúncias de corrupção no setor, o governo chinês tem conseguido priorizar tanto o comércio de construção naval, como o reaparelhamento de sua marinha.

3.2.2 Infraestruturas Portuárias Marítimas de Interesse

As infraestruturas portuárias marítimas chinesas figuram entre as mais movimentadas do mundo. Segundo estudos do Ministério dos Transportes da RPC, seus portos vêm acumulando crescimento na movimentação de carga acumulada, mesmo em período de crise mundial de saúde, com crescimento nas movimentações de 2020 de 4,3%, em comparação ao ano de 2019. Segundo relatório estimativo dos vinte maiores portos de contêineres do

⁶⁶ Disponível em: <comec.cssc.net.cn/en/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁶⁷ Disponível em: <www.chinashipbuilding.cn/info.aspx?id=2842>. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁶⁸ Disponível em: <hz-shipgroup.cssc.net.cn/hz_en/component_general_situation/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁶⁹ Disponível em: <chengxi.cssc.net.cn/cms_chengxi_en/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

mundo⁷⁰, realizado pela Academia de Ciências Chinesa, em setembro de 2020, oito portos chineses constavam do relatório. Dentre os maiores portos chineses, em volume de carga, destacam-se: Porto de Xangai, com 4.350 TEU⁷¹; Porto Ningbo Zhoushan, situada na província de Zhejiang; Porto de Shenzhen; Porto de Guangzhou; Porto de Qingdao, situada na província de Shandong; Porto de Tianjin; Porto de Hong Kong; e Porto de Xiamen, situada na província de Fujian, com 1.141 TEU.

Segundo a Associação de Portos da China⁷², o mês de abril de 2021 apresentou crescimento de 17,8% ao ano, principalmente nas exportações de produtos industrializados chineses, representadas pelo transporte de contêineres, cujo aumento anual tem sido de 22,3%, nos oito principais portos do país.

As movimentações portuárias e sua significância perante o comércio mundial, demonstram a necessidade que a RPC tem de preservar a segurança de suas LCM e os investimentos cada vez maiores na sua MELP.

3.2.3 Marinha do Exército de Libertação Popular

A MELP ocupa papel importante na defesa e desenvolvimento nacional da RPC. Divide-se em: Comando Naval do Teatro Oriental, situada em Donghai; Comando Naval do Teatro Sul, situado em Nanhai; Comando Naval do Teatro Norte, situado em Beihai; e o Corpo de Fuzileiros Navais da MELP. Cada Comando Naval possui sob sua subordinação bases navais, grupamentos de submarinos, esquadrões de navios de superfície e esquadrões de aviação. A MELP vem intensificando sua transição de marinha de “águas marrons” para marinha de “águas azuis”, atendendo aos requisitos estratégicos de defesa nacional (RPC, 2019).

Conforme definido no Livro Branco de Defesa da RPC⁷³, a MELP garantirá segurança: aos seus interesses nacionais em suas águas jurisdicionais, incluindo suas pretensões

⁷⁰ Artigo “Nove dos top 20 principais portos do mundo em termos de movimentação de contêineres são da China”, da redação do site Informativo dos Portos, 28 fev. 2021. Disponível em: <www.informativosportos.com.br/nove-dos-top-20-principais-portos-do-mundo-em-termos-de-movimentacao-de-conteineres-sao-da-china/>. Acesso em: 30 jul.2021.

⁷¹ Do inglês: *Twenty-Foot Equivalent Unit*. Termo usado como medida de capacidade, para contêineres de 20 pés e massa de 21,6t. Disponível em: <www.ogmoitajai.com.br/portal/info/teu.asp>. Acesso em: 30 jul.2021.

⁷² Do artigo “Principais portos da China registram crescimento na movimentação de contêineres”, do site Portos e Navios, 5 mai. 2021. Disponível em: <www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/principais-portos-da-china-registram-crescimento-na-movimentacao-de-conteineres#:~:text=A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Portos%20da,%2C8%25%20ano%20a%20ano>. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁷³ Cujas referências da RPC encontra-se traduzida para o inglês: “China’s National Defense in the New Era”, 2019.

no MSC e MCO; suas empresas privadas e estatais localizadas no exterior; seus cidadãos nacionais; seus ativos militares, espalhados pelos continentes; e suas LCM, responsáveis pelo fluxo de todo seu comércio internacional (RPC, 2019).

A MELP, outrora restrita às operações em “águas marrons”, começa a atuar além de seu espaço oceanopolítico, sendo observados navios de guerra chineses operando no Mar Mediterrâneo, no Mar Vermelho, nos Oceanos Índico e Pacífico, desde 2008, conduzindo operações de escolta aos seus navios mercantes de interesse. A preocupação com a expansão regional da MELP passa a ser foco do governo dos EUA, desde a década de 2010, sendo realizadas estimativas de crescimento da MELP e de superação da *USNAVY* para as próximas décadas (CROPSEY, 2019).

A partir da década de 1990, a MELP vem conduzindo o projeto ousado de renovação e projeção de sua esquadra e desde 2014 tem intensificado a construção de diversas classes de meios navais, além de realizar constantes exercícios de combate e operações conjuntas com a Rússia, melhorando suas capacidades operacionais⁷⁴. As questões envolvendo: Taiwan; a soberania das ilhas SENKAKU/Diaoyu; as pretensões chinesas sobre a área marítima do MSC; e a necessidade de garantir segurança às suas LCM de interesse, principalmente as que ligam o Golfo Pérsico ao MSC, foram os fatores primordiais para o desenvolvimento acelerado da sua MELP. Esse crescimento vem causando grande instabilidade na região.

Já em 2020, a MELP conseguiu superar a *USNAVY* em quantidade de meios navais. Entretanto, a *USNAVY* ainda mantém a supremacia em termos de tonelagem, graças à quantidade superior de seus porta-aviões nucleares, navios multipropósitos anfíbios, submarinos nucleares de ataque e balísticos, e capacitação de seus militares para operar em “águas azuis” e em combate real. A modernização da MELP inclui desenvolvimento de novos meios e armamentos, com grande arrasto tecnológico; sistemas de Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (*C⁴ISR*), que utilizam alta tecnologia de sensores e de informação, como *big data*, IA e computação quântica; atualização e capacitação de seus militares, por meio de promulgação de doutrinas de emprego, treinamento, formação e qualificação; e melhorias nos processos logísticos de abastecimento e de manutenção dos meios (EUA, 2021a).

Além da aquisição de meios navais, a MELP vem investindo no desenvolvimento de diversos armamentos como mísseis balísticos e de cruzeiro antinavio, lançados de terra,

⁷⁴ Do artigo de Alexandre Galante: “*Marinha Chinesa inicia exercícios militares para melhorar a prontidão*”, do site Poder Naval, 12 abr. 2021. Disponível em: <www.naval.com.br/blog/2018/04/12/marinha-chinesa-inicia-exercicios-para-melhorar-a-prontidao/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

aeronaves embarcadas e veículos não tripulados.

A estratégia de emprego da força naval chinesa segue os princípios de capacidades de Defesa Ativa Maoísta e de Anti-Acesso/Negação de Área (A2/AD⁷⁵), cujo propósito é impedir uma intervenção externa, principalmente por parte dos EUA e aliados, em um possível conflito na região marítima chinesa, que engloba o MSC e o MCO, em especial as ilhas Paracel/Spratly, o estreito de Taiwan e as ilhas SENKAKU/Diaoyu. Na impossibilidade de impedir o acesso, a força naval chinesa deverá ter a capacidade de atrasar ou promover a redução da eficácia das forças oponentes. Como missões adicionais, a MELP deverá estar em condições de realizar operações de segurança marítima, evacuação de cidadãos chineses em países estrangeiros, além de conduzir operações de assistência humanitária e de resposta a desastres (EUA, 2021a).

Segundo relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA (EUA, 2021a), em que pese a MELP apresentar expressivo crescimento de sua força naval, a mesma ainda possui limitações e dificuldades quanto à: quantidade de militares que necessitam serem treinados nos novos meios comissionados e seus equipamentos tecnologicamente modernos; dificuldade de treinamento em “águas azuis”, em operações de guerra naval clássica, de segurança e proteção marítima; dificuldade de operações conjuntas com as demais forças do ELP; e capacidade limitada para reabastecimento no mar, o que limita sua força de operar em grande número, longe das suas águas jurisdicionais. Além dessas limitações, cabe salientar a deficiência na questão de liderança pelos chefes navais da MELP, uma vez que ocorre a divisão do Comando no Mar entre o comandante do navio, ou da força, e um comissário político do PCCh embarcado. Essa situação causa grandes implicações operacionais e táticas, devido à demora na tomada de decisão, além de conflitos de ordem, uma vez que ambos estão no mesmo nível de decisão a bordo, porém o comissário político detém a autoridade de encaminhar o relatório sobre sua impressão do comandante do navio (RAWAT, 2020).

Na visão dos analistas estadunidenses (EUA, 2021a), todo esforço de modernização da MELP, e capacitação e habilitação de seu pessoal, é focado para: garantir supremacia na região do MSC; garantir seu direito de soberania na sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), em especial às suas pretensões sobre a Linha das Nove Raias; defender as LCM que ligam a RPC ao Golfo Pérsico e outras de interesse; promover a retirada dos EUA no cenário geopolítico da Ásia; e consolidar a RPC como potência regional.

Dentre as características dos meios de sua força naval, destacam-se aquelas capazes

⁷⁵ Ver Glossário.

de projetar poder além-mar⁷⁶ (EUA, 2021a):

– 3 Porta-Aviões, de propulsão convencional, sendo: o *Type 001, Liaoning*, adquirido em 1998, da Ucrânia, com deslocamento de 60.000t, reformado e modernizado pela MELP, comissionado em 2012; o *Type 002, “Shandong”*, baseado no projeto do *Type 001*, comissionado em 2019, totalmente construído pela RPC; e o terceiro, que incorporará muitas tecnologias avançadas desenvolvidas pela RPC, e com deslocamento acima de 80.000t, iniciou sua construção em 2018, com estimativas de que fique operacional em 2024, segundo o Serviço de Inteligência Naval dos EUA;

– 5 Navios-Transporte Doca, *Type 071*, classe “*Yuzhao*”, com deslocamento de 19.855t, sendo o último comissionado em 2018;

– 2 Porta-Helicópteros de Assalto Anfíbio, *Type 075*, classe “*Yushen*”, com deslocamento superior a 30.000t, sendo o primeiro lançado ao mar em 2019 e em fase final de comissionamento. Há um terceiro em construção;

– 8 Cruzadores, *Type 055*, classe “*Renhai*”, com deslocamento de 10.000t, sendo o primeiro lançamento ao mar em 2017;

– 25 Contratorpedeiros, *Type 052*, classe “*Luyang III*”, com deslocamento de 7.500t;

– 30 Fragatas, *Type 054*, classe “*Jiangkai II*”, com deslocamento de 4.000t;

– 7 Submarinos de Ataque com propulsão nuclear, *Type 093*, classe “*Shang*”; e

– 6 Submarinos de Mísseis Balísticos com propulsão nuclear, *Type 094*, classe “*Jin*”.

Com relação aos meios navais destinados ao patrulhamento de suas águas jurisdicionais, acrescentam-se:

– 72 Corvetas, *Type 056*, classe “*Jingdao*”, com 1.500t; e

– 55 Submarinos de Ataque com propulsão convencional, *Type 039*, classe “*Yuan*”.

Eventualmente a MELP realiza exercícios de projeção de poder sobre terra fazendo uso de navios de sua frota mercante, que já são projetados pelos estaleiros estatais para serem usados na dualidade. Um exemplo de uso estratégico dos meios da MMC pôde ser observado durante um exercício de operações anfíbias, realizado em 2020, quando a MELP utilizou uma embarcação *roll-on roll-off* comercial para lançar embarcações anfíbias de desembarque⁷⁷ (FIG. 10, ANEXO B).

⁷⁶ Dados levantados até final de 2020, pelo *Office of Naval Intelligence*.

⁷⁷ Artigo de Courtney Mabeus: “*Chinese Navy Using Commercial Car Ferries to Launch Amphibious Landing Craft*”, do site USNI News, 26 jun. 2021. Disponível em: <news.usni.org/2021/07/26/chinese-navy-using-commercial-car-ferries-to-launch-amphibious-landing-craft>. Acesso em 1º ago. 2021.

Segundo Sarah Kirchberger (2015), até 2013, a MELP figurava como uma marinha de nível 4, com capacidade de projeção de poder regional, conforme a classificação hierárquica das marinhas por conta de suas capacidades, proposta por Todd e Lindberg⁷⁸ (1996, apud KIRCHBERGER, 2015). Com a construção de seus dois porta-aviões (*Type 001* e *Type 002*), a MELP adquiriu capacidades para figurar entre as marinhas de nível 3, com sua capacidade de projeção de poder multirregional, e com grande perspectiva de chegar ao nível 2, com capacidade de projeção de poder com alcance limitado, a partir do comissionamento de seu terceiro porta-aviões.

O cenário de uma MELP inexperiente em combate no mar, com a cadeia de comando dividida entre o comandante efetivo do navio, e um comissário do PCCh embarcado, aliada a uma força naval cada vez mais poderosa, poderá gerar grande potencial de risco para a região Ásia-Pacífico, o que contribuirá para a escalada de conflito com outras marinhas operando na região.

Apesar da MELP possuir uma força naval cada vez mais poderosa, ainda não detém a hegemonia regional, considerando uma aliança que envolva todas as forças navais do *QUAD* e do Reino Unido.

Os porta-aviões chineses garantirão uma grande capacidade de projeção da força, porém há que se considerar que o sistema de propulsão convencional limita sua permanência em outros teatros de operação no mar, o que não ocorre com os porta-aviões com propulsão nuclear dos EUA.

O aumento cada vez maior de número de navios, demandarão a captação e formação proporcional de militares para tripular esses meios, que em sua maioria não possuirão experiência adequada para operá-los, além de grande esforço da MELP em prepará-los para o combate no mar e operação em “águas azuis”.

Conforme definido na END (BRASIL, 2020c, p. 39): “[...] a Expressão Militar de um Poder Nacional está intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do País, à capacidade de Mobilização Nacional e à capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição.” Nesse diapasão, o ELP tem a disposição todas essas capacidades, uma vez que o governo comunista detém o controle de todos os setores do Estado.

⁷⁸ TODD, D.; LINDBERG, M. *Navies and Shipbuilding Industries: The Strained Symbiosis*. Westport, Conn. et al.: Praeger, 1996.

3.2.4 Guarda Costeira da China

A GCC assumiu grande importância para a RPC, nas últimas décadas, como instrumento para consolidar suas pretensões de soberania marítimas no MSC e MCO. A escolha da RPC em usar meios da GCC para garantir a aplicação da lei dentro de sua ZEE reside no fato de o emprego desses meios e de suas tripulações ser menos complexo do que empregar navios da MELP. Adiciona-se a esta questão a mensagem agressiva que um navio de guerra poderia passar a outros países, ao conduzir operações de aplicação da lei marítima contra embarcações civis estrangeiras. Atualmente, a GCC é a maior do continente asiático, tendo recebido grandes investimentos na última década. Além de novos meios construídos, a sua composição inclui meios navais da MELP, com tonelagens superiores a 1.000t, que estão sendo substituídos (MORRIS, 2017). A TAB. 2, ANEXO B, apresenta a situação do aumento das tonelagens das guardas costeiras dos principais países atuando no Sudeste asiático.

3.2.5 Milícia Marítima da China

Originadas das primeiras milícias armadas ligadas ao PCCh, a MMC atualmente age sem uma estrutura de comando bem definida, porém contam com a simpatia do governo chinês, principalmente quando atuam contra embarcações estrangeiras de pesca, nas pretensões chinesas do MSC e MCO. Composta principalmente por embarcações pesqueiras de alto-mar, com aproximadamente 60 metros de comprimento e deslocando 750t, suas tripulações recebem treinamento tanto da MELP, quanto da GCC, e muitas vezes atuam em conjunto com a GCC para o cumprimento da aplicação da lei marítima nas áreas de interesse chinesas. Em que pesem as embarcações serem tripuladas em sua maioria por civis e militares da reserva chinesa, o *modus operandi* da MMC, contra embarcações ou mesmo meios navais de guardas costeiras de países que têm pretensões marítimas coincidentes com a RPC, adota elementos de combate assimétrico. Muitas dessas embarcações dotam de paióis de armamento e munição (KENNEDY; ERICKSON, 2017).

Embarcações pesqueiras chinesas vêm atuando nos oceanos globais, em grandes quantidades e operando em conjunto, realizando muitas vezes pesca ilegal e predatória, dentro dos limites das águas jurisdicionais de outros países, ou próximas a estas, prejudicando o

equilíbrio nos biomas marinhos dessas regiões, bem como suas economias baseadas nas atividades de pesca. Suas presenças nos oceanos Pacífico Sul e Atlântico Sul são uma realidade, conforme diversas denúncias dos governos equatorianos, peruanos, chilenos e argentinos. Apesar dos esforços das marinhas dos países da América do Sul em coibir a realização de pescas ilegais dentro de suas águas jurisdicionais, empresas chinesas vêm criando bases de operações e apoio logísticos em portos de países, a exemplo do Peru (Callao e Chimbote) e do Uruguai (Montevidéu)⁷⁹. Em dezembro de 2020, a empresa *Ample Develop Brazil Ltd.*, representante de um conglomerado financeiro chinês, apresentou proposta comercial ao governo do Rio Grande do Sul, para realizar investimentos de 30 milhões de dólares no setor de pesca da região, com a criação de uma frota de pesca de arrasto marinho, composta de embarcações com capacidade de congelamento rápido individual de 500t de peixe e investimentos em um porto de pesca na cidade de Rio Grande, com instalações para apoio logístico a essas embarcações⁸⁰.

Caso a proposta seja aceita, possibilitará o livre trânsito de embarcações de pesca chinesas dentro das AJB, realizando pescas “legalizadas” pelo acordo, porém há que se considerar as dificuldades em controlar suas ações, no mar, pelas autoridades brasileiras.

A MMC, não oficialmente, tem sido usada como um braço da força naval chinesa para criar atrição no MSC e no MCO, muitas vezes agindo de maneira ofensiva contra pequenas embarcações de pesca nessas regiões. Ação similar ocorreu no Atlântico Sul, em 2018, há 360 milhas da costa do Rio Grande do Norte, quando a embarcação de pesca brasileira “Oceano Pesca I”, de 22 metros de comprimento, foi abalroada gravemente e de maneira intencional por outra embarcação chinesa, o “Chang Rong 4”, de comprimento superior, por conta de disputas pela pesca do atum⁸¹.

⁷⁹ Do artigo: “*Pesca Ilegal na América do Sul: pontos de atenção e dilemas*”, do editorial do *site* Defesanet, 12 nov. 2020. Disponível em: <www.defesanet.com.br/toas/noticia/38743/Pesca-Ilegal-na-America-do-Sul--pontos-de-atencao-e-dilemas/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

⁸⁰ Do artigo: “*Chineses oferecem Polo Pesqueiro no Sul do Brasil, oportunidade comercial ou armadilha geopolítica?*”, do editorial do *site* Defesanet, 22 dez. 2020. Disponível em: <www.defesanet.com.br/toas/noticia/39170/Exclusivo-%E2%80%93-Chineses-oferecem-Polo-Pesqueiro-no-Sul-do-Brasil--Oportunidade-Comercial-ou-Armadilha-Geopolitica-/>. Acesso em 31 jul. 2021.

⁸¹ Do artigo de Alexandre Galante: “*‘Guerra do Atum’*: barco brasileiro é atacado por embarcação chinesa em alto-mar”, do *site* Poder Naval, 22 nov. 2018. Disponível em: <www.naval.com.br/blog/2018/11/23/guerra-do-atum-barco-brasileiro-e-atacado-por-embarcacao-chinesa-em-alto-mar/>. Acesso em 2 ago. 2021.

3.3 Um Horizonte de Expectativa para a RPC em 2031

Segundo Reinhart Koselleck (2006), as duas formas de conhecimento capazes de expressar possibilidades de uma história, seja ela presente, passado e futuro, são a experiência e a expectativa. A primeira reúne dentro de um passado próximo, um espaço de experiências vividas e conhecidas. Da segunda, dado um espaço de experiências aberto ao futuro, é possível traçar um horizonte de expectativas, que se relacionam com as experiências, excludentes entre si e dentro de um grau de generalidade elevado. Ainda que a formulação de uma expectativa não aconteça conforme um resultado de seu passado histórico, não há como se pensar no futuro de determinado assunto sem levar em conta suas experiências conhecidas. Dentro do espaço de experiência, são produzidos prognósticos orientados para um determinado fim, cujas expectativas nem sempre decorrem da experiência, causando ruptura de uma possível realidade futura.

Com base nos conceitos de Koselleck, será traçado um horizonte de expectativa para a estratégia naval da RPC atuando na região do Atlântico Sul, para os próximos dez anos, levando-se em consideração o espaço de experiência deixados por sua história recente.

A estabilidade social chinesa, em 2031, dependerá exclusivamente da capacidade do governo comunista em manter os índices de crescimento de sua economia socialista de mercado compatíveis com as necessidades também crescentes de sua população. Essa dependência cíclica envolverá: investimentos constantes em C&T&I de suas indústrias; garantia do fornecimento de matérias primas, combustíveis fósseis e alimentos ricos em proteínas para a RPC; manutenção de suas LCM de interesse, para o tráfego marítimo de exportação e importação de produtos industrializados e *commodities*, respectivamente; investimentos na sua expressão militar, a fim de garantir sua soberania e defesa de seus interesses nacionais no exterior; e manutenção de um cenário internacional de paz, que garantam um ambiente estável para o comércio de seus produtos.

Conforme a RPC dependa cada vez mais de *commodities* da região do Atlântico Sul, a necessidade de se criar uma base de apoio logístico para sua MELP, na costa Oeste da África e na América Latina, a exemplo do que acontece em Djibouti, será crucial para manter as operações de escolta de seus navios mercantes, principalmente aqueles que passem pelo Golfo da Guiné em direção ao Mar Mediterrâneo e ao Cabo da Boa Esperança, ou transitem na costa Sul-Americana, em direção ao Canal do Panamá.

A MELP de 2031 terá construído mais meios navais que os EUA, porém não terá

alcançado a capacidade múltipla, regular e sustentável de projeção de poder em missões globais, por conta do seu número reduzido de porta-aviões, todos com propulsão convencional, características essa de uma marinha de nível 2 apenas (TODD; LINDBERG, 1996, apud KIRCHBERGER, 2015).

A sua MMC, a exemplo do que ocorre no MSC e no MCO, poderá ser instada a atuar nas regiões da América do Sul, conforme a necessidade por alimentos marinhos aumente. O estabelecimento de mais bases de apoio às atividades de pesca, conforme ocorre no Uruguai e no Equador, pode ocorrer em outros países Sul-Americanos, principalmente aqueles que dependam de investimentos chineses ou estejam envolvidos em armadilhas de dívida, como ocorreu com o Sri Lanka. Ações de segurança marítima promovidas pelas marinhas da América do Sul e dos EUA, coordenadas ou isoladas, contra as embarcações da MMC, poderão ser consideradas como atentados contra interesses ou cidadãos chineses, suscitando a intervenção da MELP.

Por fim, mas não esgotando as expectativas possíveis, sobre os investimentos chineses em prospecção de petróleo e gás marinho na região do Atlântico Sul, no caso do Brasil e países do Golfo da Guiné, conforme a situação de ameaças promovidas por organizações criminosas e terroristas venha a ocorrer em plataformas sob concessão chinesa e navios mercantes chineses, que transportam não apenas petróleo e derivados, mas grande parte dos alimentos que são consumidos por sua população, a RPC poderá considerar que tais países não possuem condições de garantir a segurança marítima de seus interesses e, por coerção, designar meios da MELP para proteção dos mesmos.

3.4 A Marinha do Brasil e seu PEM2040

Os oceanos mundiais formam importantes redes de comunicação econômico-estratégicas, por onde trafegam pessoas, riquezas e informações. Em especial o Brasil, país com dimensões continentais, com seus 5,7 milhões de km² de área marítima⁸² a ser protegida, 60.000 km de vias interiores navegáveis e 7.000 km de extensão litorânea, além de uma área de responsabilidade de busca e salvamento de naufragos, que sobrepõe as AJB, equivalente à 14 milhões de km², repletos de riquezas minerais, combustível fóssil e biodiversidade marinha,

⁸² Considerando a área conhecida como Elevação do Rio Grande (ERG), cuja pretensão brasileira foi encaminhada para ratificação da CNUDM.

que devem ser protegidos, defendidos e preservados contra quaisquer ameaças. Tanta riqueza carece de conscientização da sociedade brasileira, em especial da área política, que não possui uma visão esclarecida da relevância das AJB para o desenvolvimento do país.

Ciente de suas responsabilidades, a MB busca cumprir sua missão principal, dentro das diretrizes de alto nível que norteiam seu Plano Estratégico, cujas ações a empreender muitas vezes não alcançam a devida visibilidade e compreensão de sua sociedade, sobre a vocação que o país possui para o mar.

3.4.1 Documentos Superiores Condicionantes ao PEM2040

Os documentos nacionais de defesa de mais alto nível, que norteiam o que o Brasil quer para a defesa de sua soberania terrestre, marítima, aeroespacial e cibernética, são a Política e a Estratégia Nacional de Defesa (PND / END), ambos atualizados em 2020, cujas principais diretrizes afetas ao Poder Marítimo e Naval serão abordadas (BRASIL, 2020c).

A PND destaca o papel pacifista histórico do Brasil, porém enseja a importância contra ameaças causadas por instabilidades nas relações entre Estados e o surgimento de novas ameaças internacionais. O documento condiciona o emprego de todas as expressões do poder nacional brasileiro, em prol dos objetivos nacionais de defesa. Define o entorno estratégico brasileiro composto pelos países da América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental Africana e a Antártica. Ressalta uma maior participação de investimentos na C&T&I, de forma a fortalecer a defesa nacional, e estimula o crescimento tecnológico da Base Industrial de Defesa (BID) nacional. Cita a vocação marítima brasileira, as riquezas minerais e biodiversidade a serem protegidas na Amazônia Azul®, bem como as maiores reservas de recursos energéticos brasileiros no mar. Alerta que a região do Atlântico Sul vem sendo marcada pela presença cada vez crescente de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países extrarregionais com grandes interesses em suas riquezas minerais, energéticas e a biodiversidade marinha.

Os seguintes pressupostos de Defesa Nacional estão ligados diretamente à proteção dos interesses marítimos do Brasil: manter as Forças Armadas capacitadas e motivadas para o cumprimento de suas missões constitucionais e a dissuasão; buscar a manutenção da Zona de Paz e Cooperação Atlântico Sul (ZOPACAS); priorizar investimentos em C&T&I aplicados aos Produtos de Defesa (PRODE), visando o fortalecimento da BID; defender o uso sustentável dos

recursos ambientais; privilegiar a cooperação e a integração na América do Sul; cumprir compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais, sem ferir os princípios constitucionais; e defender a exploração da Antártica para uso pacífico e científico apenas.

Dentre os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), ressaltam-se aqueles afetos diretamente ao ambiente marítimo: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, seja ela terrestre como marítima (OND-I); assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões institucionais das Forças Armadas, em especial, para o ambiente marítimo (OND-II); promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa (OND-III); salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior (OND-V); contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais, em especial na área do Atlântico Sul (OND-VII); e incrementar a projeção do país no concerto das Nações e sua inserção nos processos decisórios internacionais (OND-VIII).

A END é a ponte entre os OND e as ações estratégicas necessárias, para que dotem o Estado de capacidade para alcançá-los, rapidamente, da situação de paz ou crise, para o conflito armado.

Das concepções estratégicas de Defesa, aquelas ligadas à defesa da soberania marítima são: dissuadir potenciais ameaças à soberania, integridade territorial e interesses nacionais no país e no exterior; participar de Operações de Paz, sob a égide da ONU; participar de operações multinacionais visando a estabilidade regional e mundial; promover o fortalecimento da ZOPACAS, aumentando a influência brasileira no seu entorno estratégico; proteger os recursos naturais das suas AJB, bem como prover segurança às LCM de interesse no Atlântico Sul; participar dos processos de decisão sobre o futuro da Antártica, preservando a região como patrimônio da humanidade; dispor de meios capazes de prover a vigilância, controle e defesa das AJB; e fomentar a hélice tríplice⁸³, com participação integrada de setores governamentais, industriais e meios acadêmicos, voltados para a P&D de C&T&I, de modo a garantir domínio nacional sobre tecnologias críticas, por meio de sua BID.

Para atingir os OND ligados à proteção das AJB, os meios de defesa deverão ser estruturados conforme as Capacidades Nacionais de Defesa (CND). Dentre as que mais se aplicam ao Poder Naval, destacam-se: Capacidade de Proteção, por meio da resposta adequada à situação, preservando o funcionamento do Estado; Capacidade de Pronta-resposta, prevenindo o agravamento de crises ou encerrando um conflito deflagrado, de forma célere;

⁸³ Ver Glossário.

Capacidade de Dissuasão, desestimulando quaisquer possibilidades externas de agredir o Estado, por meio da prontidão e disponibilidade de seus meios militares e pessoal capacitado; Capacidade de Coordenação e Controle, mantendo a integridade e integração de informações e ações; Capacidade de Gestão da Informação, garantindo o fluxo de informações para o processo decisório em todos os níveis, bem como o acesso à Inteligência; Capacidade de Mobilidade Estratégica, por meio do deslocamento de forças militares para a área de emprego, dentro das AJB ou no exterior, para defesa dos interesses nacionais; e Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico de Defesa, por meio da busca de atualização e independência tecnológica.

No que tange ao Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED), prevê o conjunto de capacidades militares para cada força singular. No caso da MB, estabelece sua missão e as capacidades para o seu cumprimento. O Poder Naval brasileiro deverá dispor de meios com capacidade de: detectar, identificar e neutralizar de ações adversas e ameaças as AJB; proteger as LCM de interesse; projetar poder sobre terra, por meio do mar; negar o uso do mar a interesses de forças adversas; contribuir para a dissuasão; monitorar e controlar áreas marítimas de interesse; e explorar as características intrínsecas de mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade.

Ao tratar dos três setores estratégicos na área de defesa, a END ressalta a importância do setor nuclear, cuja coordenação de dois programas importantes estão a cargo da MB: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que desenvolverá nacionalmente o projeto do primeiro Submarino Convencional com propulsão Nuclear (SCN); e o Programa Nuclear da Marinha (PNM), que desenvolve o reator nuclear a ser utilizado pelo SCN, bem como as etapas do ciclo de enriquecimento do combustível nuclear.

Por fim, a END apresenta suas Estratégias de Defesa (ED) e suas Ações Estratégicas de Defesa (AED), decorrentes dos OND, das quais ressaltam-se as seguintes, com aplicações diretas à MB: desenvolver o setor nuclear e cibernético; contribuir para o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência; fortalecer a capacidade de dissuasão; dotar o país de uma Marinha moderna, bem equipada, adestrada e em estado permanente de prontidão, capaz de desencorajar ameaças e agressões; contrapor à concentração de forças hostis nos limites fronteiriços e das AJB; monitorar e controlar o espaço, as AJB e áreas de interesse; incrementar as capacidades de defender e de explorar o espaço cibernético; manter a regularidade orçamentária, visando a previsibilidade da MB e a destinação dos recursos; estruturar a MB em torno de capacidades; promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas; prosseguir com os projetos estratégicos da MB; incrementar a prevenção e enfrentamento às redes criminosas transnacionais; incrementar a capacidade de autodefesa e eventos adversos de natureza Nuclear,

Biológica, Química e Radiológica – NBQR; promover a capacitação e dotação de recursos humanos; desenvolver capacidades para preservar nacionais em situação de risco e resguardar bens, recursos e interesses brasileiros, no exterior; incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na permanência; incrementar a participação da MB em exercícios operacionais com outros países; desenvolver capacidades para manter a segurança das LCM onde houver interesses nacionais; incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia; e desenvolver capacidades da MB para desempenhar responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais.

3.4.2 O Plano Estratégico da MB

Com base nas principais diretrizes nacionais, a MB elaborou sua Política Naval e seu Plano Estratégico, com ações até 2040, direcionando o preparo e emprego do Poder Naval brasileiro a fim de alcançar o propósito da missão, em especial na contribuição da Defesa Nacional e ao apoio a Política Externa. Como entorno estratégico afeto à MB, consideram-se os limites ao Norte, o paralelo 16º Norte, ao Sul, o continente Antártico, a Leste a costa Oeste da África e a Oeste, a América do Sul⁸⁴ (BRASIL, 2019, 2020a).

A Política Naval orienta a estratégia da força naval, de acordo com as atividades que deverão ser desempenhadas para atingir os OND⁸⁵.

Define o mapa estratégico da MB⁸⁶, sua missão e visão de futuro, que serão alcançadas por meio de vários elementos que envolvem ações institucionais, melhoria dos processos mais importantes e a entrega de resultados à sociedade. Esses elementos definirão os Objetivos Navais (OBNAV). Dentre os OBNAV criados, os que dizem respeito direta e indiretamente à defesa da soberania nas AJB, seus interesses marítimos e LCM, e à diplomacia naval, são: OBNAV 1, de contribuir para a Defesa da Pátria; OBNAV 2, de prover a segurança marítima; OBNAV 4, de cooperar com o desenvolvimento nacional; OBNAV 5, de apoiar a política externa; OBNAV 6, de aprimorar a gestão de pessoas; OBNAV 7, de modernizar a Força Naval; OBNAV 8, de obter a capacidade operacional plena; OBNAV 9, de desenvolver a capacidade cibernética; OBNAV 10, de aprimorar as inteligências estratégicas e operacional; e

⁸⁴ FIG. 11, ANEXO B, apresenta o mapa com o entorno estratégico considerado pela MB.

⁸⁵ FIG. 12, ANEXO B, apresenta o quadro com as atividades desempenhadas pela MB.

⁸⁶ FIG. 13, ANEXO B, apresenta o Mapa Estratégico da MB.

OBNAV 11, de ampliar a consciência situacional marítima das áreas de interesse.

A partir da Política Naval e do PEM2040, será elaborada a Estratégia Naval da MB, com as estratégias para alcançar os OBNAV, de acordo com a visão que o Comandante da Marinha tem sobre o emprego de sua Força. O documento ainda se encontra em elaboração no Estado-Maior da Armada⁸⁷, sendo utilizado o PEM2040 como seu substituto.

O PEM2040 foi criado para orientar o planejamento da MB pelos próximos vinte anos, a fim de atender aos OBNAV, por meio de suas Estratégias Navais (EN). Para a confecção do plano, consideraram-se as capacidades a serem adquiridas e a necessidade de integração com o orçamento do Estado, buscando para isso a participação maior da sociedade brasileira e a aproximação dos demais órgãos governamentais. Conforme observação feita na PND, a posição pacifista de unilateralidade brasileira deve ser revista ante a gama de ameaças existentes e aquelas novas que figuram com grande potencial para comprometer a defesa marítima.

O PEM2040 aborda a questão da deficiente defesa marítima em amplo espectro, devido à importância do mar para o comércio, navegação, LCM, transporte, energia, pesca, turismo, indústria naval, recreação náutica e exploração dos recursos minerais, ser de pouco interesse da sociedade e da classe política.

Divide a defesa marítima de acordo com o tipo de ameaça, sendo a Defesa Naval Clássica, quando empregada a força naval contra ameaças de outros Estados; e os conceitos de *safety* e *security*, quando afetos à segurança marítima. O *safety* está ligado aos assuntos da Autoridade Marítima; e o *security* ao emprego coercitivo do Poder Naval dentro das AJB.

As seguintes ameaças são listadas pelo PEM2040 e ocorrem tanto nas AJB, como no entorno estratégico brasileiro: os atentados contra a soberania das AJB, por ataques contra o território nacional e pela presença de uma potência naval superior; as ações de pirataria que poderão ocorrer contra as Infraestruturas Críticas Marítimas (ICM) *offshore*; a pesca ilegal e predatória no Atlântico Sul, por embarcações de países extrarregionais; os acessos ilegais ligados à biopirataria nas AJB; as ações de organizações criminosas que possam comprometer as ICM e uso das LCM; as ações promovidas por organizações terroristas; as ameaças no espectro cibernético, podendo ser de origem estatal ou não; as ameaças advindas de crimes ambientais, desastres naturais e pandemias; e as ameaças híbridas decorrentes de disputas por recursos naturais.

Com respeito ao conceito estratégico marítimo-naval, o PEM2040 define: o Combate no Mar, representado pelas quatro tarefas básicas do Poder Naval; o Combate pelo

⁸⁷ De acordo com palestra proferida pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Lima Silva Filho: “Desafios do Sistema de Planejamento de Alto Nível da Marinha”, na Escola de Guerra Naval, em 5 ago. 2021.

Mar, por meio da ativação de sistemas defensivos para preservação das LCM, ICM e riquezas marinhas, e a prontidão por meio da dissuasão; as Oportunidades de Diplomacia Naval, por meio da coerção, persuasão e cooperação, contribuindo para a dissuasão; a Defesa Proativa e Reativa, que requer maior rapidez e iniciativa das ações, e que depende de uma ameaça ser concretizada para que sejam tomadas as ações, respectivamente; e a Defesa Marítima de Amplo Espectro, por meio da integração do Poder Marítimo e de atividades governamentais de defesa.

Ambas as defesas demandam um sistema de monitoramento e controle das AJB, baseado no conceito de sistema de sistemas, que integre uma gama de sensores de diversas origens, com grande capacidade de processamento de *big data* e avaliação rápida com uso de computadores quânticos e IA. Tais investimentos além de demandarem grande aporte de recursos, devido à complexidade e áreas envolvidas, demandam esforço científico-tecnológico, ainda incipientes no país. Os requisitos necessários para um sistema de controle e proteção são: monitoramento e controle dos espaços marítimos de interesse, por sensores, veículos não tripulados e remotamente controlados e integração com sistemas colaborativos de outras áreas; e proteção por meio do correto emprego da força naval, de acordo com suas características, de forma a garantir a presença nas áreas críticas.

As EN deprenderão ações concretas, denominadas de Ações Estratégicas Navais (AEN), e aderentes ao Poder Nacional, dentro dos aspectos do limite e da previsão orçamentária, da capacidade tecnológica de sua BID e academias, da capacitação e da disponibilidade de matérias primas no país. Além dos critérios obrigatórios, deverão ser observados critérios de impactos estratégicos para a Marinha, quais sejam: de características multissetoriais, de inovação, de ampliação da mentalidade marítima e a imagem positiva da MB, e de incremento na capacidade combativa da força.

Dentre os OBNAV e seus desdobramentos, citam-se os mais importantes e com programas e projetos em execução, afetos diretamente à Defesa Naval Clássica, à Segurança Marítima e à Diplomacia Naval:

– OBNAV 1: AEN-Defesa-2, implantar o sistema de defesa proativo representado pelo Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)⁸⁸, para monitorar e controlar as AJB e a área de responsabilidade de busca e salvamento do Brasil;

– OBNAV-4: AEN-Desenvolvimento-4, manter e desenvolver o PROANTAR, apoiando a presença brasileira na Antártica;

– OBNAV-5: AEN-Política Externa-1, buscar maior interação entre os Estados da

⁸⁸ A FIG. 14, ANEXO B, mostra a representação gráfica do SisGAAz.

ZOPACAS; AEN-Política Externa-2, incrementar as capacidades e prontidão da força, participando de operações sob a égide da ONU;

– OBNAV-6: AEN-Força Naval-1, desenvolver o PNM, dominando as etapas do ciclo do combustível nuclear e a criação e operação do reator nuclear; AEN-Força Naval-2, desenvolver o PROSUB e gerenciar a construção dos submarinos convencionais e de propulsão nuclear; AEN-Força Naval-3, dar continuidade ao Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PCT); AEN-Força Naval-4, dar continuidade ao Programa de Construção de Navios-Patrolhas (PRONAPA); AEN-Força Naval-5, dar continuidade ao Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO); AEN-Força Naval-7, dar continuidade ao Programa de Manutenção e Consolidação do Poder de Combate do Corpo de Fuzileiros Navais (PROADSUMUS); AEN-Força Naval-12, dar continuidade ao desenvolvimento do Programa Esporão, relacionado ao Míssil Antinavio Superfície-Superfície (MANSUP) e o Antinavio Ar-Superfície (MANAER) nacionais; e

– OBNAV-10: AEN-CSM-1, dar continuidade ao desenvolvimento do SisGAAz.

Atualmente a MB é composta pelos seguintes meios navais da Esquadra e dos Distritos Navais, que cumprem a proteção das AJB⁸⁹:

– 1 Navio-Aeródromo Multipropósito, classe “Atlântico”, com 21.500t, lançado ao mar em 1995, em Plymouth, Reino Unido, e incorporado à MB em 2018;

– 1 Navio Doca Multipropósito, classe “Bahia”, com 12.000t, lançado ao mar em 1998, em Toulon, França, e incorporado à MB em 2015;

– 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate, classe “Saboia”, com 6.700t, lançado ao mar em 1966, em Hampshire, Reino Unido, e incorporado à MB em 2009;

– 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate, classe “Mattoso Maia”, com 7.050t, lançado ao mar em 1969, em San Diego, EUA, e incorporado à MB em 1994;

– 1 Navio Tanque, classe “Almirante Gastão Motta”, com 9.400t, lançado ao mar em 1990, no Rio de Janeiro, e incorporado à MB em 1991;

– 5 Fragatas, classe “Niterói”, com 3.200t, lançadas ao mar entre 1974 e 1980, construídas no Reino Unido e no Brasil, e incorporadas à MB entre 1977 e 1980;

– 1 Fragata, classe “Greehalgh”, com 3.900t, lançada ao mar em 1977, construída na Escócia, e incorporada à MB em 1997;

– 1 Corveta, classe “Inhaúma”, com 1.970t, lançada ao mar em 1989, construída no Rio de Janeiro, e incorporada à MB em 1992;

⁸⁹ Conforme página oficial da MB. Disponível em: <www.marinha.mil.br/meios-navais>. Acesso em: 3 ago. 2021.

- 1 Corveta classe “Barroso”, com 1.785t, lançada ao mar em 2002, construída no Rio de Janeiro, e incorporada à MB em 2008;
- 1 Corveta, classe “Imperial Marinheiro”, com 911t, lançada ao mar em 1954, construída na Holanda, e incorporada à MB em 1955;
- 3 Navios-Patrolha Oceânicos, classe “Amazonas”, com 2.600t, lançados ao mar em 2009 e 2010, construídos no Reino Unido, e incorporados à MB em 2012 e 2013;
- 4 Navios-Patrolha, classe “Bracuí”, com 630t, lançados ao mar em 1984 e 1985, construídos no Reino Unido, e incorporados à MB em 1998;
- 4 Navios-Patrolha, classe “Macaé”, com 500t, lançados ao mar em 2009 e 2010, construídos no Ceará, e incorporados à MB em 2009 e 2010;
- 12 Navios-Patrolha, classe “Grajáú”, com 197t, lançados ao mar entre 1993 e 1999, construídos na Alemanha e Brasil, e incorporados à MB entre 1993 e 2000;
- 3 Navios de Apoio Oceânico, classe “Mearim”, com 1.940t, lançados ao mar em 2010 e 2011, construídos na Índia, e incorporados à MB em 2017;
- 2 Rebocadores de Alto-Mar, classe “Triunfo”, com 1.350t, lançados ao mar em 1977 e 1979, construídos em Manaus, e incorporados à MB em 1986 e 1987
- 4 Submarinos Convencionais, classe “Tupi”, com 1.150t, lançados ao mar entre 1987 e 1998, construídos na Alemanha e no Brasil, e incorporados à MB entre 1989 e 1999;
- 1 Submarino Convencional, classe “Tikuna”, com 1.250t, lançado ao mar em 2005, construído no Rio de Janeiro, e incorporado à MB em 2006; e
- 1 Submarino Convencional, classe “Riachuelo”, com 2.200t, lançado ao mar em 2018, construído no Rio de Janeiro, e com previsão de ser entregue ao setor operativo no final de 2021.

A força naval de superfície da MB apresenta, em sua maioria, meios com décadas de uso, demandando grandes esforços de manutenções corretiva e preventiva, muitas vezes com itens sobressalentes ultrapassados ou inexistentes e falta de mão de obra qualificada. Dos nove navios escoltas de alto-mar (Fragatas e Corvetas), apenas a Corveta Barroso foi construída no presente século. As demais Fragatas e Corveta, da classe “Inhaúma”, têm previsão de serem descomissionadas ao longo de duas décadas, sendo substituídas pelas quatro novas Fragatas da classe “Tamandaré”, conforme começarem a ser incorporadas, cujas entregas estão previstas entre 2025 e 2028⁹⁰.

No que tange aos Navios-Patrolha empregados para a Segurança Marítima, em que

⁹⁰ Disponível em: <www.marinha.mil.br/programa-classe-tamandare>. Acesso em: 10 ago. 2021.

pese haver mais dois, de 500t, em construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), com previsão de entrega para 2021 e 2022⁹¹, a quantidade atual de 23 não é suficiente para a realização de patrulhas navais em toda extensão das AJB, principalmente nos seus limites, onde seriam necessários mais Navios-Patrulhas Oceânicos.

Para exercer a tarefa de negação do uso do mar, em adição aos submarinos convencionais existentes, há a previsão de entrega de quatro Submarinos Convencionais classe “Riachuelo”, construídos no Brasil, com 2.200t, sendo que dois já foram lançados ao mar, em 2018 e 2020, com previsão de serem entregues ao setor operativo a partir de 2021, e os demais, já em construção, com previsão de lançamento ao mar em 2021 e 2022. Além dos submarinos de propulsão convencional, está previsto para o final da década de 2020, o lançamento do primeiro submarino brasileiro com propulsão nuclear, desenvolvido pelos PROSUB e PNM, sendo um importante meio para a dissuasão brasileira⁹².

O Poder Naval do Brasil, que em 2014 detinha uma marinha classificada como de nível 3, com capacidade de projeção de poder multirregional (TODD; LINDBERG, 1996, apud KIRCHBERGER, 2015), hoje figura como uma marinha de nível 4, com capacidade de projeção de poder regional, após a desativação de seu navio-aeródromo em 2017, mas mantendo-se ainda como uma marinha que opera em “águas azuis”⁹³.

A projeção de baixa dos atuais nove navios-escortas de alto-mar brasileiros e a substituição programada por apenas quatro Fragatas da classe “Tamandaré”, dificultarão a manutenção da Defesa Marítima das AJB, bem como ações de Defesa Proativa, principalmente nos limites da ZEE que excedem as duzentas milhas marítimas, conforme aqueles encontrados além das ilhas oceânicas de Trindade, São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha, e toda região pretendida da ERG. Uma solução a ser considerada para mitigar a lacuna deixada pelo descomissionamento dos navios-escortas seria a priorização da AEN-Força Naval-4, que diz respeito ao Programa para Construção de Navios-Patrulha (PRONAPA).

Ainda há uma grande dificuldade de incutir a mentalidade marítima junto ao campo político, principalmente no que diz respeito à Defesa Marítima, devido à pouca tangibilidade das atividades desempenhadas pela MB, em comparação às demais atividades subsidiárias, a exemplo das operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP) nos rios da Amazônia. Essa falta de percepção das ameaças potenciais e em curso nas AJB acaba

⁹¹ De acordo com o artigo de Alexandre Galante: “FOTO: Navio-Patrulha Maracanã quase pronto”, do *site* Poder Naval, 6 mai. 2021. Disponível em: <www.naval.com.br/blog/2021/05/06/foto-navio-patrulha-maracana-quase-pronto/>. Acesso em 10 ago. 2021.

⁹² Disponível em: <www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>. Acesso em 17 ago. 2021.

⁹³ FIG. 15, ANEXO B, apresenta o quadro de classificação das marinhas por suas capacidades.

impactando no orçamento destinado à força naval, o que vêm limitando o reaparelhamento, desenvolvimento dos projetos em curso e de novos projetos, e a manutenção dos meios existentes.

Em que pese não haver ainda um documento específico sobre a Estratégia Naval da Marinha, as EN presentes no PEM2040 orientam satisfatoriamente as AEN, principalmente com respeito ao enfrentamento das ameaças, por meio das tarefas básicas do Poder Naval e da Diplomacia Naval. Seus Programas Estratégicos decorrentes abordam todas as necessidades para a visão de futuro da Força Naval, e a priorização dos programas mais importantes demonstra a preocupação da MB em otimizar a aplicação dos recursos orçamentários.

Com uma área de 5,7 milhões de km² de extensão e poucos meios navais e aeronavais em condições de manter o patrulhamento constante e garantir uma defesa proativa a altura, é imperioso que o país possua um sistema com capacidade de monitoramento e controle de área pleno, integrado aos diversos sistemas já existentes, fazendo uso de sensores instalados em estações terrestres, meios navais, aéreos e “satelitais”. Uma solução encontrada para o prosseguimento do SisGAAz foi a busca de parcerias com outros órgãos governamentais e instituições privadas, no intuito de acelerar o seu desenvolvimento e ativação.

A redução do efetivo de pessoal, das Forças Armadas, poderá causar dificuldades ao guarnecimento de novos meios navais a serem adquiridos, bem como à formação e à capacitação desses militares às novas tecnologias e capacidades desses meios.

Deverá ser levado em conta a presença militar dos EUA na região do Atlântico Sul, por meio dos USSOUTHCOM e USAFRICOM, cujas missões de ambos preveem o combate aos crimes transnacionais, transfronteiriços e ambientais; à pirataria; ao terrorismo e à pesca ilegal.

Sobre o relacionamento da MB com instituições ligadas à C&T&I e à Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, há uma boa parceria no desenvolvimento de novas capacidades, com grande arrasto tecnológico, aumentando-se os índices de nacionalização dos PRODE, principalmente àqueles ligados aos projetos estratégicos da força. Entretanto, cabe ressaltar que o Brasil ainda possui um grande atraso no desenvolvimento de tecnologias emergentes, principalmente àquelas empregadas aos PRODE, cujos conhecimentos de C&T não são transferidos pelos Estados que os detêm. Como exemplo cita-se o acordo comercial da MB com a *Naval Group* francesa, que ficará responsável pela transferência de tecnologia para construção dos Submarinos Convencionais da classe “Riachuelo” e pela certificação do projeto do SCN “Álvaro Alberto”.

4 ANÁLISE DO PEM2040 E O HORIZONTE DE EXPECTATIVA PARA 2031

A análise *SWOT* é uma ferramenta utilizada na gestão empresarial que visa auxiliar a tomada de decisão por meio de análises de determinada organização, em que são apresentadas em forma de matriz: os fatores de Força e Fraqueza, atribuídos ao ambiente interno; e as Oportunidades e Ameaças, determinadas pelo ambiente externo. Aplicando-se a análise *SWOT* ao PEM2040, espera-se alcançar uma visão interna e externa da sua estratégia, quando confrontada a um horizonte de expectativa para 2031.

Fatores de Força:

Ao se estudar o PEM2040, até 2031, os seguintes fatores de força poderão ser observados, dentro do ambiente interno da MB:

- EN adequadas às prováveis ameaças marítimas;
- ordenamento prioritário dos Programas Estratégicos; e
- parceria sólida e em crescimento entre a MB, a BID e as instituições de ensino voltadas para a área de C&T&I.

Fatores de Fraqueza:

Os seguintes fatores de fraqueza poderão ser observados, dentro do ambiente interno:

- número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB;
- deficiência do monitoramento e controle efetivo das AJB; e
- necessidade de capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas informatizados que serão empregados nos novos meios.

Oportunidades:

Dentro do ambiente externo à MB, as seguintes oportunidades poderão ser observadas para 2030:

- aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos;
- crescimento da economia brasileira, por meio da exploração do leito marinho das AJB, aumentando os recursos orçamentários destinados à defesa;
- liderança brasileira à frente da ZOPACAS, aumentando a visibilidade da MB para as atividades de Defesa Marítima, e maior persuasão e cooperação do Brasil com os demais países do Atlântico Sul.

Ameaças:

Dentre as ameaças esperadas ao PEM2040, referentes ao ambiente externo de 2030, as seguintes poderão ser observadas:

– presença de embarcações estrangeiras realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, em especial da MMC, acompanhadas por meios navais da MELP em águas internacionais, porém na região do Atlântico Sul;

– ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais de marinhas de outros Estados, especialmente da RPC, dentro das AJB, sob a justificativa de escolta e proteção de seus navios mercantes e plataformas marítimas, de exploração de gás e petróleo, de interesse; e

– limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos de modernização e renovação de novos meios, e de desenvolvimento de novas capacidades.

4.1 Cruzamento de quadrantes da Matriz *SWOT*

Com base nos dados de Força, Fraqueza, Oportunidade e Ameaça, levantados para o PEM2040, até o ano de 2030, será realizado o cruzamento de quadrantes do ambiente interno com o ambiente externo, da matriz *SWOT* criada⁹⁴, de onde serão extraídas possíveis ações para o seu melhoramento.

“Força x Oportunidade”:

- a) “EN adequadas às ameaças” X “Aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos” – ao definir adequadamente as EN da MB, para fazer frente às ameaças potenciais e existentes à soberania marítima da nação, permitirá uma maior transparência sobre a importância de um Poder Naval forte para a defesa do país, e conseqüentemente, contribuirá para o aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política;
- b) “EN adequadas às ameaças” X “Crescimento da economia brasileira e aumento dos recursos orçamentários destinados à defesa” – com as EN adequadas às

⁹⁴ A TAB. 3, ANEXO B, apresenta a matriz *SWOT* simplificada para o PEM2040.

ameaças vindas do mar, será possível defender melhor os interesses econômicos dentro das AJB, promovendo o crescimento econômico do país e conseqüentemente, possibilitando maior aporte de recursos orçamentários ao prosseguimento dos Programas Estratégicos ligados à Defesa Marítima;

- c) “EN adequadas às ameaças” X “Liderança brasileira à frente da ZOPACAS” – as EN que tratam de Defesa Marítima e Diplomacia Naval deverão ser exploradas junto aos países partícipes da ZOPACAS, contribuindo para que o país assuma a liderança na região do Atlântico Sul;
- d) “Programas Estratégicos por ordem de prioridade” X “Aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos” – ao priorizar os Programas Estratégicos que proporcionam resultados diretos à sociedade, como Defesa da Pátria e Segurança Marítima, a sociedade brasileira e a área política têm a oportunidade de verem com mais transparência as atividades desempenhadas por sua marinha, contribuindo para o aumento da mentalidade marítima;
- e) “Programas Estratégicos por ordem de prioridade” X “Crescimento da economia brasileira e aumento dos recursos orçamentários destinados à defesa” – a priorização de Programas Estratégicos ligados à Defesa Marítima, aumentará a segurança do comércio e exploração marítima nas AJB, contribuindo para o crescimento econômico do país e em conseqüência, facilitando o pleito junto ao Ministério da Defesa por mais recursos orçamentários;
- f) “Programas Estratégicos por ordem de prioridade” X “Liderança brasileira à frente da ZOPACAS” – o desenvolvimento dos Programas Estratégicos ligados à Defesa Marítima e à Política Naval melhoram a capacidade de persuasão e cooperação da MB, dentro de seu entorno estratégico, contribuindo para que o país alcance a liderança perante os países partícipes da ZOPACAS;
- g) “Parceria sólida com a BID e Academia para desenvolvimento de C&T&I” X “Aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos” – a parceria entre a MB, a BID e instituições de ensino ligadas à C&T&I tem aumentado a consciência da importância de um Poder Marítimo e Naval fortes para esta importante parcela da elite intelectual brasileira;
- h) “Parceria sólida com a BID e Academia para desenvolvimento de C&T&I” X “Crescimento da economia brasileira e aumento dos recursos orçamentários

destinados à defesa” – o desenvolvimento de produtos com elevado valor agregado C&T&I, para uso dual, contribuirá para o aumento da economia brasileira; e

- i) “Parceria sólida com a BID e Academia para desenvolvimento de C&T&I” X “Liderança brasileira à frente da ZOPACAS” – o desenvolvimento de PRODE com C&T&I de ponta contribuirá para o destaque do Brasil como potência tecnológica perante os demais países da ZOPACAS.

“Força x Ameaça”:

- a) “EN adequadas às ameaças” X “Presença de embarcações pesqueiras chinesas e da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, acompanhadas por meios navais da MELP” – o cumprimento das EN que determinam diretrizes contra as ameaças aos interesses nacionais, ao monitoramento e controle, e à Defesa Marítima dentro das AJB, contribuirá para a defesa proativa contra ameaças representadas pela atuação da MMC dentro das AJB e para a dissuasão aos meios da MELP próximos à ZEE;
- b) “EN adequadas às ameaças” X “Ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais da MELP, dentro das AJB” – o cumprimento das EN que determinam diretrizes contra as ameaças às ICM, ao monitoramento e controle, e à Defesa Marítima dentro das AJB, contribuirá para a Segurança Marítima, a defesa proativa contra ameaças representadas por crimes transnacionais e ações terroristas; e para a dissuasão contra ações coercitivas de uma força naval superior, representada por meios da MELP, dentro da ZEE, contrariando o direito de Liberdade de Navegação;
- c) “EN adequadas às ameaças” X “Limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos” – o cumprimento das EN que determinam diretrizes ao monitoramento e controle, e à Defesa Marítima dentro das AJB, deverão ser considerados como prioritários caso as limitações de recursos orçamentários aumentem nos próximos anos;
- d) “Programas Estratégicos por ordem de prioridade” X “Presença de embarcações pesqueiras chinesas e da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, acompanhadas por meios navais da MELP” – ao priorizar os Programas Estratégicos da MB, deverão ser levados em conta aqueles que capacitam a Força Naval para a Defesa Marítima Proativa e Reativa, o monitoramento e controle das AJB, e a dissuasão, possibilitando fazer frente às ameaças por embarcações

da MMC, ou a presença de meios da MELP próximas à ZEE;

- e) “Programas Estratégicos por ordem de prioridade” X “Ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais da MELP, dentro das AJB” – ao priorizar os Programas Estratégicos da MB, deverão ser levados em conta aqueles que capacitam a Força Naval para a Segurança Marítima, o monitoramento e controle das AJB, e a dissuasão, possibilitando fazer frente às ameaças por crimes transnacionais e terroristas contra as ICM dentro das AJB, e possíveis ações coercitivas da MELP dentro da ZEE, contrariando o direito à Liberdade de Navegação;
- f) “Programas Estratégicos por ordem de prioridade” X “Limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos” – os Programas Estratégicos para a renovação e modernização da Força Naval, bem como para o pleno monitoramento e controle das AJB, deverão ser considerados como prioritários caso os recursos orçamentários diminuam nos próximos anos;
- g) “Parceria sólida com a BID e Academia para desenvolvimento de C&T&I” X “Presença de embarcações pesqueiras chinesas e da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, acompanhadas por meios navais da MELP” – a parceria entre a MB, a BID e instituições de ensino ligadas à C&T&I deverá focar no desenvolvimento de novas tecnologias de sensores e de comunicações, que contribuam para o monitoramento e controle das AJB, e da Defesa Proativa contra ameaças representadas por embarcações da MMC, e para a dissuasão aos meios da MELP próximos à ZEE;
- h) “Parceria sólida com a BID e Academia para desenvolvimento de C&T&I” X “Ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais da MELP, dentro das AJB” – a parceria entre a MB, a BID e instituições de ensino ligadas à C&T&I deverá focar no desenvolvimento de novas tecnologias de sensores e de comunicações, que contribuam para o monitoramento e controle das AJB, e para a Segurança Marítima contra ameaças transnacionais e terroristas nas ICM dentro das AJB, e a dissuasão às ações coercitivas da MELP dentro da ZEE, contrariando o direito à Liberdade de Navegação; e
- i) “Parceria sólida com a BID e Academia para desenvolvimento de C&T&I” X “Limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos” – a parceria entre a MB, a BID e instituições de ensino ligadas à C&T&I deverá buscar a dualidade no desenvolvimento de novos produtos, com

elevado valor tecnológico agregado, de forma a manter a BID ativa nos períodos em que houver limitação de recursos orçamentários.

“Fraqueza x Oportunidade”:

- a) “Número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB” X “Aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos” – o número reduzido de meios navais para garantir a Defesa Marítima deverá ser compensado por um sistema de monitoramento e controle eficiente de modo a prover uma defesa proativa e apresentar resultados da eficácia da MB para a sociedade e área política, contribuindo para o aumento da mentalidade marítima;
- b) “Número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB” X “Crescimento da economia brasileira e aumento dos recursos orçamentários destinados à defesa” – o número reduzido de meios navais para garantir a Defesa Marítima deverá ser compensado por um sistema de monitoramento e controle eficiente de modo a prover uma defesa proativa e a otimização no emprego desses meios, de modo a não comprometer a segurança marítima das AJB, e por consequência, favorecer o crescimento da economia;
- c) “Número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB” X “Liderança brasileira à frente da ZOPACAS” – o número reduzido de meios navais para garantir a Defesa Marítima deverá ser compensado por um sistema de monitoramento e controle eficiente de modo a prover uma defesa proativa e a otimização no emprego desses meios, a fim de não comprometer a visibilidade do Brasil perante os demais países da ZOPACAS;
- d) “Deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB” X “Aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos” – a deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB justificará o empenho da MB em dar prosseguimento ao Programa Estratégico que desenvolverá o SisGAAz, a fim de não ocorrerem crimes dentro das AJB, prejudicando a imagem da MB perante a sociedade e a área política;
- e) “Deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB” X “Crescimento da economia brasileira e aumento dos recursos orçamentários destinados à defesa” – a deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB justificará o empenho da MB em buscar recursos orçamentários necessários ao prosseguimento do Programa Estratégico que desenvolverá o SisGAAz, a fim de

não comprometer o crescimento da economia advindo dos interesses nacionais dentro das AJB;

- f) “Deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB” X “Liderança brasileira à frente da ZOPACAS” – a deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB justificará o empenho da MB em dar prosseguimento ao Programa Estratégico que desenvolverá o SisGAAz, a fim de manter elevada a posição da MB perante os demais países partícipes da ZOPACAS;
- g) “Necessidade de formação e capacitação dos militares para às novas tecnologias e sistemas informatizados” X “Aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos” – a necessidade de formação e capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas é primordial para o guarnecimento eficiente dos novos meios navais que serão construídos, contribuindo para o resultado entregue pela MB à sociedade brasileira;
- h) “Necessidade de formação e capacitação dos militares para às novas tecnologias e sistemas informatizados” X “Crescimento da economia brasileira e aumento dos recursos orçamentários destinados à defesa” – a necessidade de formação e capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas é primordial para o guarnecimento eficiente dos novos meios navais que serão construídos, gerando maior segurança dentro das AJB e contribuindo para o crescimento econômico do país; e
- i) “Necessidade de formação e capacitação dos militares para às novas tecnologias e sistemas informatizados” X “Liderança brasileira à frente da ZOPACAS” – a necessidade de formação e capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas é primordial para o guarnecimento eficiente dos novos meios navais que serão construídos, a fim de manter elevada a posição da MB perante os demais países partícipes da ZOPACAS.

“Fraqueza x Ameaça”:

- a) “Número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB” X “Presença de embarcações pesqueiras chinesas e da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, acompanhadas por meios navais da MELP” – o número reduzido de meios navais para garantir a Defesa Marítima deverá ser compensado por um sistema de monitoramento e controle eficiente de modo a prover uma defesa proativa dentro das AJB e uma pronta

reação às ameaças causadas pela embarcações da MMC e a presença de meios da MELP próximos à ZEE;

- b) “Número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB” X “Ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais da MELP, dentro das AJB” – o número reduzido de meios navais para garantir a Segurança Marítima deverá ser compensado por um sistema de monitoramento e controle eficiente, de modo a prover uma defesa proativa dentro das AJB, e garantir pronta reação às ameaças causadas por crimes transnacionais e terroristas às ICM, e pela presença de meios da MELP, dentro da ZEE, contrariando o direito de Liberdade de Navegação;
- c) “Número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB” X “Limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos” – o número reduzido de meios navais para garantir a Defesa Marítima deverá ser compensado pelo empenho da MB em atribuir prioridade orçamentária ao desenvolvimento do SisGAAz, caso as limitações orçamentárias aumentem durante os anos;
- d) “Deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB” X “Presença de embarcações pesqueiras chinesas e da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, acompanhadas por meios navais da MELP” – a deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB justificará o empenho da MB em dar prosseguimento ao Programa Estratégico que desenvolverá o SisGAAz, a fim de apoiar a defesa proativa e a pronta reação da Força Naval, contra ameaças de meios da MMC atuando dentro das AJB e a presença de meios da MELP próximos à ZEE;
- e) “Deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB” X “Ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais da MELP, dentro das AJB” – a deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB justificará o empenho da MB em dar prosseguimento ao Programa Estratégico que desenvolverá o SisGAAz, a fim de apoiar a defesa proativa e a pronta reação da Força Naval, contra ameaças de crimes transnacionais e terroristas contra as ICM dentro das AJB e ações coercitivas de meios da MELP, dentro da ZEE, contrariando o direito de Liberdade de Navegação;
- f) “Deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB” X “Limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos” –

a deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB justificará o empenho da MB em buscar recursos orçamentários junto à órgãos interministeriais, a fim de dar prosseguimento ao Programa Estratégico que desenvolverá o SisGAAz, a fim de mitigar os impactos causados pela redução de recursos orçamentários para a MB;

- g) “Necessidade de formação e capacitação dos militares para às novas tecnologias e sistemas informatizados” X “Presença de embarcações pesqueiras chinesas e da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, acompanhadas por meios navais da MELP” – a necessidade de formação e capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas é primordial para o guarnecimento eficiente dos novos meios navais que serão construídos ou adquiridos, a fim de cumprir as tarefas de controle de área marítima e defesa marítima com eficácia, frente às ameaças representadas por meios da MMC dentro das AJB e a presença de meios da MELP próximos à ZEE;
- h) “Necessidade de formação e capacitação dos militares para às novas tecnologias e sistemas informatizados” X “Ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais da MELP, dentro das AJB” – a necessidade de formação e capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas é primordial para o guarnecimento eficiente dos novos meios navais que serão construídos ou adquiridos, a fim de cumprir as tarefas de controle de área marítima e segurança marítima com eficácia, frente às ameaças de crimes transnacionais e terroristas contra ICM, dentro das AJB, e ações coercitivas de meios da MELP, dentro da ZEE, contrariando o direito de Liberdade de Navegação; e
- i) “Necessidade de formação e capacitação dos militares para às novas tecnologias e sistemas informatizados” X “Limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos” – a necessidade de formação e capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas é primordial para o guarnecimento eficiente dos novos meios navais que serão construídos e adquiridos, e deverão estar previstos no orçamento da MB, principalmente na situação de limitação de recursos orçamentários.

4.2 Análise *SWOT*

Com base no cruzamento dos fatores internos pelos externos, a seguinte análise deverá ser considerada para o PEM2040:

– Força x Oportunidade: a estrutura organizada do PEM2040, com EN bem definidas e Programas Estratégicos de acordo com as prioridades da MB, aliada à parceria crescente da MB, com a BID e as Instituições de C&T&I, favorece sobremaneira as oportunidades levantadas;

– Força x Ameaças: as vantagens da estrutura organizada do PEM2040, com EN bem definidas e Programas Estratégicos de acordo com as prioridades da MB, e da parceria crescente da MB com a BID e as Instituições de C&T&I, dependerá da fiel execução dos Programas Estratégicos, com prioridade àqueles voltados à Defesa Marítima e ao SisGAAz, sendo a limitação de recursos financeiros e a limitada mentalidade marítima da sociedade e área política, as maiores ameaças aos Programas Estratégicos. Vislumbra-se a necessidade de maior prioridade ao Programa de Obtenção dos Navios-Patrolhas, em especial aqueles com capacidade oceânica, maior autonomia e tempo de permanência nas áreas que delimitam a ZEE;

– Fraqueza x Oportunidades: a situação de reduzido número de meios navais que realizam a Defesa Marítima, a deficiência em monitorar e controlar plenamente as AJB, e a necessidade de capacitar os futuros tripulantes dos meios navais que serão construídos ou adquiridos, poderão prejudicar as oportunidades apresentadas caso não haja empenho da MB em dar seguimento aos Programas Estratégicos ligados à Defesa Marítima, ao desenvolvimento do SisGAAz e à capacitação dos militares às novas tecnologias; e

– Fraqueza x Ameaças: a situação de reduzido número de meios navais que realizam a Defesa Marítima, a deficiência em monitorar e controlar plenamente as AJB, e a necessidade de formar e capacitar os futuros tripulantes dos meios navais que serão construídos ou adquiridos, ensejarão grande empenho da força em priorizar os Programas Estratégicos, com prioridade àqueles voltados à Defesa Marítima, aquisição de novos meios e ao desenvolvimento do SisGAAz, uma vez que: a grande quantidade de embarcações pesqueiras e da MMC, atuando em atividades de pesca ilegal e predatória na região do Atlântico Sul; a grande capacidade dos meios da MELP em operar além da sua região; e a limitação de recursos orçamentários para a MB, serão obstáculos que já estão presentes e serão difíceis de serem enfrentados pela MB.

A atuação da *USNAVY* na região do Atlântico Sul, por meio dos dois Comandos Militares (*USSOUTHCOM* e *USAFRICOM*), cujas missões vislumbram o combate aos crimes

transnacionais e ambientais, terrorismo e pirataria, poderá ser um forte aliado aos países latino-americanos contra o avanço estratégico da RPC na região.

A projeção de baixa dos atuais navios-escoltas de alto-mar brasileiros, sem substituição numérica por outros meios, tornará difícil a Defesa Marítima das AJB. Além do Programa Estratégico que desenvolve o SisGAAz, há que se priorizar a obtenção ou construção de mais Navios-Patrolha Oceânicos (PRONAPA), com capacidade de permanecerem por longos períodos nos limites extremos da ZEE brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “Estratégia Naval da China: lições de interesse para a MB”, suscitou ampla revisão literária e documental sobre as origens da RPC, sua evolução histórica ao longo de seus setenta anos de existência, suas ambições econômicas, políticas e militares dentro de seu entorno geopolítico, e além dele, culminando no crescimento de sua marinha ao longo das últimas décadas e como ela vem aplicando a sua estratégia naval.

Em que pese o passado recente da RPC acumular ressentimentos contra as grandes potências do ocidente e o Japão, devido às inúmeras perdas durante o “Século de Humilhação”, verificou-se que ela vem alcançando seu lugar de destaque como uma emergente potência econômica e militar global do século XXI. Esse crescimento econômico e militar tornou-se totalmente dependente da manutenção do comércio mundial de seus produtos; do fluxo constante de mercadorias, de matérias primas para suas indústrias e de alimentos como a soja para sua população; e principalmente da estabilidade e paz mundial. Constatou-se também que o crescimento econômico chinês mantém não apenas a prosperidade de sua população, mas também a crença de que o PCCh é o responsável por isso, garantindo sua sobrevivência.

Com as expressões econômica e política chinesas alinhadas à vontade do seu governante, verificou-se que a área militar vem recebendo grande aporte de investimentos na última década, o que tem sido interpretado por vários Estados da região, e principalmente pelos EUA, como uma iminente ameaça chinesa às soberanias e à estabilidade econômica regional.

Ao se analisar a MELP e o seu Poder Marítimo, a despeito de ter superado quantitativamente os meios da *USNAVY*, ainda existe uma grande lacuna qualitativa até que a mesma chegue ao nível de capacitação que a marinha estadunidense se encontra, uma vez que a MELP não possui a expertise para operar em “águas azuis” e a grande quantidade de meios navais e tecnologias que suas indústrias navais produzem, a cada ano, não é proporcional à capacidade da MELP em formar, treinar e capacitar seus militares para esses meios e para as operações de guerra naval existentes.

Das estratégias adotadas pela MELP, constatou-se que essas depreendem grandes esforços para: a garantia e defesa dos seus interesses nacionais, dentro das suas águas jurisdicionais, conforme pode ser observado em suas atuações nos MSC e MCO; no preparo militar para um possível uso da força nas questões que envolvem as suas pretensões no MSC, no MCO e na reunificação de Taiwan; e na rivalidade com os países do *QUAD*, pela hegemonia

na região. Verificou-se, também, que as estratégias que envolvem ações fora do entorno estratégico da RPC não têm tido a mesma prioridade que os assuntos regionais. Porém, levando-se em consideração que o crescimento econômico chinês depende exclusivamente da manutenção das suas LCM, da proteção do seu tráfego mercante e da segurança de seus interesses nacionais localizados no exterior, quaisquer ameaças que ocorram contra esses elementos condicionarão uma adequada resposta militar pela RPC.

No que tange às relações diplomáticas e principalmente comerciais entre a RPC e o Brasil, verificou-se que estas têm grande potencial para mitigar conflitos futuros, devido à grande interdependência econômica entre os dois países. Ao se analisarem as condições em que os países em desenvolvimento têm sido envolvidos em armadilhas de dívida junto a credores chineses, depreendeu-se a baixa possibilidade de o Brasil passar por essa situação, uma vez que possui uma economia forte e estável em comparação aos demais países, porém, deve-se precaver com relação a situações parecidas.

O horizonte de expectativa criado para 2031 levou em consideração que a prioridade principal da RPC em empregar sua estratégia naval será para alcançar e manter a sua hegemonia na região asiática, e em segundo plano, a manutenção de seus interesses comerciais e estratégicos espalhados pelo mundo.

No que concerne ao ambiente do Atlântico Sul, conforme verificado durante o estudo, há uma grande disponibilidade de meios da *USNAVY* já atuando na região, e a possibilidade de alianças com os EUA, para fazer frente à uma futura presença coercitiva da força naval chinesa, no entorno estratégico da MB, deverá ser considerada, porém esta não deverá condicionar o preparo da Força Naval brasileira.

No âmbito da MB, ao se analisar a previsão de descomissionamento dos atuais navios-escoltas de alto-mar brasileiros, verificou-se que haverá uma grande dificuldade em realizar as ações de Defesa Marítima das AJB, em que pesem terem a previsão de serem substituídos por Fragatas modernas. Como forma de mitigar essa redução numérica de meios, considera-se válida a volta da priorização do Programa para Construção de Navios-Patrolha (PRONAPA), principalmente aqueles com capacidade oceânica, de longa autonomia e permanência nos limites extremos da Amazônia Azul.

Ainda que a MB tenha uma grande parceria com a BID e com instituições ligadas à C&T&I, deve-se levar em consideração que o Brasil ainda possui um grande atraso no desenvolvimento de tecnologias emergentes, principalmente àquelas empregadas aos PRODE, o que demandará a necessidade de buscar essas tecnologias nos países que às detém.

Com base nessas análises, foram verificadas como maiores ameaças ao ambiente externo do PEM2040, relacionadas aos interesses nacionais chineses dentro do Atlântico Sul: as ações de Defesa Marítima da MB contra embarcações da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro da ZEE brasileira; e a ocorrência de crimes transnacionais e terroristas às ICM chinesas situadas nas AJB. Considerou-se que a possibilidade de ocorrência dessas ameaças, suscitariam um possível emprego dos meios da MELP em defesa dos seus interesses e cidadãos nacionais no exterior.

A atuação da MELP, dentro de um horizonte de expectativa para os próximos dez anos, foi considerada dentre as ameaças externas para o PEM2040, resultando na seguinte análise *SWOT*: as características de força confrontadas com as oportunidades externas estão em sintonia, pois há um favorecimento para que as oportunidades sejam bem aproveitadas; as características de força confrontadas com as ameaças externas apresentam a necessidade primordial de que os Programas Estratégicos, principalmente aqueles voltados para o reaparelhamento e modernização da Força Naval e para o desenvolvimento do SisGAAz, sejam executados sem interrupções, sendo a limitação de recursos orçamentários e a pouca mentalidade marítima da sociedade e da área política as maiores ameaças para suas conclusões; as características de fraqueza confrontadas com as oportunidades externas apontam para o empenho que a MB deverá ter para a conclusão de seus Programas Estratégicos, principalmente àqueles ligados ao desenvolvimento do SisGAAz e à formação e à capacitação dos militares para operarem as novas tecnologias desenvolvidas; e as características de fraqueza e as ameaças externas também apontam para a necessidade premente de execução dos Programas Estratégicos ligados à Defesa Marítima e ao desenvolvimento do SisGAAz, uma vez que as ameaças representadas pela MMC, pela presença coercitiva da MELP e por limitação de recursos orçamentários poderão comprometer a soberania do Brasil sobre suas AJB.

Verificou-se que não apenas o SisGAAz deverá ser colocado como prioridade, mas também os Programas Estratégicos que visam o aumento e modernização de meios navais com grande autonomia e permanência, como a construção de mais Navios-Patrolha Oceânicos, possibilitando maior ação de presença do Estado brasileiro nas fronteiras marítimas das AJB e promovendo maior Dissuasão e Defesa Marítima contra meios da MELP e de sua MMC.

Considera-se que o objetivo deste trabalho foi alcançado, uma vez que foi verificado que as EN descritas no PEM2040 estão consoantes com a missão e visão de futuro da Força Naval, apresentando suas AEN bem definidas e de acordo com os OBNAV propostos pela Política Naval, o que possibilitará à MB fazer frente às ameaças listadas pelo seu Plano Estratégico, e que essas ameaças são correspondentes àquelas que poderiam suscitar a atuação

de meios da MELP na região do Atlântico Sul. Há que se considerar, porém, que a execução do PEM2040 é intrinsecamente dependente de um cenário econômico brasileiro favorável ao orçamento da MB, bem como de uma elevada mentalidade para as coisas do mar, tanto por parte de sua sociedade como pelos representantes da expressão política do país.

Sugere-se como contribuição à elaboração da nova EN da MB, considerar o emprego de estratégias específicas contra forças navais extrarregionais, superiores à MB, a exemplo da MELP, atuando dentro do entorno estratégico brasileiro, bem como as ações necessárias para promover a Defesa Marítima contra essas forças, nas AJB, por meio da negação do uso do nosso mar, do controle eficiente, eficaz e efetivo de nossa área marítima, e principalmente por meio da dissuasão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLISON, Graham. *A Caminho da Guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?* 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 416 p. (tradução de: Cássio de Arantes Leite).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR-6023 – Informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2ª ed. 2018.

BO, Z. *The String of Pearls and the Maritime Silk Road*. Hong Kong: *China Us Focus*, 11 fev. 2014. Disponível em: <www.chinausfocus.com/foreign-policy/the-string-of-pearls-and-the-maritime-silk-road>. Acesso em 8 mai. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. *PEM2040, Plano Estratégico da Marinha 2040*. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2020a. Disponível em: <www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

_____. _____. *Política Naval da MB*. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2019. Disponível em: <www.marinha.mil.br/politicanaval>. Acesso em: 10 ago.2021.

_____. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional: Brasil 2020*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b, 98 p. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

_____. _____. *MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. Brasília: Ministério da Defesa, 2ª Ed. 2007, 52 p. Disponível em: <bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

_____. _____. *Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)*. Brasília: Ministério da Defesa, 2020c, 41 p. Disponível em: <www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRITANNICA, *The Editors of Encyclopaedia*. *Balance of Power*. *Encyclopedia Britannica*, 22 mai. 2020a. Disponível em: <www.britannica.com/topic/balance-of-power>. Acesso em: 21 mai. 2021.

_____, _____. *Gulf of Aden. Encyclopedia Britannica*, 26 mar. 2019a. Disponível em: <www.britannica.com/place/Gulf-of-Aden>. Acesso em: 22 mai. 2021.

_____, _____. *Gulf of Guinea. Encyclopedia Britannica*, 5 mai. 2020b. Disponível em: <www.britannica.com/place/Gulf-of-Guinea>. Acesso em: 22 mai. 2021.

_____, _____. *Strait of Malacca. Encyclopedia Britannica*, 20 jun. 2019b. Disponível em: <www.britannica.com/place/Strait-of-Malacca>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CÁCERES, Sergio Uribe et al. *Estrategia Marítima: evolución y prospectiva*. 1ª ed. Bogota: *Escuela Superior de Guerra*, 2015. 412p.

CHAK, Tings et al. *Servir ao Povo: a erradicação da pobreza extrema na China. Site The Tricontinental.org*, 23 jul. 2021. Disponível em: <thetricontinental.org/pt-pt/estudos-1-socialismo-em-construcao/#Epilogue>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. *MAO: a história desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 1173 p. (tradução de: Pedro Maia Soares; formato eBook Kindle).

CLAVELL, James. *A Arte da Guerra*, Sun Tzu. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 54. (adaptação e prefácio de James Clavell; tradução de José Sanz).

CONDE, José Brito. *Cooperação Internacional: a cooperação sino-angolana e as repercussões económicas e sociais geradas na zona envolvente do caminho-de-ferro de Benguela*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2009. Disponível em: <repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1693/1/COOPERA%C3%87%C3%83O%20INTERNACIONAL%20-%20A%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20SINO-ANGOLANA.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CROPSEY, Seth. *The Rise of China's Navy: A discussion with Capt. James Fanell*. Washington D. C.: *Hudson Institute*, 14 mai. 2019. Disponível em: <www.hudson.org/research/15045-transcript-the-rise-of-china-s-navy-a-discussion-with-capt-james-fanell>. Acesso em: 27 jul. 2021.

DALL'AGNOL, Amélio. *China, grande consumidora e produtora de alimentos do mundo*. Brasília: Canal Rural, 6 dez. 2018. Disponível em: <blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2018/12/06/china-grande-consumidora-e-produtora-de-alimentos/>. Acesso em 10 ago. 2021.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. *Hélice Tríplice: Inovação E Empreendedorismo* Universidade-Indústria-Governo. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 31, nº 90, mai. 2017, p. 23-48. Disponível em: <www.revistas.usp.br/eav/article/view/137883>. Acesso em: 22 mai. 2021.

EUA. *Congress Research Service. Report to Congress on Chinese Naval Modernization*. Washington D.C., 9 mar. 2021a. Disponível em: <assets.documentcloud.org/documents/20509332/china-naval-modernization-implications-for-us-navy-capabilities-background-and-issues-for-congress-march-9-2021.pdf>. Acesso em: 11 mar 2021.

_____. *United States Department of Defense. 2021 Posture Statement to Congress*. Stuttgart: U.S. Africa Command, 2021b. Disponível em: <www.africom.mil/about-the-command/2021-posture-statement-to-congress>. Acesso em: 22 mai. 2021.

_____. *United States Department of Defense. U.S. SOUTHERN COMMAND, About Us*. Doral: U.S. Southern Command, 2021c. Disponível em: <www.southcom.mil/About/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

FERNANDES, Thaís Moretz-Sohn. M. S. *Conhecendo o Sistema Político Chinês*. Brasília: APEX-BRASIL, 2014. 23 p. Disponível em: <arq.apexbrasil.com.br/portal/ConhecendoOSistemaPoliticoChines.pdf>. Acesso em 29 jul. 2021.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 256 p. (colaboração de: Maria Helena de Andrade Magalhães e Stella Maris Borges).

GARAMONE, Jim. *China Becoming Concern for U.S. Commanders in Europe*. Washington, EUA: DoDNews, 26 jun. 2020. Disponível em: <www.defense.gov/Explore/News/Article/Article/2234313/china-becoming-concern-for-us-commanders-in-europe/>. Acesso em: 3 mai. 2021.

GÓES, Guilherme Sandoval; SILVA, Bruno Bahiense de Albuquerque. *Estados Unidos, China & A Geopolítica do Petróleo no Atlântico Sul: uma análise sob a ótica da teoria dos complexos regionais de segurança*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, jan./abr. 2017, volume 32, número 64, p. 74-75, 2017. Acesso em: <revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/942/823>. Acesso em: 11 mar. 2021.

GOLD, Robert F. *O Soft Power Chinês: criação de desafios antiacesso na região do Indo-Pacífico*. Fort Leavenworth: Army University Press, Military Review, 2º trimestre 2021, p. 14-24. Disponível em: <www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/2d-Qtr-2021/POR-Q2-2021-book.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

GREEN BELT AND ROAD INITIATIVE CENTER. *Belt and Road Initiative Quick Info*. Beijing, 2021. Disponível em: <green-bri.org/belt-and-road-initiative-quick-info/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

_____. *Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)*. Beijing, 2021. Disponível em: <green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

GRUBB, Michael C.; COLLINS, Gabriel. *A Comprehensive Survey of China's Dynamic Shipbuilding Industry: commercial development and strategic implications*. Newport: *CMSI Red Books, Study*, 2008. 67 p. Disponível em: <digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=cmsi-red-books>. Acesso em: 31 jul. 2021.

HART, Basin Henry Lidell. *Strategy: second revised edition*. Nova Iorque: *A Meridian Book*, 1991. 427 p.

HE, Hongmei et al. *China's assistance for Chittagong port development, not a military conspiracy*. The Daily Star, 26 jun. 2018. Disponível em: <thedailystar.net/opinion/perspective/chinas-assistance-chittagong-port-development-not-military-conspiracy-1595092>. Acesso em: 3 mai. 2021.

HERZ, John Hermann. *Political Realism and Political Idealism: a study in theories and realities*. Chicago: *University of Chicago Press*, 1951. 251 p.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 7. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. 546 p.

JINPING, Xi. *Xi Jinping: a governança da China I*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: *Foreign Language Press*, 2019a. 568 p.

_____. *Xi Jinping: a governança da China II*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: *Foreign Language Press*, 2019b. 698 p.

JUNQUEIRA, Emerson. *A Iniciativa Cinturão e Rota da Seda no contexto da política regional chinesa*. São Paulo: Observatório de Regionalismo, 16 jun. 2020. Disponível em: <observatorio.repri.org/2020/06/16/a-iniciativa-cinturao-e-rota-da-seda-no-contexto-da-politica-regional-chinesa/>. Acesso em 29 jul. 2021.

KATSOULAS, Fotios. *Angolan Crude Oil Exports by Destination*. IHS Markit, 15 ago. 2019a. Disponível em: <ihsmarkit.com/research-analysis/crude-oil-trade-angola-exports-more-to-

china-but-volumes-down.html>. Acesso em: 11/03/2021.

_____. *Nigerian Crude Oil Shipments by Destination*. IHS Markit, 4 dez. 2019b. Disponível em: <ihsmarkit.com/research-analysis/crude-oil-trade-nigeria-in-line-with-ope-production-cuts.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

KENNEDY, Conor M.; ERICKSON, Andrew. S. *China's Third Sea Force, The People's Armed Forces Maritime Militia: Tethered to the PLA*. Rhode Island: U.S. Naval War College, 2017. Disponível em: <digital-commons.usnwc.edu/cmsi-maritime-reports/1/>. Acesso em 30 jul. 2021.

KIRCHBERGER, Sarah. *Assessing China's Naval Power, Technological Innovation, Economic Constraints, and Strategic Implications*. Berlin: Springer-Verlag, 2015, 337 p.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. 560 p.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2006. 368 p. (tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira).

LEGRO, Jeffrey W. *et al. O que a China Quer?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136 p. (Série: Entenda o mundo). (organização de: Matias Spektor, Dani Kaufman Nedal; formato eBook Kindle).

LEVATHES, Louise. *When China Ruled the Seas: the treasure fleet of the Dragon Throne, 1405–1433*. La Vergne-TN, EUA: *Open Road Distribution*, 2 dez. 2014. 256 p. (*English Edition*).

LIVANTHINOS, Alexia. *Results of Piracy Attacks in the Gulf of Guinea in 2020*. *Piracy.News Maritime*, 17 jan. 2021. Disponível em: <piracy.news/results-of-piracy-attacks-in-the-gulf-of-guinea-in-2020/#:~:text=AccordingtoIMBglobally135abductedsailorsfrom,11vessels helled in2020inthisregion>. Acesso em: 22 mai. 2021.

MACHADO, Lauren. *I Seminário de Ciência Internacional: estratégias de A2/AD no caso da Rússia e do Mar Negro*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/MACHADO-Estrat%C3%A9gias-de-A2AD-no-caso-da-%C3%BA sia-e-do-Mar-Negro.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MEICHEN, Liang. *China's First Overseas Military Base Opens in Djibouti*. *Chinese Global Television Network*, 02 ago. 2017. Disponível em: <www.ecns.cn/m/video/2017/08-

02/267774.shtml>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MINGFU, Liu. *The China Dream: great power thinking and strategic posture in the post-american era*. Beijing: *Cn Times Books Inc.*, 2015. 430 p. Formato eBook Kindle.

MORRIS, Lyle J. *Blunt Defenders of Sovereignty: The Rise of Coast Guards in East and Southeast Asia*. U.S. Naval War College Review, vol. 70, n. 2, Artigo 5, 2017. Disponível em: <digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol70/iss2/5>. Acesso em: 30 jul. 2021.

OLIVEIRA, Danilo. *Estaleiros chineses superam concorrentes na Ásia com preços até 30% mais baixos*. Rio de Janeiro: Portos e Navios, 16 out.2020. Disponível em: <www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/estaleiros-chineses-superam-concorrentes-na-asia-com-precos-ate-30-mais-baixos>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ONU. *Universal Declaration of Human Rights*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 dez. 1948. Disponível em: <www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em 27 jun. 2021.

OYARZÚN, Eri Solis. *Algunas Consideraciones sobre la Estrategia Maritima*. Bogotá, *Revista de Marina*, 1999. p. 13-23. Disponível em: <revistamarina.cl/revistas/1999/1/esoliso.pdf>. Acesso em: 21 mai.2021.

PAULEY, Logan.; SHAD, Hamza. *Gwadar: Emerging Port City or Chinese Colony*. Pensilvânia, EUA: *Diplomat Media Inc*, 5 out. 2018. Disponível em: <thediplomat.com/2018/10/gwadar-emerging-port-city-or-chinese-colony/>. Acesso em: 3 mai. 2021.

PAUTASSO, Diego. *O comércio exterior na universalização da Política Externa Chinesa no século XXI*. Meridiano 47 – Journal of Global Studies, Brasília, v. 10, n. 112, p. 14-16, nov. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/issue/view/283>. Acesso em: 12 jul. 2021.

RAWAT, Manoj. *Chinese Navy Has a Command Conundrum in its Fleet*. Resonant News, 9 fev. 2021. Disponível em: <resonantnews.com/2021/02/09/chinese-navy-has-a-command-conundrum-in-its-fleet/#:~:text=Chinese%20Navy%20Has%20a%20Command%20Conundrum%20in%20its,could%20dominate%20the%20Indo-Pacific%20maritime%20domain%20by%202030.>. Acesso em 15 ago. 2021.

REINO UNIDO. *Ministry of Defense. Getting Strategy Right (Enough)*. Wiltshire: Royal College of Defense Studies (RCDS), 2017. 112p.

ROTH, Kenneth. *Ameaça Global da China aos Direitos Humanos*. Nova Iorque: Humans

Rights Watch, 2020. Disponível em: <www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/337324>. Acesso em 27 jul. 2021.

ROWE, William T. *China's Last Empire: The Great Qing*. Cambridge, MA: *The Harvard University Press*, 2009. 368 p.

RPC. *National People's Congress Observer. Constitution of the People's Republic of China*. Beijing, 2018. Disponível em: <npcobserver.files.wordpress.com/2018/12/PRC-Constitution-2018.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

_____. *The State Council. China's National Defense in the New Era*, 2019. Disponível em: <english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

SANTOS, Athilio Silva dos; MORALES, Elias David. *Risco Político na Visão Chinesa como Determinante dos Investimentos Externos no Setor Petrolífero Brasileiro (2011 a 2014): parceiro estratégico ou apenas garantia da segurança energética chinesa?* Meridiano 47 – Journal of Global Studies, Brasília, v. 22, n. 02, 16 p. 20 abr. 2021. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/33262>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SCHUMAN, Michael. *Superpower Interrupted: the chinese history of the world*. Nova Iorque: Publicaffairs, 2020. 327 p. (formato eBook Kindle).

SHENG, Shu. *A História da China Popular no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 204 p. (Série: História). Formato eBook Kindle.

STANDIFER, Cid. *Updated: A Brief History of U.S. Freedom of Navigation Operations in the South China Sea*. U.S. Naval Institute, 29 mai. 2017. Disponível em: <news.usni.org/2017/05/29/brief-history-us-freedom-navigation-operations-south-china-sea#:~:text=The%20Origin%20of%20FON%20Ops%201979%20The%20U.S.,the%20rights%20and%20freedom%20of%20the%20international%20community.>. Acesso em: 21 mai. 2021.

TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. 4. ed. Abingdon: Routledge, 2018. 478 p. (Cass Series: Naval Policy and History Book 61).

WANG, Dong. *China's Unequal Treaties: Narrating National History*. Reino Unido: *Lexington Books*, 2005. 190 p.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. *Red Star Over Pacific: China's rise and the challenge to U.S. maritime strategy*. 2. Ed. Annapolis: US Naval Institute Press, 2018. 376 p.

ANEXO A - Glossário

Amazônia Azul: Conforme descrito no PEM2040 (BRASIL, 2020a), trata-se de um conceito político-estratégico, de ampla divulgação à sociedade brasileira e instituições nacionais, sob a importância de se preservar e defender o espaço marítimo de responsabilidade do Brasil, conforme estabelecido na Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM), dentro das vertentes de soberania, da ciência, do meio ambiente e da economia. Corresponde a uma área marítima de 5,7 milhões de km², considerando as pretensões brasileiras sobre a Elevação do Rio Grande remetidas à CNUDM⁹⁵.

Armadilha de Tucídides: De acordo com Allison (2020), a “Armadilha de Tucídides” é um termo baseado na Guerra do Peloponeso (431 a.C. a 404 a.C.), ocorrida na Grécia Clássica, e que envolveu as duas maiores cidades-estados, Esparta e Atenas, e seus aliados, por causa de disputas da hegemonia política e econômica da região. O autor faz analogia aos conflitos mundiais que se seguiram, ao longo da história, causados pela ascensão de um grande Estado e o conseqüente temor causado ao Estado dominante da época, a ponto de levá-los à escalada da crise, quase sempre culminando em guerras.⁹⁶

Associação de Nações do Sudeste Asiático: Conhecida como *ASEAN*⁹⁷, foi criada em 8 de agosto de 1967, tendo como propósitos principais: acelerar o crescimento econômico e progresso social, promover a paz, a estabilidade, a colaboração ativa e a assistência mútua na região. Em 2021, esta associação conta com os seguintes membros: Brunei Darussalam, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã.

A2/AD: Conceito descrito por Andrew Krepinevich⁹⁸ (2010, apud MACHADO, 2015), referente à estratégia militar chinesa para fazer frente às potências militares que violem sua soberania marítima e territorial, fazendo uso de capacidades militares simétricas e assimétricas, buscando a negação de acesso e de área. As operações A2 visam impedir o

⁹⁵ A FIG. 16, ANEXO B, ilustra as AJB conhecidas como Amazônia Azul.

⁹⁶ Segundo Graham Allison, dos dezesseis casos identificados na história, em que um Estado galgou ascensão a ponto de incomodar a hegemonia do Estado dominante, doze desses casos levaram ao conflito entre os dois Estados, com graves conseqüências.

⁹⁷ Conforme a página oficial da *ASEAN*. Disponível em: <asean.org>. Acesso em: 8 mai. 2021.

⁹⁸ KREPINEVICH, A. F. *Why AirSea Battle?*. Washington: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

acesso inimigo a determinada área operacional, com emprego de armamento a longa distância, e as operações AD limitam a capacidade de forças inimigas em um teatro operacional.

BRICS: O *BRICS* é um acrônimo formado por “cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial”⁹⁹. Inicialmente chamado de BRIC, em 2001, de acordo com o banco de investimentos Goldman Sachs, esse identificava as potências emergentes que estariam entre as cinco maiores economias do mundo no século XXI. Em 2011 houve a incorporação de um representante africano, a África do Sul, passando para sua denominação definitiva.

Colar de Pérolas: O termo foi inicialmente utilizado no relatório intitulado “Energy Futures in Asia” de Booz Allen Hamilton, encaminhado em 2005 para o Secretário de Defesa dos EUA, Donald H. Rumsfeld. O relatório informava a estratégia da RPC de investir e utilizar bases navais e implantar pontos eletrônicos de escutas em Mianmar, Bangladesh, Paquistão e Sri Lanka, a fim de projetar poder no exterior e garantir segurança ao seu fluxo comercial marítimo entre o Golfo de Áden, Golfo Pérsico e o MSC (BO, 2014).

Cooperação Econômica Ásia-Pacífico: Também conhecido como *APEC*, é um fórum de 21 países-membros dos continentes Asiático, Oceania e Americano, todos inclusos no Círculo do Pacífico. Suas principais deliberações visam promover o livre comércio e a cooperação econômica em toda a região da Ásia-Pacífico. Sua criação remonta o ano de 1989, em resposta ao início da globalização da economia. Seus membros são responsáveis por cerca de 40% da população mundial, e cerca de 55% do PIB mundial¹⁰⁰.

Diálogo de Segurança Quadrilateral: Também conhecido como *QUAD*¹⁰¹, teve sua primeira reunião de alto nível em 2007, tendo como membros os EUA, Japão, Índia e Austrália. A partir da crise econômica de 2008, não houve mais reuniões de seus membros, até o ano de 2017, quando a crescente desestabilização da região do Indo-Pacífico demandou

⁹⁹ Do site *BRICS BRASIL* 2019. Disponível em: <brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em: 9 ago. 2021.

¹⁰⁰ Disponível em: <www.apec.org/About-Us/About-APEC/History>. Acesso em: 12 jul. 2021.

¹⁰¹ Conforme explicado no artigo “*Defining the Diamond: The Past, Present, and Future of the Quadrilateral Security Dialogue*”, do Centro de Estratégias e Estudos Internacionais, 2020. Disponível em: <www.csis.org/analysis/defining-diamond-past-present-and-future-quadrilateral-security-dialogue>. Acesso em: 8 mai. 2021.

a reativação das reuniões, que passaram a ser bimestrais.

Dilema de Segurança: Termo criado por John H. Herz (1908-2005), em 1951¹⁰², também referido como modelo espiral, amplamente utilizado nas relações internacionais, que descreve a escalada de crise entre um Estado que decide aumentar suas medidas de segurança internas e externas, e os demais Estados em seu entorno, que se sentem ameaçados por aquele, levando-os a tomar medidas semelhantes, que poderiam levar a tensões crescentes que culminariam em conflitos entre eles (HERZ, 1951).

Equilíbrio de Poder: É um termo usado nas relações internacionais, desde o final das Guerras Napoleônicas (1800-1815), onde um Estado ou uma coalizão de Estados adotam posturas e políticas a fim de se contraporem ao poder emergente ou presente de outras nações, buscando-se o equilíbrio, seja ele político, econômico ou militar (BRITANNICA, 2020a).

Estratégia Marítima: Conforme Oyarzún (1999)¹⁰³, a estratégia marítima é parte fundamental da estratégia de um Estado para usar o seu mar conforme seus interesses, sem interferência de outros Estados competidores. Tratará da instituição, manutenção e aplicação do Poder Marítimo de um Estado, a fim de garantir seus interesses econômicos e de defesa. Está intimamente ligada à estratégia de aplicação do Poder Naval e às políticas econômicas afetas ao comércio interno e externo do Estado, e a exploração e exploração dos recursos biológicos e minerais de suas águas jurisdicionais marítimas.

Estreito de Málaca: É a hidrovia que liga o Mar de Andamão (no Oceano Índico), ao MSC (no Pacífico). Passa pelas penínsulas de Sumatra e Malásia (a oeste) e o sul da Tailândia (a leste). Possui uma extensão de 800 quilômetros de comprimento, com largura de vai de 65 quilômetros ao sul, expandindo-se até 250 quilômetros ao norte. É uma região de elevada importância estratégica aos países do entorno do MSC, por ser o ponto de estrangulamento (*chokepoint*) das LCM que ligam os dois importantes oceanos da Ásia, sendo um dos canais de navegação mais trafegados no mundo. A região vem sendo explorada por companhias petrolíferas, por meio de campos de petróleo próximos da plataforma de Sunda, na costa leste de Sumatra (BRITANNICA, 2019b).

¹⁰² Conforme sua obra “*Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*”, 1951.

¹⁰³ Contra-Almirante da Marinha da Colômbia e professor da Academia de Guerra Naval daquele país.

Golfo da Guiné: Região marítima localizada na costa oeste do continente africano, que vai do Cabo Lopez, na Libéria, até Cabo Palmas, no Gabão. Compreende os seguintes países africanos: Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Gabão. Possui depósitos marinhos de petróleo e minerais duros, como recursos naturais de sua plataforma continental (BRITANNICA, 2020b). A região passa por um período de insegurança ao tráfego marítimo, por conta de ações de pirataria que ocorrem ao longo do golfo, com incidências de abordagens aos navios mercantes, por meio de uso de armas de fogo e sequestro de suas tripulações. De acordo com os registros do Escritório Marítimo Internacional¹⁰⁴, a cada dez sequestros de tripulantes no mar, realizados em 2020, nove ocorreram no Golfo da Guiné, totalizando 135 sequestrados (LIVANTHINOS, 2021).

Golfo de Áden: É uma bacia de águas profundas que liga o Mar Vermelho ao Mar Arábico e recebe o mesmo nome do porto marítimo, que se situa ao sul do Iêmen. Sua posição geográfica inclui o Iêmen, ao norte; Djibouti a oeste; e a Somália, ao sul, na região conhecida como “Chifre da África”. Considerada uma região de grande importância estratégica ao comércio marítimo, onde as LCM que ligam o Mar Mediterrâneo ao Oceano Índico, por meio do Mar Vermelho, passam exclusivamente por essa região. A região apresenta frequentes ocorrências de ataques de piratas somalis, que comprometem a segurança e causam instabilidade ao tráfego marítimo da região (BRITANNICA, 2019a).

Iniciativa do Cinturão e Rota: (*Belt and Road Initiative*) Trata-se de um programa transcontinental, proposto inicialmente como *One Belt, One Road*, pelo presidente da RPC, Xi Jinping, em 2013, que visa a reativação do conceito histórico da “Rota da Seda”, por meio de políticas e investimentos estratégicos, a longo prazo, em obras de infraestruturas, de forma a acelerar a integração econômica entre os países partícipes¹⁰⁵. O objetivo ousado do programa é aumentar a conectividade entre a RPC e os continentes asiático, europeu, africano e a região do Oriente Médio. Esse objetivo se dará por meio de três iniciativas, um “Cinturão Econômico”, por meio de seis corredores de desenvolvimento, com base em terra; um marítimo, representando a “Rota da Seda Marítima do Século XXI”, ligando a RPC ao sudeste asiático, estreito de Málaca, Golfo

¹⁰⁴ Traduzido do inglês: International Maritime Bureau (IMB).

¹⁰⁵ Conforme descrito pela *Green Belt and Road Initiative Center*. Disponível em: <green-bri.org/belt-and-road-initiative-quick-info/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

Pérsico, Mar Vermelho, Mar Árabe e Golfo de Bengala; e recentemente, vislumbra-se a intenção de uma “Rota da Seda Polar”, conforme descrito no Livro Branco de Defesa da RPC, em janeiro de 2018. Ainda de acordo com informações do *Green Belt and Road Initiative*¹⁰⁶, em janeiro de 2021 o programa contabilizava a adesão de 140 países, sendo 57 países do continente africano, 34 países do continente europeu e da Ásia Central, 24 países da Ásia Oriental e do Oceano Pacífico, 6 países do Sul da Ásia e 19 países da América Latina e Caribe.

Linha das Nove Raias: conjunto de linhas imaginárias, dentro do MSC, há muito requeridas pela ex-República da China e que, posteriormente, passaram a ser pleito da RPC, pois se trata de uma região com cobiçadas riquezas marinhas. A área em disputa¹⁰⁷ inclui as Ilhas Paracel, Ilhas Spratly e várias outras regiões¹⁰⁸.

Linhas de Comunicação Marítimas: Segundo o Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007), as LCM são definidas como linhas de movimento marítimo que unem duas posições de interesse, por onde serão transportados material e pessoal, sejam eles de caráter civil ou militar.

Oceanopolítica: disciplina da geopolítica contemporânea, cujos Estados são o centro das decisões soberanas em relação aos espaços marítimos e fluviais, que afetam os seus destinos destes, bem como as relações de poder no cenário internacional (BRASIL, 2020a).

Operação de Liberdade de Navegação: (*Freedom of Navigation Operation - FONOP*) Programa criado em 1979¹⁰⁹, pelo governo dos EUA, como forma de contestar atos unilaterais de Estados, cujas pretensões marítimas pudessem restringir direitos e liberdades da comunidade internacional. O programa é conduzido pela *USNAVY*, por meio das Operações de Liberdade de Navegação (*FONOPS*), em que navios de guerra estadunidenses transitam e realizam operações navais e aeronavais, em porções marítimas as quais não reconhecem serem jurisdicionais de outros Estados, por diversas

¹⁰⁶ Disponível em: <green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

¹⁰⁷ A FIG. 17, ANEXO B, apresenta o mapa com a representação da *Linha das Nove Raias*.

¹⁰⁸ Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Linha_das_nove_raias#cite_note-8>. Acesso em 15 ago. 2021.

¹⁰⁹ Disponível em: <news.usni.org/2017/05/29/brief-history-us-freedom-navigation-operations-south-china-sea#:~:text=The%20Origin%20of%20FON%20Ops%201979%20The%20U.S.,the%20rights%20and%20freedom%20of%20the%20international%20community.>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

razões, sejam elas políticas, históricas ou estratégicas (STANDIFER, 2017).

Organização para Cooperação de Xangai: inicialmente conhecida como agrupamento dos Cinco de Xangai, desde 1996, com a assinatura de tratado de cooperação militar entre o Cazaquistão, Quirquistão, RPC, Rússia e Tajiquistão. Posteriormente, em junho de 2001, após a admissão do Uzbequistão, foi firmada a Declaração de Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Dentre as principais deliberações da OCX, estão o comprometimento dos membros em manter oposição a quaisquer intervenções na política interna de outros países, sob pretextos humanitários, e promover a proteção dos direitos humanos e apoio mútuo na salvaguarda da independência nacional, soberania, integridade territorial e estabilidade social dos Estados membros. Em 2017, Índia e Paquistão tornaram-se membros plenos da OCX¹¹⁰.

Pīnyīn: Formalmente conhecido como *hanyu pinyin*, é o método utilizado para transliterar (*romanizar*) a escrita do mandarim padrão, desenvolvido pelo comitê governamental da RPC, em 1958¹¹¹.

Poder Marítimo: É a projeção do Poder Nacional, a partir da integração de todos os recursos disponíveis em uma Nação, a fim de fazer uso do mar e de suas águas interiores, garantindo a conquista e manutenção dos objetivos nacionais (BRASIL, 2007, p. 211).

Poder Nacional: Segundo o Glossário das Forças Armadas: “É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica” (BRASIL, 2007, p. 212).

Poder Naval: Componente militar do Poder Marítimo, que atua nas águas jurisdicionais de um país, em suas águas interiores e áreas terrestres de interesse, por meio de operações navais, incluindo o seu espaço aéreo sobrejacente. É composto por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, incluindo suas organizações militares de comando e controle, logísticos e administrativos (BRASIL, 2007, p. 212).

¹¹⁰ Disponível em: <eng.sectsc.org/about_sco/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

¹¹¹ BINYONG, Y.; FELLE, M. “*Chinese Romanization. Pronunciation and Orthography*”. Beijing: Sinolingua, 1990.

Século de Humilhação: O termo (em pinyin: *bǎinián guóchǐ*) simboliza o período em que a China foi subjugada por países imperialistas do Ocidente (Áustria, EUA, França, Itália, Prússia e Reino Unido) e no oriente, pelo Japão e Rússia. A partir da década de 20, do século XX, tanto o Partido Nacionalista Chinês quanto o PCCh passam a usar, em suas políticas, esse termo para caracterizar as fragmentações e perdas ocorridas em sua soberania e integridade, terrestres e marítimas, entre os anos de 1839 e 1949. Considera-se o ano de 1949 como término do domínio estrangeiro em terras chinesas. Para outros analistas, o período que representa o fim do jugo estrangeiro aconteceu durante as reunificações de Hong Kong (1997) e Macau (1999), em definitivo para a RPC. Para alguns, o período chegará ao fim apenas quando a questão de soberania sobre Taiwan for encerrada¹¹².

Soft Power: Termo inglês para poder suave, criado por Joseph S. Nye Jr¹¹³ (1990, apud REINO UNIDO, 2017), que se diferencia do *hard power* por não envolver a dissuasão ou coerção contra Estados ou Organizações para que esses façam ou não façam algo. Seu objetivo é levá-los a querer tomar uma ação por conta própria. A prova do poder não estaria nos recursos, mas na capacidade de mudança do comportamento dos Estados.

Tríplice hélice: Abordagem desenvolvida por Henry Etzkowitz, na década de 90, do século XX, que define a tríplice ligação entre a academia, a indústria e o governo para a produção de novos conhecimentos, a busca da inovação tecnológica e científica, e o sustentável desenvolvimento econômico e social de um Estado, por meio do conhecimento (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

USAFRICOM: O Comando dos EUA na África (USAFRICOM), é um dos onze Comandos Combatentes Unificados do Departamento de Defesa dos EUA, composto por civis e militares das forças armadas e agências, estadunidenses e das nações parceiras e aliadas. Seu comando se localiza na cidade de Stuttgart, na Alemanha. Sua missão, em conjunto com as nações parceiras e aliadas, é de combater as ameaças transnacionais e os atores adversos, fortalecer as forças de segurança dos países parceiros e aliados, e estar em condições de responder a crises, a fim de assegurar os interesses estratégicos dos EUA e promover a segurança, a estabilidade e a prosperidade de sua área de responsabilidade

¹¹² KAUFMAN, A. A. *The "Century of Humiliation", Then and Now: chinese perceptions of the international order*. Pacific Focus, v. 25, n. 1, abr. 2010.

¹¹³ NYE, J. S. *Soft Power*. Foreign Policy, n. 80, 1990, p. 153-171. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1148580>. Acesso em: 15 ago. 2021.

(EUA, 2021b).

USSOUTHCOM: O Comando dos EUA no Sul (USSOUTHCOM) é um dos Comandos Combatentes Unificados do Departamento de Defesa dos EUA, composto por civis e militares das forças armadas, da guarda costeira e demais agências federais estadunidenses. Seu comando se localiza na cidade de Doral, na Flórida. Possui a responsabilidade de prover planejamentos de contingência, conduzir operações militares e de combate a ilícitos transnacionais e transfronteiriços, além de cooperar com a segurança dos países, dentro de sua área de responsabilidade (na América Central e do Sul, e região do Caribe). Destacam-se as tarefas de defender os recursos militares dos EUA em sua área de responsabilidade e de garantir a defesa do Canal do Panamá. (EUA, 2021c).

ANEXO B – Ilustrações e Tabelas

1. ILUSTRAÇÕES:

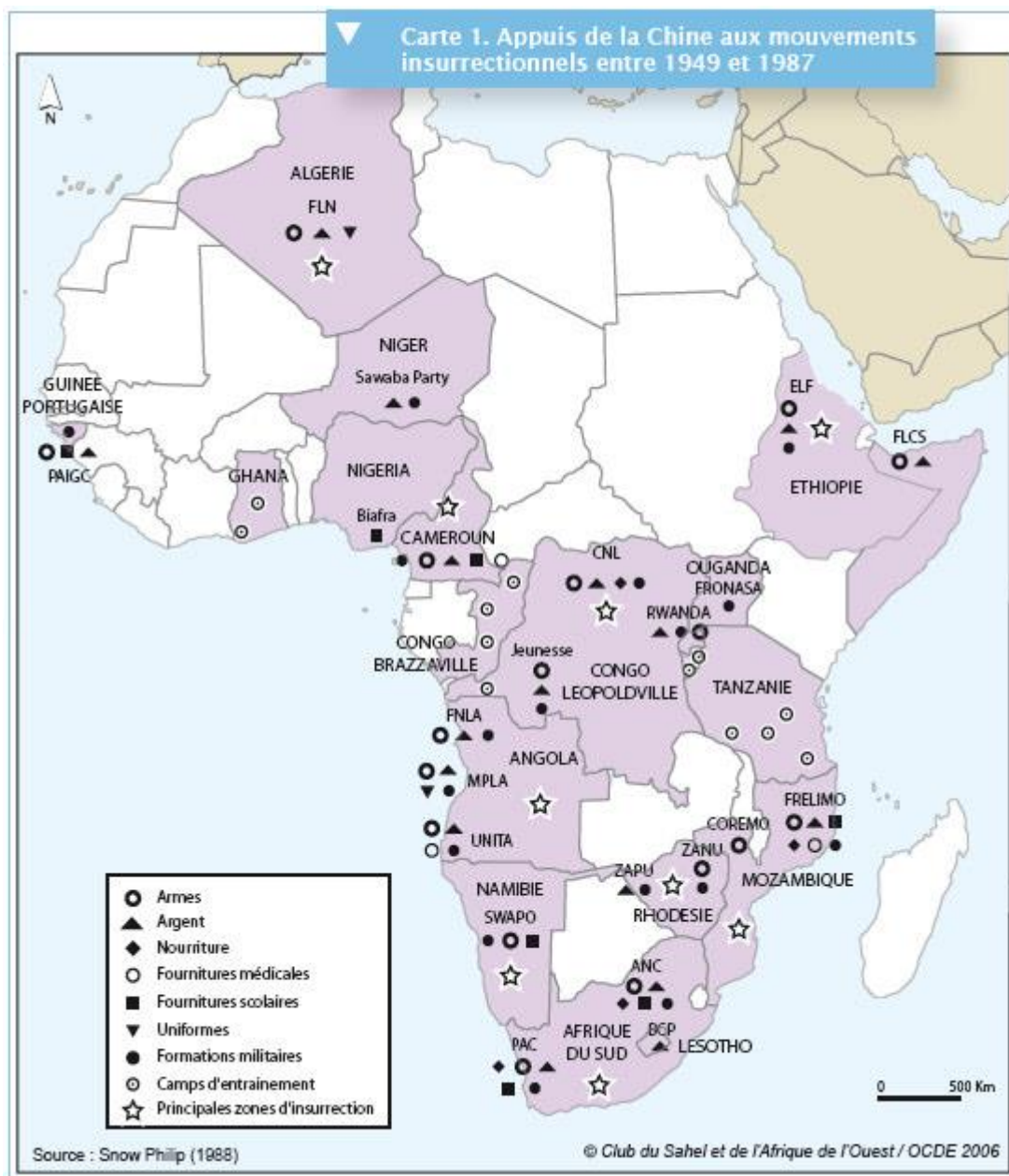


FIGURA 1 – Apoio da RPC aos movimentos insurgentes africanos entre 1949-1987
 Fonte: CONDE, 2009, p. 99.



FIGURA 2 – Sistema de Governo da RPC
Fonte: FERNANDES, 2014, p. 6.

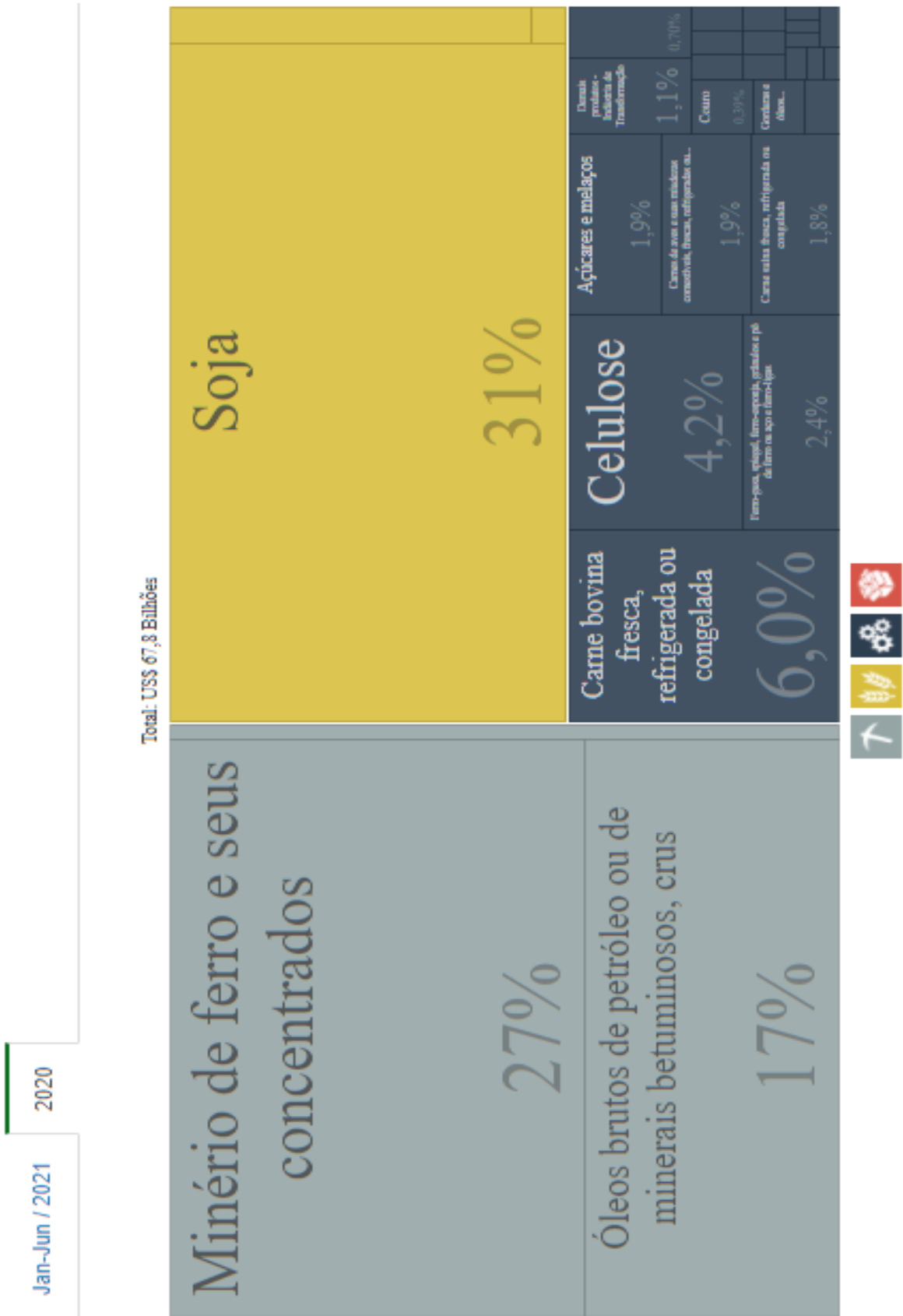


FIGURA 3 – Produtos brasileiros exportados para a RPC em 2020
 Fonte: COMEXVIS, 2021.

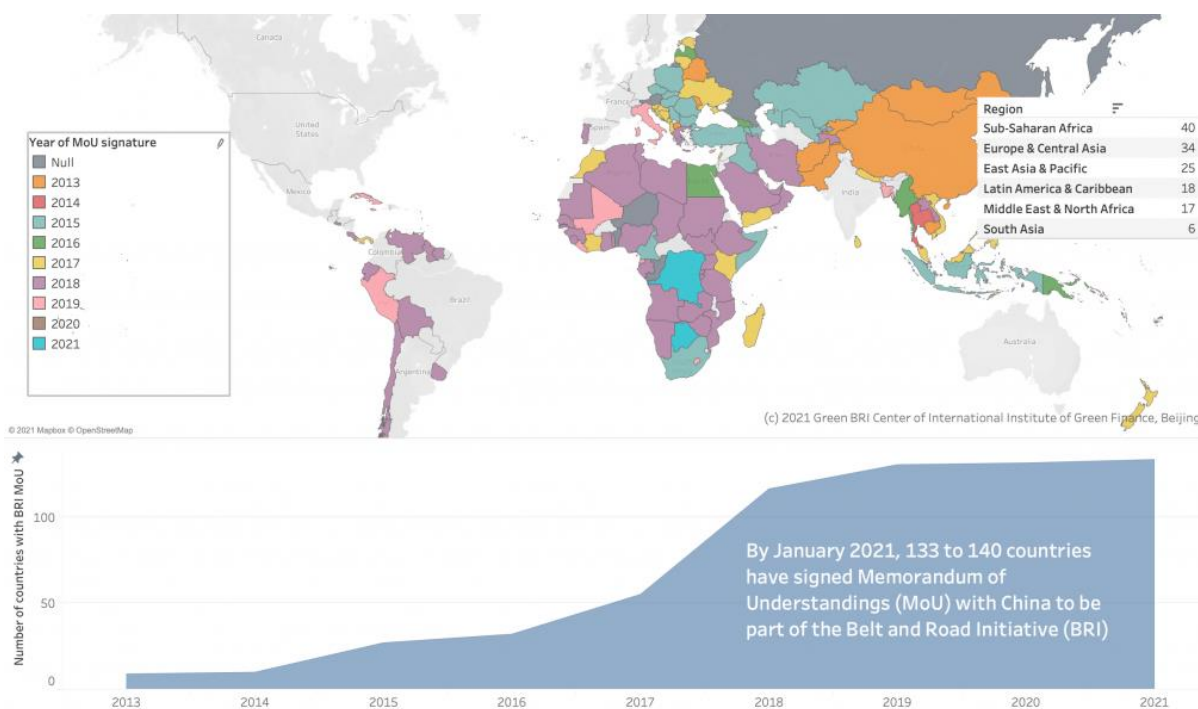


Figura 5 – Mapa de países que aderiram à ICR (jan. 2021)
 Fonte: IIGF GREEN BRI CENTER, 2021.



FIGURA 6 – Antena de Radiofrequência da Base Espacial Chinesa em Nanquén (ARG)
 Fonte: EPOCH TIME, 2021.



FIGURA 7 – Ilhas SENKAKU/Diaoyu
 Fonte: MILITARY REVIEW, 2º Trim. 2021.



FIGURA 8 – Localização das ilhas artificiais no MSC
 Fonte: BBC BRASIL, 2018¹¹⁴



FIGURA 9 – Porta-aviões Type 003, sendo construído no Estaleiro Jiangnan, Xangai
 Fonte: CSIS, 2021.

¹¹⁴ Figura do artigo de João L. Mesquita: “Ilhas artificiais no Mar do Sul da China”, do site do Estadão, 7 nov. 2018. Disponível em: <marsemfim.com.br/ilhas-artificiais-no-mar-do-sul-da-china/#:~:text=A%20China%20construiu%20uma%20série%20de%20Ilhas%20artificiais,a%20Corte%20Permanente%20de%20Arbitragem%20em%20Haia%20.>. Acesso em: 14 jul. 2021.



FIGURA 10 – Navio Roll-on Roll-off Bang Chui Dao realizando lançamento de veículo blindado anfíbio

Fonte: CCTV, 2020.



FIGURA 11 – Entorno Estratégico considerado pela MB

Fonte: BRASIL, 2020a, p. 18.

	Atividades	Ações Decorrentes
Marinha do Brasil	Poder Marítimo	Desenvolvimento do Poder Marítimo
		Atribuições da Autoridade Marítima
		Cooperação com o Desenvolvimento Nacional
	Participação para a Sociedade Brasileira	Mentalidade Marítima
		Defesa da Pátria
	Atuação do Poder Naval	Nos oceanos, e no Atlântico Sul, principalmente
		Vias Fluviais e Águas Interiores
		Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem
	Interesses Nacionais	Salvaguarda de Pessoas e Interesses no Exterior
		Paz e Segurança Institucionais no Exterior
		Apoiar a Projeção do Brasil
	Ciência, Tecnologia e Inovação	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional
		Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica
		Defesa Cibernética

FIGURA 12 – Atividades da MB
 Fonte: BRASIL, 2019, p. 9.

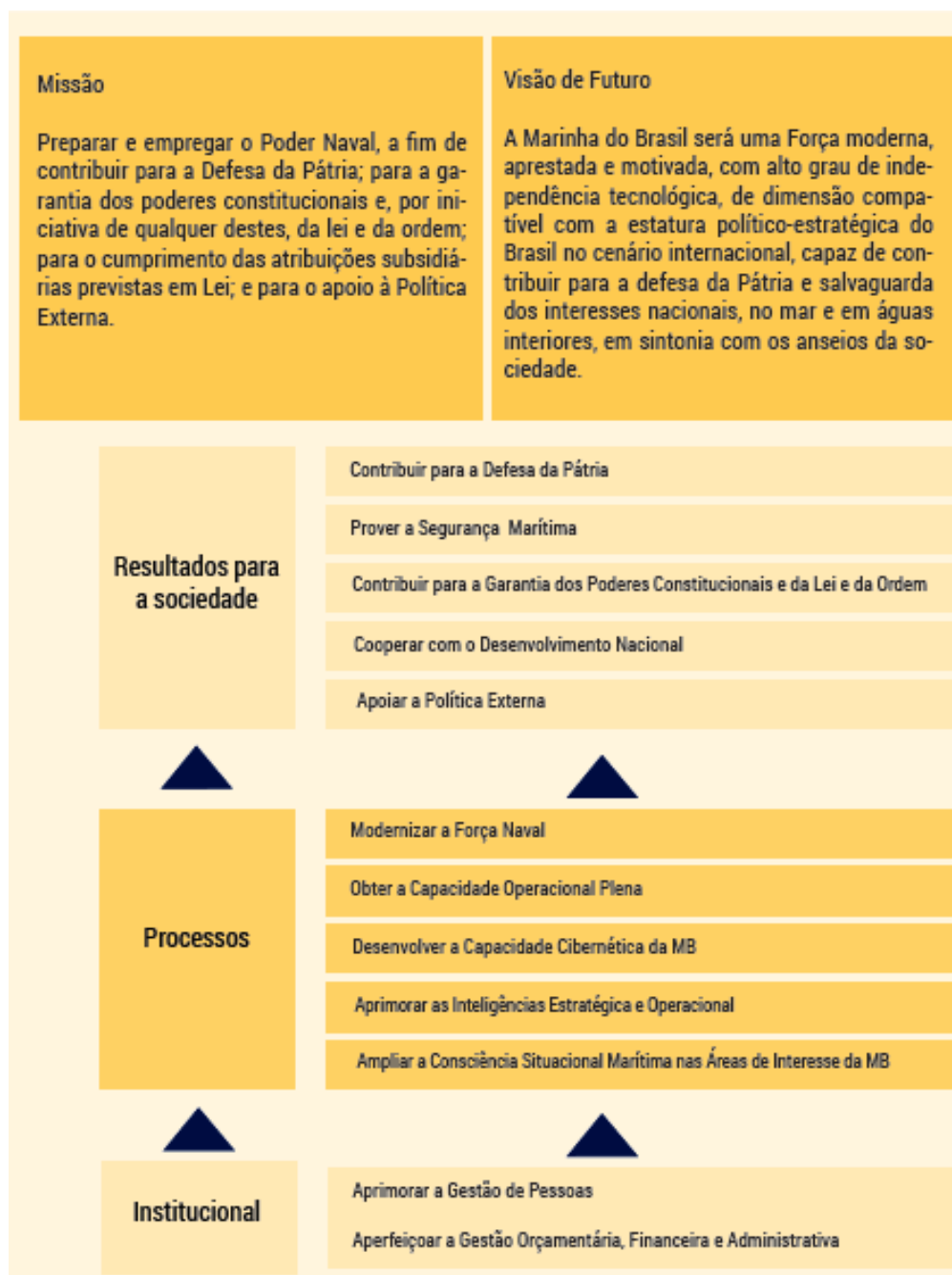


FIGURA 13 – Mapa Estratégico da MB
 Fonte: BRASIL, 2019, p. 43.

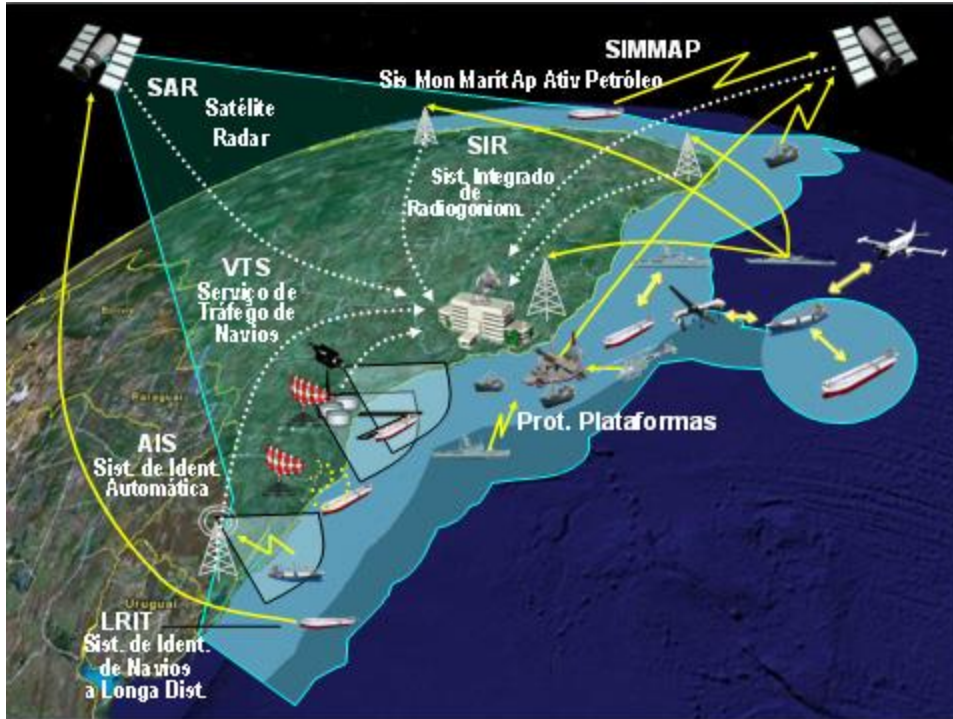


FIGURA 14 – Representação gráfica do SisGAAz
 Fonte: BRASIL, 2020a, p. 41.

	Rank	Designation	Typical Inventory	Defining Capabilities	Current Examples
BLUE WATER NAVIES	1	Global-reach power-projection	All larger ship types in high numbers	Multiple, regular, sustained power projection missions globally	USA.
	2	Limited global-reach power-projection	CVN, other aviation-capable ships, many SSN/SSK, support ships	At least one major power-projection operation globally in addition to homeland defense	France (↓), UK (↓).
	3	Multi-regional power-projection	CVL, other aviation-capable ships, SSN/SSK, enough support ships	Power-projection missions in regions beyond own EEZ in addition to homeland defense	India, Russia, Italy, Spain, Brazil.
	4	Regional power-projection	Aviation-capable ships (DD, FF), submarines, some support ships	No at-sea fleet air support other than organic helis, thus limited to area of land-based aircraft range for power-projection missions	China (↑), Japan, Australia, South Korea, Pakistan, Singapore, Taiwan, Germany (+12).
NON - BLUE WATER NAVIES	5	Regional offshore coastal defense	Smaller ships (FF, Corvettes), no underway replenishment	Coastal defense operations at least in own EEZ and slightly beyond	Thailand, Malaysia, Indonesia, Bangladesh, Vietnam, Israel (+11).
	6	Inshore coastal defense	Only smaller ships (Corvettes, FAC)	Confined to inner reaches of own EEZ	North Korea, Myanmar, Brunei, Sri Lanka (+17).
	7	Regional offshore constabulary	Lightly armed OPV, PB, PC for CG-type duties	Geographic reach like Rank 5, but maritime policing instead of defense	Iceland, Ireland, Tunisia, Estonia, Iraq (+14).
	8	Inshore constabulary	Only Patrol Boats and Patrol Craft	Confined to missions well within own EEZ	Cambodia, Cyprus, Philippines (+30).
	9	Inland waterway	Patrol Craft	Waterborne riverine defense of landlocked states	Bolivia, Paraguay, Burundi (+14).
	10	Token	Often only one or two small craft	Only very basic constabulary capabilities, if any	Ca. 14 examples worldwide.

Source: Compiled from Todd and Lindberg (1996: 53–64)
 Examples originally given by Todd and Lindberg reflected 1996 capability levels and were adjusted to reflect 2014 capabilities. Arrows indicate upward or downward development tendency.
 FIGURA 15 – Hierarquia Naval de acordo com as capacidades das Marinhas
 Fonte: KIRCHBERGER, 2015, p. 60.



FIGURA 16 – Área correspondente à Amazônia Azul
 Fonte: BRASIL, 2020a, p. 7.

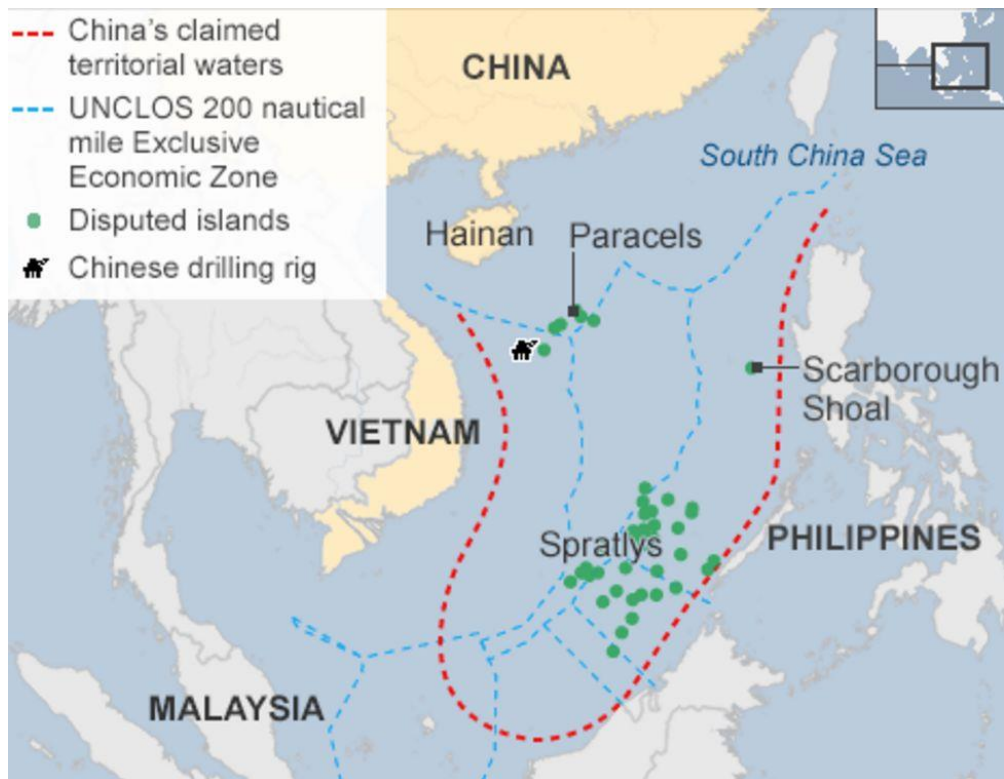


FIGURA 17 – Pretensões Chinesas na Linha das Nove Raias
 Fonte: BBC NEWS, 2015.

2. TABELAS:

TABELA 1
Panorama de investimentos em Ciência e Tecnologia da China de 2004 a 2008

Item	2004	2006	2008
Pessoal em atividades de C&T	3,48 milhões	4,13 milhões	4,96 milhões
Financiamento para C&T	US\$ 63,4 bi	US\$ 90,7 bi	US\$ 104,5 bi
Fundos Governamentais	US\$ 14,4 bi	US\$ 20,0 bi	US\$ 27,8 bi
Financiamentos pelas próprias empresas	US\$ 40,5 bi	US\$ 60,1 bi	US\$ 93,2 bi
Empréstimos de instituições financeiras	US\$ 3,8 bi	US\$ 5,4 bi	US\$ 5,9 bi
Gastos com P&D, por finalidade	US\$ 28,7 bi	US\$ 43,9 bi	US\$ 67,5 bi
Pesquisa básica	US\$ 1,7 bi	US\$ 2,2 bi	US\$ 3,2 bi
Pesquisa aplicada	US\$ 5,8 bi	US\$ 7,1 bi	US\$ 8,4 bi
Desenvolvimento experimental	US\$ 21,2 bi	US\$ 34,5 bi	US\$ 55,9 bi
Gastos com P&D, por fonte	US\$ 28,7 bi	US\$ 43,9 bi	US\$ 67,5 bi
Fundos Governamentais	US\$ 7,6 bi	US\$ 10,8 bi	US\$ 15,9 bi
Financiamentos pelas próprias empresas	US\$ 18,9 bi	US\$ 30,3 bi	US\$ 48,4 bi
Gastos brutos / PIB (GERD)	1,23%	1,42%	1,54%
Valor total de exportações e importações de produtos de alta tecnologia	US\$ 47,8 bi	US\$ 77,49 bi	US\$ 110,9 bi
Exportações	US\$ 24,2 bi	US\$ 41,2 bi	US\$ 60,8 bi
Importações	US\$ 23,6 bi	US\$ 36,2 bi	US\$ 50,0 bi
Total de matrículas em pós-graduação em Ciência e Engenharia	429.444	547.002	619.355

Fonte: IEDI, 2011.

TABELA 2
Total de aumento de tonelagens dos meios das guardas costeiras dos países do Sudeste Asiático (2010-2016)

Country	Total Tonnage (2010)	Estimated Added Tonnage (2010-16)	Total Tonnage (2016)	Total Percentage Increase
China	110,000	80,000	190,000	73% increase
Japan	70,500	35,000	105,500	50% increase
Vietnam	20,500	15,000	35,500	73% increase
Philippines	10,000	10,000	20,000	100% increase

Fonte: MORRIS, 2017, p. 4.

TABELA 3
Matriz *SWOT* PEM2040 para 2031

Ambiente Interno	<p>FORÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> - EN adequadas às ameaças; - Programas Estratégicos por ordem de prioridade; e - parceria sólida com a BID e Academia para desenvolvimento de C&T&I. 	<p>FRAQUEZA</p> <ul style="list-style-type: none"> - número reduzido de meios navais e aeronavais para garantir a defesa marítima das AJB; - deficiência de monitoramento e controle efetivo das AJB; e - necessidade de capacitação dos militares às novas tecnologias e sistemas informatizados.
Ambiente Externo	<p>OPORTUNIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira e da área política, para os assuntos marinhos; - crescimento da economia brasileira e aumento dos recursos orçamentários destinados à defesa; e - liderança brasileira à frente da ZOPACAS. 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - presença de embarcações pesqueiras chinesas e da MMC realizando pesca ilegal e predatória dentro das AJB, acompanhadas por meios navais da MELP; - ações de coerção praticadas por meios navais e aeronavais da MELP, dentro das AJB; e - limitação de recursos orçamentários para dar prosseguimento aos Programas Estratégicos.

Fonte: Autor, 2021.